



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

**DISCURSOS DA BNC-FORMAÇÃO ENQUANTO MECANISMOS DA
BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: POSSÍVEIS
ASSUJEITAMENTOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO**

CAXIAS DO SUL

2022

VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

**DISCURSOS DA BNC-FORMAÇÃO ENQUANTO MECANISMOS DA
BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: POSSÍVEIS
ASSUJEITAMENTOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Curso de Mestrado -, da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio da Rosa

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Simone Corte Real Barbieri

CAXIAS DO SUL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

N244d Nascimento Junior, Vamberto Marinho do

Discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da biopolítica,
noopolítica e psicopolítica [recurso eletrônico] : possíveis assujeitamentos de
professores na educação / Vamberto Marinho do Nascimento Junior. – 2022.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2022.

Orientação: Geraldo Antônio da Rosa.

Coorientação: Simone Côrte Real Barbieri.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Base Nacional Comum Curricular - Formação. 2. Professores - Brasil.
3. Educação básica. 4. Educação e Estado. I. Rosa, Geraldo Antônio da,
orient. II. Barbieri, Simone Côrte Real, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 37.014(81)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

VAMBERTO MARINHO DO NASCIMENTO JUNIOR

**DISCURSOS DA BNC-FORMAÇÃO ENQUANTO MECANISMOS DA
BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: POSSÍVEIS
ASSUJEITAMENTOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Aprovado em: ____/____/2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Antônio da Rosa – Orientador
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof.^a Dr.^a. Simone Corte Real Barbieri – Coorientadora
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof.^a Dr.^a. Mareli Eliane Graupe
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Prof.^a Dr.^a. Sônia Regina da Luz Matos
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho à Bernadete Oliveira do Nascimento (mãe), a Vamberto Marinho do Nascimento (pai) e à Teresa Manoela Oliveira do Nascimento (irmã), minha família, onde aprendi valores que me guiam por toda a vida, sendo a importância da educação um deles, no caminho pela liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Geraldo Antônio da Rosa, meu orientador, pelo acolhimento enquanto aluno, por acreditar na realização desta pesquisa, pelas suas sugestões de temas e aportes teóricos, por suas provocações e desafios acadêmicos durante a escrita; pela sua paciência, motivação e coragem educacional tão inspiradoras durante a construção desta dissertação.

À professora Prof.^a Dr.^a. Simone Corte Real Barbieri, minha coorientadora, por suas reflexões durante a pesquisa, pelas contribuições sábias na escrita e pela sua capacidade admirável de questionar a educação enquanto ação para a liberdade.

Às professoras Prof.^a Dr.^a. Mareli Eliane Graupe e Prof.^a Dr.^a. Sônia Regina da Luz Matos, por terem aceitado compor a banca de defesa da dissertação de mestrado.

Ao Daniel Zacaron, pelo suporte emocional e acadêmico, por sua atenção, cuidado, incentivo, paciência, força e zelo, que contribuíram de modo significativo para a realização desta pesquisa.

À Denise Machado Moraes, minha amiga do mestrado, por seu incentivo e por acreditar no meu caminho como pesquisador; pela sua amizade acadêmica e parceria na busca pelo saber.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), principalmente ao seu grupo de doutores, professores os quais provocaram o interesse maior pela pesquisa na Área da Educação.

Às coordenações e à Secretaria do PPGEDU, por sua disposição constante em qualquer demanda durante o mestrado.

Aos colegas do curso, pelos conhecimentos, pelas trocas e pelos desafios de acreditarmos juntos na educação para a igualdade, justiça e democracia.

Agradeço, por fim, aos familiares e amigos que acolheram, com carinho, mais este sonho em minha vida.

Muito obrigado.

“Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa.”

Michel Foucault

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar como os discursos da BNC-Formação, enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica, produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação. A metodologia baseia-se na arqueogenealogia de Michel Foucault, com contribuições teóricas de Nietzsche, Lazzarato, Han, Laval e Mészáros. O problema de pesquisa é “como os discursos da BNC-Formação, enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação básica?”. A análise documental baseou-se em duas pesquisas sobre a situação profissional dos professores, na BNCC e BNC-Formação. O segundo capítulo apresenta o método da arqueogenealogia, o estado do conhecimento e dados sobre a situação de trabalho dos professores. A seguir, faz-se a análise dos conceitos de Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica, a formação do neoliberalismo na perspectiva de Foucault e a relação entre neoliberalismo e educação no Brasil. Por fim, realizamos recortes do documento da BNC-Formação para compreender seus objetivos de formação docente; na sequência, apresentamos as manifestações das instituições educacionais contrárias ao documento; após, investigamos o conceito de ‘competências’ da BNC-Formação; e, por fim, a investigação e a análise de como os discursos da BNC-Formação enquanto mecanismo Biopolítico, Noopolítico e Psicopolítico produzem o possível assujeitamento dos professores. O desenvolvimento de competências de mercado na educação brasileira, por meio da BNC-Formação, transforma a dinâmica profissional dos professores na Educação Básica, com a criação de possíveis mecanismos de assujeitamento às demandas econômicas. A análise desse cenário é a base desta pesquisa, como forma de enfrentamento às situações de manipulação, opressão e silenciamento dos professores.

Palavras-chave: BNC-Formação; Biopolítica; Noopolítica; Psicopolítica; Assujeitamento Docente.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze how the discourses of BNC-Formação, as mechanisms of Biopolitics, Noopolitics and Psychopolitics, produce possible subjugation of teachers in education. The methodology is based on Michel Foucault's archeogenealogy, with theoretical contributions from Nietzsche, Lazzarato, Han, Laval and Mészáros. The research problem is “how do the discourses of BNC-Formação, as mechanisms of Biopolitics, Noopolitics and Psychopolitics produce possible subjection of teachers in basic education?”. The documentary analysis was based on two researches on the professional situation of teachers, at BNCC and BNC-Formação. The second chapter presents the archaeogenealogy method, the state of knowledge and data on the teachers' work situation. Next, an analysis is made of the concepts of Biopolitics, Noopolitics and Psychopolitics, the development of neoliberalism from Foucault's perspective and the relation between neoliberalism and education in Brazil. Finally, we made excerpts from the BNC-Formação document to understand its teacher training objectives; next, we presented the manifestations of educational institutions contrary to the document; then, we investigated the concept of 'competences' from BNC-Formação; and, finally, the examination and analysis of how the discourses of BNC-Formação as a Biopolitical, Noopolitical and Psychopolitical mechanism produce the possible subjugation of teachers. The development of market competencies in Brazilian education, through BNC-Formação, converts the professional dynamics of teachers in Basic Education, with the creation of possible mechanisms of subjugation to economic demands. The analysis of this scenario is the basis of this research, as a way of coping with situations of manipulation, oppression and silencing of teachers.

Keywords: BNC-Formação; Biopolitics; Noopolitics; Psychopolitics; Teaching Subjugation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resumo dos Indicativos do Volume de Trabalho Docente no Brasil, Estados Unidos, França e Japão	46
Figura 2 - Caracterização da contratação de professores nos países analisados	48
Figura 3 - Distribuição dos professores de acordo com número de alunos por turma	49
Figura 4 - Distribuição de professores brasileiros de acordo com o número total de alunos.....	50
Figura 5 - Base Comum para a formação docente.....	89
Figura 6 - Competências Gerais para a formação dos professores	93
Figura 7 - Competências Específicas para a formação dos professores.....	94
Figura 8 - Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação referente à Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações: pesquisas selecionadas e relacionadas aos descritores “BNC” e “Professor”	36
Quadro 2 - Teses: pesquisas selecionadas e relacionadas aos descritores “BNC” e “Professor”	41

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPEC	Associação Brasileira de Pesquisa em educação em Ciências
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Professores da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ABdC	Associação Brasileira de Currículo
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNC-Formação	Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
D ³ e	Dados para um Debate Democrático na Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNFIP	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica
EFII	Ensino Fundamental Anos Finais
ENAMEB	Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica
ExNEPe	Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia
FINEDUCA	Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação
FORPARFOR	Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PARFOR
FORPIBID RP	Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio
FORUMDIR	Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

FCC	Fundação Carlos Chagas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Escola Básica e Valorização dos Profissionais de Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
OM	Organismos Multilaterais
OREALC/UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
OMC	Organização Mundial do Comércio
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNFP	Política Nacional de Formação de Professores
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PUFV	Programa A União Faz a Vida
SBEM	Sociedade Brasileira de Educação Matemática
SBE _n Bio	Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia
SBE _n Q	Sociedade Brasileira de Ensino de Química
TALIS	<i>Teaching and Learning International Survey</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CAMINHOS DA PESQUISA: ABORDAGEM METODOLÓGICA, ESTADO DO CONHECIMENTO E CENÁRIO DOCENTE NO BRASIL.....	20
2.1	ARQUEOGENEALOGIA EM MICHEL FOUCAULT: DA TEORIA À POSSIBILIDADE DO MÉTODO DE PESQUISA	21
2.2	ESTADO DO CONHECIMENTO: UM BREVE DIÁLOGO COM PESQUISAS REFERENTES À BNC-FORMAÇÃO A PARTIR DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA, PSICOPOLÍTICA E ASSUJEITAMENTO DE PROFESSORES	34
2.3	ALGUNS CENÁRIOS DOS PROFESSORES NO BRASIL: DADOS SOBRE A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	44
3	OS MECANISMOS DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NA CONTEMPORANEIDADE	53
3.1	DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA À PSICOPOLÍTICA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DOS SUJEITOS EM SOCIEDADE.....	54
3.2	APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT.....	66
3.3	O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO DO BRASIL	73
4	A BNC-FORMAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA NA SOCIEDADE NEOLIBERAL	86
4.1	RECORTES, ARTICULAÇÕES E OBJETIVOS DA BNC-FORMAÇÃO	87
4.2	AS MANIFESTAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS CONTRA A BNC-FORMAÇÃO	95
4.3	AS COMPETÊNCIAS NA BNC-FORMAÇÃO: O CONTROLE DA OCDE E DO BANCO MUNDIAL SOBRE OS DOCENTES.....	104
4.4	A BNC-FORMAÇÃO E POSSÍVEIS ASSUJEITAMENTOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CONTROLE BIOPOLÍTICO, NOOPOLÍTICO E PSICOPOLÍTICO?.....	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação busca analisar quais os discursos da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica que produzem possíveis assujeitamentos de professores na Educação Básica. A pesquisa ocorrerá por intermédio da investigação e da análise do documento da BNC-Formação, no cenário profissional dos professores na contemporaneidade.

A criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação, suas atualizações e uso de aprendizagens, habilidades e competências para o desenvolvimento de um currículo nacional básico para a todas as modalidades de ensino no Brasil modificou a dinâmica educacional dos professores nas instituições de ensino, em relação aos saberes e práticas nas aulas. Diante desse contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) resolveu implantar a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A efetivação desse documento começou no ano de 2019, com a Resolução CNE/CP nº 2/2019 para a formação inicial dos docentes. A BNC-Formação organiza um grupo de competências a serem adquiridas pelos professores, para a aplicação de forma prática das competências gerais da BNCC, que consiste nos conhecimentos considerados fundamentais para a educação, além da aproximação das Instituições de Ensino Superior privadas, responsáveis pela formação de parte dos professores que se encontra nas redes de ensino.

A BNC-Formação tem como objetivo implementar diretrizes curriculares nacionais em todas as modalidades de cursos para a formação inicial de professores a partir do nível Superior até a sua atuação na Educação Básica. A BNC-Formação utiliza como referência as diretrizes, conhecimentos, habilidades e competências previstas nas versões dos anos de 2017 e 2018 da BNCC. O processo de formação continuada dos professores estabelece-se conforme as orientações de aprendizagem por competências da BNCC, no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

O documento também estipula diretrizes para os cursos universitários de licenciatura, responsáveis pela formação inicial dos professores que atuam na Educação Básica. De acordo com a BNC-Formação, a BNCC traria uma pedagogia fundamentada para a organização das aulas (conhecimentos, habilidades e competências) associada ao trabalho dos cursos de formação inicial, que

desenvolveriam as habilidades e competências gerais e específicas dos professores, com normas da BNC-Formação que regulariam o período de formação dos professores nos espaços universitários. A pedagogia por competências ganha maior destaque com a regularização da BNC-Formação, sendo o eixo curricular base para a formação dos novos cursos de licenciatura:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação. (BRASIL, 2019).

A BNC-Formação normatiza a prática educativa e a formação de professores por meio da pedagogia de competências que, segundo a BNCC, é definida como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8). A BNC-Formação, enquanto documento normativo, altera a formação inicial e continuada dos professores, com uma concepção docente associada à questão do uso das competências voltadas ao mundo do trabalho. Nesse formato, os professores acabam sendo capacitados e treinados para a realização de atividades práticas em suas aulas, para a formação de um futuro trabalhador em sociedade.

Outra questão associada à implantação da BNC-Formação é que entidades de grande importância educacional, como Associação Nacional pela Formação dos Professores da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Associação Brasileira de Currículo (ABdC) não foram convocadas para a construção do documento educacional da BNC-Formação. As instituições não participaram de nenhum momento de construção, diálogo ou possíveis sugestões na sua elaboração, fato semelhante ao processo de construção da BNCC. O Ministério da Educação (MEC) resolveu organizar por completo e de

modo autônomo a BNC-Formação, a partir da sua perspectiva de Educação Básica para a sociedade brasileira, sem a participação democrática de instituições educacionais e nem de professores que estão atuando diretamente nas redes de ensino do país.

A construção de documentos educacionais sem o diálogo democrático, tornando professores meros executores de competências a partir de documentos normativos, são ações que denunciam comportamentos não compreendidos no sistema educacional brasileiro. O que passa por transformações constantes, quase sempre de modo acelerado, sem o devido conhecimento da sociedade, e se encontra distante das realidades enfrentadas pelos professores nas instituições e escolas, principalmente em um país de dimensão territorial imensa como o Brasil. As reformas educacionais geradas por motivos políticos, a falta de investimentos nos programas educacionais e o afastamento do documento normativo da realidade dos professores acaba formando um cenário de problemas educacionais, o que necessita ser investigado e analisado na atualidade.

Em um contexto de economia neoliberal, devemos nos questionar acerca de qual o papel da educação e, principalmente, dos professores nessa realidade de aprendizagem. Em que medida os interesses neoliberais não estão inseridos na educação e na formação dos professores para o fortalecimento da economia de mercado? O empresariamento educacional tornou-se uma realidade?

Em meio a essas provocações, voltemos ao período de 1995 a 2002, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, momento em que a educação brasileira recebia um relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), chamado *Education Sector Strategy*, de 1999. Ele sugeria que os demais países da América Latina seguissem o exemplo de organização de sociedade do Chile, pois, nesse período, a educação chilena promovia o desenvolvimento de seu país, por meio de seu currículo de competências e habilidades, as quais seriam importantes para a formação de seus cidadãos em sociedade, que está em constantes transformações tecnológicas e industriais. (OCDE, 1999).

Nesse momento, a educação brasileira alinha-se à proposta chilena, cujas demandas de interesse das políticas neoliberais são orientadas por órgãos econômicos internacionais, como a OCDE e, futuramente, o Banco Mundial. Essas instituições externas começaram a injetar investimentos financeiros internacionais na

educação brasileira para o desenvolvimento dos setores privados, com foco no empresariamento de setores da educação e da saúde no país, além da redução de serviços públicos à sociedade. Esse movimento favoreceu o crescimento da economia neoliberal brasileira e o surgimento dos interesses de mercado pela educação, fato que se comprova após o relatório da educação chilena, em que as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para formação de professores no Brasil, decretadas pela Resolução CNE/ CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, e que estipularam “a competência como concepção nuclear na orientação do curso” e “os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências” (BRASIL, 2002, p. 9).

Nesse período, outras DCNs foram criadas aprimorando a pedagogia de competências, em uma educação para a práxis, a prática, a qual gerava menos custos ao mercado. A pedagogia por competência prioriza a formação de sujeitos para o funcionamento econômico da sociedade, por meio de suas transformações tecnológicas e industriais, que necessitam da mão de obra barata para a produção de seus produtos e o seu consumo ilimitado pela sociedade. O que importa para a economia neoliberal é a concentração de riquezas, a possibilidade de concorrência e o empresariamento de si dos indivíduos, e nada melhor do que investir em uma educação que crie pessoas que possam servir e participar dessa sociedade do consumo.

As instituições educacionais aliaram-se à elite brasileira na busca por cada vez mais investimentos financeiros internacionais, que pregavam a formação de cursos de licenciatura de professores no país a custos baixos, com atividades mais práticas e menos teóricas para a formação de futuros professores submissos e reprodutores de pensamentos de mercado. A educação tornou-se um sistema pedagógico de competências e práxis, logo “A educação mercantilista promoveu a entrada de grandes empresas na educação superior, considerada um investimento lucrativo, sendo que a tríade ensino, pesquisa e extensão não é requisito para a formação docente, que se precariza.” (CAMPOS, 2021, p. 2).

A educação por competências não surge com a BNCC e a BNC-Formação, uma vez que ela já era utilizada em documentos educacionais anteriores, no processo de privatização e assujeitamento neoliberal da aprendizagem, reduzindo o surgimento de possíveis ameaças a sua política de consolidação no mercado. A BNC-Formação aparece enquanto interesse de órgãos neoliberais, com uso da pedagogia de competência nos cursos de formação inicial e continuada de professores na Educação

Básica do Brasil. Várias entidades educacionais manifestaram-se contra essa política educacional:

Os mais recentes movimentos e proposições do CNE rompem com a concepção e os princípios de base comum nacional para a educação básica e para a formação de professores edificada pelo movimento de educadores, desde os anos 1980, e materializada na Resolução CNE/CP nº 2/2015. Consideramos um grande retrocesso essa opção de retomar concepções ultrapassadas de formação restrita a habilidades e competências, como as expressas na BNCC (2017) e nas DCNs para a formação inicial (2019), agora para a formação continuada (ANFOPE *et al.*, 2020, p. 1).

Nesse cenário de investimentos maciços internacionais e empresariamento da educação brasileira, a formação de professores para o mercado de trabalho atravessa uma pedagogia de competências e habilidades para adestramentos na formação inicial e continuada de professores. A BNC-Formação, baseando-nos em estudos de Foucault, seria dispositivo de poder estatal criado com mecanismos e ferramentas para a seleção de saberes e práticas, construindo discursos educacionais que, de modo camuflado, fortalecem as práticas do mercado educacional e contribuem para possíveis processos de controle, disciplinarização, alienação e assujeitamento de professores na Educação Básica brasileira.

A partir dessa dinâmica de formação de professores brasileiros na contemporaneidade, gerada por ações neoliberais sobre a organização das políticas públicas educacionais, a partir de um dos mais recentes, a BNC-Formação, escolhemos como problema desta pesquisa: Quais discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação básica?

O objetivo geral foi investigar e analisar como os discursos da BNC-Formação, enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação brasileira.

Em relação aos objetivos específicos, buscamos refletir sobre a Arqueogenealogia como método, enquanto espaço de relações de forças dos discursos, práticas e formas de saber, para fins de dominação do conhecimento; analisar a Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica enquanto referenciais para se pensarem os processos de assujeitamentos na contemporaneidade; efetuar um panorama histórico dos discursos da BNC-Formação frente à autoexploração e ao empresariamento dos professores na educação, além de investigar e analisar os

discursos da BNC-Formação a partir das lentes da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica, diante do possível assujeitamento dos professores.

Em seguida, demonstramos como foi organizado o trabalho de pesquisa desta dissertação de mestrado, em sequência.

No segundo capítulo abordamos o uso do método da Arqueogenealogia a partir da perspectiva do filósofo francês Michel Foucault, no entendimento de como ela nos auxilia na procura pelas demais verdades presentes nos objetos e quais instrumentos de análises documentais são possíveis nesse processo. A seguir, realizamos um Estado do conhecimento, como proposta de diálogo com pesquisas anteriores na base da CAPES em relação ao tema de investigação. Após, incluímos a coleta de dados de duas pesquisas brasileiras, próximas ao ano de lançamento da BNC-Formação, para a compreensão da situação de trabalho dos professores no Brasil.

No terceiro capítulo analisamos os conceitos de Biopolítica (Foucault), Noopolítica (Lazzarato) e Psicopolítica (Han) em relação aos mecanismos de poder sobre o corpo, mente e o psicológico dos sujeitos, produzindo processos de assujeitamento na sociedade. Em conversa com o anterior, dialogamos sobre o processo de surgimento da economia mundial, por meio da compreensão dos conceitos de mercado, liberalismo e neoliberalismo. E, em seguida, analisamos como o sistema neoliberal foi implantado no Brasil e sua aproximação com a área da educação do país.

No quarto capítulo, efetuamos recortes do documento da BNC-Formação na educação brasileira, para identificar quais os seus objetivos de formação de professores, por meio da aquisição de competências. Depois, investigamos como as instituições, associações e entidades educacionais do país reagiram de modo contrário ao documento normativo da BNC-Formação. Na continuação, problematizamos o conceito de competências presente em grande parte do documento da BNC-Formação e a participação das instituições internacionais na educação do país. E, por último, investigamos e analisamos a BNC-Formação como mecanismo da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica no possível assujeitamento dos professores, para a compreensão de como um documento pode ser utilizado enquanto dispositivo de controle, silenciamento e sujeição dos professores.

2 CAMINHOS DA PESQUISA: ABORDAGEM METODOLÓGICA, ESTADO DO CONHECIMENTO E CENÁRIO DOCENTE NO BRASIL

O presente capítulo busca apresentar os caminhos científicos que foram utilizados para a estruturação da pesquisa. Primeiramente, a metodologia aplicada na investigação do objeto de estudo; em seguida, a realização do Estado de Conhecimento com mapeamento de dissertações e teses finalizadas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) e, então, a discussão sobre o cenário dos professores na Educação Básica no Brasil.

O problema da pesquisa foi: “Quais discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação básica?”. A partir dele pudemos escolher quais caminhos de pesquisa proporcionariam um olhar mais aprofundado e amplo da problemática apresentada, para que possíveis investigações, análises, discussões antes silenciadas pudessem emergir no decorrer de nossa pesquisa.

De início, começamos com a perspectiva teórico-metodológica do conceito de Arqueogenealogia, do filósofo francês Paul-Michel Foucault, em relação aos discursos de verdades e aos conflitos entre eles pelo espaço de saber-poder, em documentos na história, na busca para compreender a realização do estudo e em como se formam os possíveis discursos de assujeitamento de professores na Educação Básica no Brasil. Assim, no decorrer da pesquisa, realizamos a análise documental da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), associada à última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pela perspectiva metodológica da Arqueogenealogia do poder presente nas obras *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987), *Microfísica do Poder* (1979) e *A Arqueologia do Saber* (1969), de Michel Foucault.

Em seguida, realizamos o Estado de Conhecimento com base em dissertações e teses anteriores ao nosso estudo, localizadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e que estavam relacionadas à temática BNC-Formação, em relação aos conceitos de Biopolítica (Michel Foucault), Noopolítica (Maurício Lazzarato), Psicopolítica (Byung-chul Han) e o possível assujeitamento de professores na educação do Brasil. O objetivo desse mapeamento foi verificar estudos anteriores realizados sobre o assunto que pudessem contribuir para a compreensão da temática em nível nacional e dialogar com a nossa proposta de investigação de pesquisa.

Por último, com o objetivo de compreender as condições de trabalho dos professores na Educação Básica do Brasil, analisamos dados da seguinte pesquisa: “Volume de trabalho dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França”, a qual foi realizada com professores que trabalham nos Anos Finais do Ensino Fundamental na rede pública do Brasil, com dados sobre local de trabalho, carga horária, quantidades de alunos por turmas, entre outros.

A partir das ações teórico-metodológicas da arqueogenealogia, do estado do conhecimento e de dados sobre a situação profissional dos professores, buscamos justificar a importância da pesquisa sobre a realidade dos docentes, ameaçados por possíveis assujeitamentos na Educação Básica, por intermédio de dispositivos educacionais como BNC-Formação.

2.1 ARQUEOGENEALOGIA EM MICHEL FOUCAULT: DA TEORIA À POSSIBILIDADE DO MÉTODO DE PESQUISA

A metodologia proposta para nesta pesquisa foi o método arqueogenealógico na perspectiva de Michel Foucault, sendo dois os deslocamentos metodológicos – a genealogia do poder e a arqueologia do saber. De início, a genealogia enquanto método sugere que os acontecimentos sejam analisados em seu momento de emergência, dispersão, descontinuidade e ruptura, sem a procura de uma verdade absoluta ou universal.

Segundo Foucault, as verdades metafísicas excluem os demais acontecimentos e conhecimentos presentes nos objetos; sendo considerados acidentes, são esquecidos, marginalizados e excluídos do processo histórico do saber. Assim, na procura pela compreensão do possível assujeitamento docente gerado pelo documento educacional da BNC-Formação, investigamos e analisamos diferentes acontecimentos que emergiram desse contexto de ação docente, por meio do método genealógico.

A genealogia em Foucault surge pela inspiração da genealogia do filósofo Friedrich Nietzsche, sendo um momento de transição do método da *Arqueologia do Saber* (1963 a 1969), em que os discursos eram tratados como práticas. Com a seleção de saberes nos estudos de Foucault, abarca-se o uso da genealogia para a compreensão dos discursos de verdades na história das sociedades ocidentais. O uso

da genealogia do poder (1970) permitiu ao filósofo analisar os discursos de verdades a partir dos embates, rupturas e descontinuidades gerados pelo poder nas relações dos sujeitos. A influência das verdades e o direcionamento das ações do poder sobre as vidas, os corpos e as práticas sociais dos sujeitos modernos são os novos objetos de estudo de Foucault.

Antes de entrarmos na discussão do método genealógico utilizado por Foucault, vamos compreender o método genealógico proposto por Nietzsche, o qual lhe serviu de inspiração. O método de Nietzsche aparece com a sua genealogia da moral, momento no qual o filósofo questionou a origem do valor da moral, o surgimento da ideia de bem e mal na sociedade ocidental. No prólogo de sua obra *Genealogia da moral* (1887), Nietzsche propõe revisitar a história da moral, com um novo olhar:

Necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, máscara, tartuferia, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno), um conhecimento tal como até hoje nunca existiu nem foi desejado. (2005, p. 12).

O método genealógico nietzschiano questiona e problematiza o “valor da moral” (NIETZSCHE, 2005, p. 11). Segundo Nietzsche, nunca houve um trabalho dos moralistas ingleses em relação à compreensão do surgimento do valor moral, sua história e vivência, que se tornaram, posteriormente, os valores morais da cultura ocidental. Os valores morais apresentavam-se como eternos, atemporais, perfeitos, divinos, totalmente distantes da realidade humana, porém utilizados como normas de condutas por eles.

Assim, Nietzsche propõe a construção de uma História da Moral, distante das noções de divino, sacramento, cristianismo, metafísico e universal. Na sua visão, a moral é terrena, humana, logo inventada pelos sujeitos em suas vivências na sociedade, pela vontade de poder. Nesse deslocamento histórico da noção de moral, a genealogia nietzschiana enquanto método realiza uma interpretação dos fatos morais na história, uma investigação de seu momento de origem pela análise de documentos para a compreensão da carga de valor dada à moral na história:

A indicação do caminho certo me foi dada pela seguinte questão: que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para "bom" cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas

remetem à mesma transformação conceitual - que, em toda parte, "nobre", "aristocrático", no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu "bom", no sentido de "espiritualmente nobre", "aristocrático", de "espiritualmente bem-nascido", "espiritualmente privilegiado": um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz "plebeu", "comum", "baixo" transmutar-se finalmente em "ruim". O exemplo mais eloqüente deste último é o próprio termo alemão *schlecht* [ruim], o qual é idêntico a *schlicht* [simples] - confira-se *schlechtweg*, *schlechterdings* [ambos "simplesmente"] - e originalmente designava o homem simples, comum, ainda sem olhar depreciativo, apenas em oposição ao nobre. Mais ou menos ao tempo da Guerra dos Trinta Anos, ou seja, bastante tarde, este sentido modificou-se no sentido atual (2005, p. 20-21).

A partir da genealogia da moral de Nietzsche, pela origem etimológica das palavras, encontram-se os reais significados da moral, em que *bom* não era o sujeito que possuía atitudes caridosas ou generosas para com os outros, e sim os indivíduos que faziam parte da aristocracia ou da nobreza na época, os considerados "bem-nascidos". E o termo *ruim*, associado às noções de maldade, perversão, inadequação ou desagradável, era referente aos indivíduos considerados plebeus, os "sujeitos simples" que viviam na base da sociedade; o sujeito diferente do bom, dos nobres e aristocratas.

Nietzsche, em seu processo investigativo, aponta a ação da força nobre para a criação de valores próprios, formando novas palavras, sons típicos, para separar coisas e objetos, gerando afirmações sobre as realidades dos indivíduos, como a existência dos bons (nobres) e dos ruins (plebeus), noções que divergem dos conceitos morais na atualidade. Para Nietzsche, o sacramento (fé) adentrou o espaço discursivo, falsificando textos e criando falsos significados morais, em um jogo dialético de opostos, com valores fictícios que se autoafirmaram como verdades absolutas mesmo distantes da realidade, mas com uma força de verdade sobre as experiências de vida dos sujeitos em um dado momento histórico.

Diante dessas rupturas e descontinuidades dos fatos históricos da moral constatados pela genealogia nietzschiana, Foucault inspira-se nos pensamentos de Nietzsche, principalmente em relação ao método da genealogia, e começa a utilizá-lo como método de investigação, não para a busca origem, mas pelo que não foi dito. Segundo Foucault, a genealogia não propõe a busca pela origem (*Ursprung*):

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua "origem", negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim

retiradas, com o rosto do outro; não ter o pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fonds*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na ingenuidade longínqua da origem. (2005, p. 19-20).

De acordo com Foucault (2005), na perspectiva nietzschiana analisar os objetos históricos em relação a sua origem (*Ursprung*) é procurar sua essência, identidade, o que for mais puro em relação a sua verdade, envolta somente em si mesma e nada mais. No entanto, todos os demais fatos externos aos acontecimentos, seus acidentes, fissuras, descontinuidades serão esquecidos e excluídos pela busca de uma única verdade. Foucault, nesse sentido, acredita que a verdade absoluta é “uma invenção das classes dominantes” e “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.” (2005, p. 12).

A genealogia da moral de Nietzsche é uma crítica radical à noção de homem moderno, sendo nessa perspectiva que Foucault resolve elaborar o seu método de investigação e análise, pela genealogia do poder, por meio de suas práticas discursivas e não-discursivas durante a história ocidental. Foucault apropria-se dos conceitos de proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*), característicos da genealogia nietzschiana. Segundo a filósofa brasileira Marton, proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*) seriam:

A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. [...] A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma continuidade, não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma ideia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, [...] No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe

compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem. (2001, p. 203-204).

Para Nietzsche e Foucault, a genealogia não buscava a origem das coisas, pois para ambos não existia a perspectiva de essência, identidade, metafísica e verdade absoluta dos objetos, mas processos de discordâncias, rupturas, heterogeneidade de acontecimentos em sua origem e que deveriam ser investigados e trazidos para o cenário histórico dos acontecimentos, de verdades.

Para Foucault, a proveniência (*Herkunft*) ocorre na relação entre o corpo e a história, sendo o corpo o local onde os acontecimentos ocorrem nos indivíduos, na realidade que vivenciam, trazendo à tona a descontinuidade dos fatos na história, que acabam sendo esquecidos em favor da construção de verdades absolutas.

Enquanto isso, a emergência (*Entstehung*) é a presença das relações de poder no processo de significado das coisas. O que emerge dos acontecimentos, pelo processo de rupturas e descontinuidade, expõe o sistema de submissão das significações dos acontecimentos gerados pelos sistemas de forças, lutas e dominações, por meio de regras em um dado momento da história. A emergência (*Entstehung*) é a análise dos processos de dominação e de significação dos acontecimentos, atravessado por relações de poder, responsáveis por interpretações e apropriações dos discursos de verdade. Nessa perspectiva genealógica nietzscheana-foucaultiana, há procura por diversas gêneses, na investigação das emergências, rupturas de discursos históricos, sendo uma ação contrária à busca de conhecimentos pela metafísica, utilitarismo científico e valores morais religiosos.

O método genealógico de Foucault é apresentado na sua obra *Microfísica do Poder* (1979), no capítulo “Nietzsche, a genealogia e a história”, e se consolida como seu método de investigação e análise a partir da obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987). Para o filósofo brasileiro Roberto Machado, descrito na introdução de a *Microfísica do Poder*, a genealogia de Foucault:

É essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzscheana Foucault chamará genealogia. Parece-me em suma, que a mutação assinalada por livros como *Vigiar e Punir* de 1975. e *A Vontade de Saber* de 1976, primeiro volume da *História da Sexualidade*, foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise e capaz de explicar a produção dos saberes (2005, p. 10).

Foucault escolhe o poder como objeto de análise; a genealogia do poder, descrita como descentralizada, presente nas relações sociais, surge do combate de forças causadas por dispositivos de poder e seus discursos de verdades no processo de produção das subjetividades dos indivíduos em sociedade. A partir de Foucault, o filósofo Deleuze acredita que “o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação... longe de se exercer em uma esfera geral ou apropriada, a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades.” (2005, p. 37-38).

A genealogia do poder enquanto método foi empregada na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975), em que Foucault investigou sobre as modificações das técnicas de poder e das leis jurídicas na Europa, responsáveis pelas práticas punições ou sentenças de morte na sociedade. Para Foucault, a genealogia possibilitaria compreender a relação do poder nos discursos associados às práticas de disciplina e controle dos corpos:

Objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos (FOUCAULT, 1991, p. 26).

Nessa obra, Foucault questiona as ações de disciplina e poder exercidas após o fim da “morte do poder do rei” na sociedade ocidental, momento no qual a burguesia surge como grupo social e assume o poder, reorganizando as formas de disciplina, controle e punição aos indivíduos. As punições reais aos criminosos antes eram execuções em praças públicas, para o temor da sociedade, mas que não aconteceriam mais. Foucault sugere que o ato de execução foi substituído por práticas de vigilância, controle e disciplina dos sujeitos considerados criminosos, delinquentes e indisciplinados. Assim, novas práticas de poder estabelecidas pela burguesia associadas às mudanças econômicas direcionarão os comportamentos dos sujeitos em sociedade.

Em sua genealogia do poder sobre o sistema jurídico francês dos séculos XVII e XIX, na obra *Vigiar e Punir*, Foucault analisa o surgimento das prisões e outros espaços de isolamento como uma nova prática de disciplina e controle pelo poder dos sujeitos:

Na primeira metade do século XIX, houve toda uma empreitada de reclusão, acasernamento da classe operária em toda uma série de instituições não produtivas (além do aparato de produção), como, por exemplo, as instituições pedagógicas – creches, colégios, orfanatos; instituições corretivas – colônias agrícolas, casas de correção, prisões; instituições terapêuticas – asilos, albergues. Provisoriamente, seria possível pôr todas essas instituições sob o signo da reclusão. (FOUCAULT, 2015, p. 186-187)

De acordo com Foucault, ocorreu uma mudança na questão do poder no período da monarquia absolutista – o rei enquanto instituição de poder decidia qual seria o destino dos criminosos, como a sentença por execução em praça pública que é acompanhada, inicialmente, de castigos e torturas até a morte. Porém, com a queda do poder real na França e a entrada da política burguesa, bem como de sua proposta de mercado para a construção de uma república moderna, castigos e mortes públicas não seriam mais uma opção válida. A prisão e a criação de espaços para reclusão social surgem como novas práticas de poder, uma nova forma de vigiar e monitorar os corpos, separando os sujeitos e os disciplinando:

As disciplinas do corpo e as regulações das populações constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização de poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizada e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracterizando um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo. Velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O Panopticon, segundo Foucault, foi uma das maiores representações desse contexto de poder, por meio de torres centrais onde guardas vigiavam a todos os presos, suas condutas, comportamentos e possíveis atos subversivos. A prática de vigiar a sociedade aumentou a partir do século XX, com uma disciplina de vigilância dos corpos, pela separação dos considerados normais dos anormais, os sujeitos sadios dos doentes, os aptos a viver em sociedade dos não, como os classificados de criminosos. Toda essa nova estrutura social era atravessada pelo novo poder, que estabelecia todas as novas práticas de controle sobre os corpos e até da alma dos sujeitos por uso de instituições públicas, como prisões, escolas, manicômios, indústrias, em todos os lugares possíveis, para a organização da uma nova sociedade guiada pelo viés econômico, para a produtividade do corpo:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificadas; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma 'alma' o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (FOUCAULT, 1991, p. 31-32).

Foucault, com uso do método da genealogia do poder, analisou documentos históricos na perspectiva das singularidades, das coisas não ditas ou esquecidas no passado sobre o poder, para identificar o que chamou de discursos, os quais classificou como conjunto de verdades criado por saberes selecionados, que são responsáveis por práticas de poder no controle do corpo e da alma dos sujeitos, momento em que ocorre a transição do castigo pela morte para o encarceramento, a prisão dos sujeitos. O aceleração do processo de industrialização e de crescimento das economias mundiais nos séculos seguintes aumentaram as demandas do poder, que exigia maior produção de corpos e almas mais disciplinados, submissos e obedientes ao sistema de mercado, aptos às funções de trabalho e às ordens da economia.

Diante desse contexto de poder, Foucault investiga o surgimento de novos discursos e práticas de poder responsáveis pelo monitoramento e manutenção da vida, das populações, desde o nascimento até a morte. Na obra *Microfísica do Poder* (1978), coletânea de textos, aulas, entrevistas e palestras realizadas pelo filósofo em universidades, Foucault analisa novos dispositivos de poder como a medicina, prisão, psiquiatria, economia, geografia, estado, sexualidade, entre outros. A partir da genealogia, Foucault identifica que essas novas instituições sociais selecionam saberes e criam discursos de verdade para a realização de diversas práticas de poder

sobre os corpos em sociedade. O impacto das transformações econômicas e a penetração de suas demandas nas instituições sociais formularam novos discursos e práticas de poder para o assujeitamento dos corpos em sociedade, pela seleção de saberes e práticas de controle sobre os indivíduos.

O poder sobre a vida, o gerenciamento dos corpos para que sejam úteis e produtivos é o Biopoder nomeado por Foucault, em que, com a entrada da política, não é mais importante a morte de pessoas como imposição da ordem social, mas antes garantir a manutenção de toda uma estrutura social (nascimentos, duração da vida, número de mortos) para a sobrevivência dos sujeitos em sociedade. Aliada a esse processo surge a Biopolítica como um artifício de organização, controle, direcionamento das populações por meios e táticas (saber e poder) que aproximam questões biológicas (alimentação, higiene, sexualidade, natalidade etc.) das estratégias políticas de poder para o governo da vida das populações de modo coletivo. A Biopolítica surge nas obras *Em Defesa da Sociedade* (1976), *Segurança, Território e População* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979), sobre os quais aprofundamos a discussão no Capítulo 3 desta dissertação.

O método da genealogia empregado por Foucault em suas obras procurou não investigar o poder a partir de sua constituição jurídica na história, voltado somente ao poder do soberano no período monárquico da Europa, mas às outras formas de poder que perpassam o centro, o Estado. O poder, que em *Vigiar e Punir* surge para Foucault como um castigo, transforma-se em disciplina, depois cria mecanismos para o governo das populações como uma rede de poder que atravessa a todos os sujeitos de modo coletivo, formando suas identidades e verdades:

Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde elas desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram [...] (FOUCAULT, 1991, p. 15).

Foucault rompe com a metafísica e a história tradicional na busca de origens e verdades absolutas construídas por uma sequência evolutiva de fatos históricos. Pela investigação genealógica do poder, o filósofo encontrou emergências sobre esses fatos históricos, outras verdades silenciadas por poderes institucionais com propósitos

voltados ao controle da vida pelo biopoder; e das populações, pela biopolítica. De acordo com Foucault, o poder:

não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do poder (...). (2005, p. 248).

Foucault, ao realizar a genealogia do poder, não busca a sua origem, sua essência ou mesmo criar uma teoria sobre ele, mas se compromete a analisar o poder como uma prática que surge a partir das relações entre os sujeitos na história de modo heterogêneo, divergente e por rupturas. O poder acaba sendo uma ação sobre os corpos dos indivíduos, realizada não somente por instituições nas sociedades, mas também por micropráticas presentes em diversos lugares, formando as ações nos sujeitos, os assujeitando ao poder.

Em relação às práticas locais, elas também são direcionadas por sujeitos que no ato de governar possuem consciência do que estão realizando e quais objetivos buscam alcançar com tal prática de poder. Por isso, Foucault não propõe a construção da teoria do poder, senão o analisar em suas diversas formas de expressão na sociedade:

[...] mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (2005, p. 26).

O poder não estaria somente concentrado no Estado para Foucault, mas no periférico, nas instituições familiares, educacionais, hospitalares, criminais, entre outras. Os locais de criação das práticas de poder, às vezes independentes do próprio Estado, juntam-se no processo de criação e aplicação de diversas práticas de poderes e micropoderes. Essas práticas possuem saberes pré-selecionados que se apresentam em forma de discursos, os quais atravessaram os corpos dos indivíduos, moldando suas atitudes, gestos, comportamentos e até seus pensamentos:

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes “invenções” técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. (FOUCAULT, 1991, p. 173-174).

Logo, a genealogia do poder de Foucault não se concentra no que está ao centro, e, sim, à margem – os efeitos de poder que ocorrem nesses espaços, na história das sociedades. Essa visão não anula a presença de poder de Estado, mas Foucault adverte sobre a existência das práticas de poder em todos os lugares que atingem a todos os indivíduos, como uma grande maquinaria do poder.

Uma rede de controle é formada de modo ampliado, e o poder está em todos os corpos, por meio de lutas, embates, resistências nas relações entre os sujeitos. O poder é dividido em micropoderes, em diferentes instituições que formulam discursos considerados verdades, os quais serão materializados em práticas de poder na sociedade:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E tudo funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seus exercícios não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, tela que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações e forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórias que também se distribuem por toda a estrutura social. (MACHADO, 1979, p. 16).

A partir da genealogia do poder, Foucault acredita que os domínios do saber são responsáveis pela formação das Ciências Humanas, geradas por instituições que são associadas às práticas de poder. No surgimento de instituições e seus próprios discursos de verdade, como a prisão, com saberes da criminologia; do hospício, com a psiquiatria; da escola, com a pedagogia. Os saberes gerados pelas instituições reafirmam-se enquanto dispositivos, com suas práticas de poder disciplinar sobre os

sujeitos, com interesses mascarados voltados ao fortalecimento da economia na sociedade.

Essa análise genealógica do poder possibilitou a Foucault investigar sobre a existência dos discursos, disciplinas, práticas das instituições de enclausuramento (prisão, hospício, escolas etc.), o biopoder e biopolítica (controle sobre a vida e as populações). Segundo Foucault, as normas disciplinares seriam aplicadas a um corpo e à população, um movimento que vai do biológico à noção de população, pela ação da disciplina. Uma outra genealogia sobre a história:

A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (FOUCAULT, 2005, p. 34-35).

A partir da perspectiva de método genealógico de Foucault, buscamos investigar e analisar o possível assujeitamento de professores pelo documento educacional da BNC-Formação (Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica), sendo o objeto de pesquisa deste trabalho de dissertação, para refletir, investigar, efetuar e analisar as possíveis emergências que escapam desse documento educacional e impactam na realidade dos professores nos espaços educacionais.

Nesse olhar, encaramos a genealogia como método de pesquisa, com seu embasamento teórico inspirado nos estudos do filósofo Michel Foucault e com suas orientações metodológicas em relação aos saberes periféricos, esquecidos, oprimidos e silenciados pela maquinaria do poder. Ela possibilitou-nos ampliar e problematizar o nosso campo de análise em relação aos documentos legais educacionais como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e, principalmente, em relação à BNC-Formação, que impacta diretamente a prática educacional dos professores.

O propósito foi investigar como esses dispositivos educacionais criados pelo Estado, que surgem pelas vontades e interesses de humanos, selecionam, definem e divulgam saberes sobre fatos ou acontecimentos na história da Educação, em específico sobre a realidade profissional dos professores. Para analisar os discursos de verdade impostos pela BNC-Formação e quais possíveis saberes emergem desse cenário, suas práticas, acontecimentos, fatos periféricos, verdades silenciadas e até

esquecidas, provocados pelo embate das relações entre poderes, os quais criam possíveis processos de assujeitamento de professores na educação.

Em relação à BNC-Formação, enquanto documento ou política pública que surgiu em um dado contexto histórico no Brasil, e que continua a se modificar, pois o documento não está finalizado, com possibilidades de construção de novas resoluções e, assim, outras versões da BNC-Formação, se faz necessária, também, a reflexão Arqueogenealógica desse objeto de pesquisa por meio de Foucault. Na sua obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault enfatiza:

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência. Sob formas diferentes, esse tema representou um papel constante desde o século XIX: proteger, contra todas as descentralizações, a soberania do sujeito e as figuras gêmeas da antropologia e do humanismo (FOUCAULT, 2009, p. 15).

A pesquisa arqueogenealógica consiste em compreender a formação de um arquivo que, de acordo com Foucault, é um conjunto de discursos pronunciados em um dado período histórico e como, depois, esses discursos servem de base para o surgimento da genealogia, com a presença de seus interesses de poder nos discursos. Logo, a arqueologia não se preocupará com a verdade absoluta do discurso, mas em que momento ele se tornou verdadeiro em sociedade.

Para Foucault, o arquivo revela os discursos e sua formação histórica em relação a um determinado campo de saber, sendo sistemas enunciativos que unem coisas e acontecimentos, organizando esses enunciados por categorias para a sua existência em sociedade enquanto verdade. A compreensão da existência histórica de um arquivo e como a seleção de discursos (por meio de tensões e poder) são responsáveis pela produção de um sujeito e suas verdades são a base de investigação da arqueogenealogia.

O método da arqueogenealogia acaba possibilitando a construção de um arquivo; em seguida, a compreensão dos seus discursos por meio da análise de seus dispositivos operantes e a hipercrítica, que vai possibilitar entender a construção do sujeito por meio da relação dos discursos presentes no arquivo histórico em sociedade. A arqueogenealogia não foi um método criado por Foucault, mas foi utilizado pelo pesquisador português da área de comunicação, Antônio Fernando

Cascais, para organizar os deslocamentos metodológicos de Foucault, após a sua fase arqueológica.

O objetivo da arqueogenealogia é manter o método da arqueologia, em que ocorre a formação de um arquivo, por meio de um contexto histórico com verdades que, em si, são descontínuas, mas que formam uma verdade, com a junção de outros conceitos de Foucault, transformando em uma arqueogenealogia do saber-poder, e não mais uma arqueologia do saber. Nesse sentido, ampliamos o nosso método de investigação e análise para a arqueogenealogia, tratando a BNC-Formação enquanto um conjunto de discursos que surgem em um dado momento histórico, criando verdade sobre um sujeito em sociedade, mas que, ao mesmo tempo, são discursos atravessados por tensões de poder que, em disputada e combate de verdades e não verdades, selecionam quais conhecimentos são necessários para a formação pedagógica dos professores no Brasil.

Na sequência, trazemos uma seleção de pesquisas acadêmicas referentes ao processo de assujeitamento dos docentes no Brasil pela BNC-Formação, na perspectiva da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica. A partir do Estado do Conhecimento, observamos que os estudos buscaram investigar os impactos do documento da BNC-Formação sobre o trabalho dos professores.

2.2 ESTADO DO CONHECIMENTO: UM BREVE DIÁLOGO COM PESQUISAS REFERENTES À BNC-FORMAÇÃO A PARTIR DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA, PSICOPOLÍTICA E ASSUJEITAMENTO DE PROFESSORES

O Estado do Conhecimento é uma pesquisa bibliográfica baseada em produções acadêmicas como teses e dissertações, para compreender o que se está pesquisando em determinada área ou tema, em nível de pós-graduação. É uma maneira de encontrar quais temáticas de pesquisa foram, ou não, realizadas sobre o objeto de estudo. De acordo com Romanowski e Ens (2006), os estados do conhecimento:

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as

contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (p. 39).

Possibilita-nos buscar pesquisas realizadas que possuam relação ou proximidade com o nosso objeto de estudo, para identificar o que foi pesquisado, discutido, realizado e o que poderia ser inovador e que ainda não foi abordado sobre o assunto. De sentido, optamos realizar o Estado do Conhecimento na procura por pesquisas de dissertações e teses finalizadas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES).

O banco de dissertações e teses da CAPES é uma plataforma que dispõe de acervo bibliográfico de dissertações e teses defendidos nos Programas de Pós-graduação do Brasil, com informação e estatísticas sobre essa produção intelectual. O *site* é um espaço digital com inclusão de pesquisas para facilitar o acesso aos estudos realizados.

A partir do nosso estudo “Discursos da BNC-formação enquanto mecanismos de possíveis assujeitamentos de professores na educação”, com o objetivo de procurar pesquisas relacionadas, elencamos de início cinco descritores para pesquisar na plataforma da CAPES: “BNC-formação”, “Biopolítica”, “Noopolítica”, “Psicopolítica” e “Assujeitamento de professores”. O objetivo foi buscar pesquisas completas que fossem referentes à BNC-Formação e Assujeitamento Docente, ou pesquisas que utilizassem o conceito de Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica voltadas à análise da BNC-formação.

No dia 02 de setembro de 2021, acessamos a página da CAPES e digitamos nos campos de pesquisa o descritor “BNC-formação” AND “Biopolítica”, e nenhum resultado foi encontrado. Resolvemos fazer outra combinação e buscamos por “BNC-Formação” AND “Noopolítica”; novamente nenhum resultado foi encontrado. Em outra tentativa, combinamos as palavras-chave “BNC-formação” AND “Psicopolítica”, e nenhuma pesquisa foi encontrada mais uma vez.

A partir dessa primeira busca, podemos constatar que, até o momento na plataforma CAPES, não existiam estudos, entre dissertações e teses, referentes a assuntos que envolvessem BNC-Formação associada às abordagens teóricas da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica.

Como última busca conjunta, optamos por encurtar o primeiro descritor de “BNC-Formação” para “BNC” e inserir AND “Professores” no campo de pesquisa, com o setor de filtro sem estarem preenchidos os campos de delimitação de ano, área de

conhecimento, programa e instituição. Os resultados encontrados foram 8 dissertações de mestrado, entre os anos de 2020 e 2021. Em relação ao filtro área de conhecimento, as pesquisas estavam divididas em Educação (5), Dança (1), Educação de Adultos (1) e Letras (1).

Para refinar a pesquisa, decidimos selecionar nos filtros os campos que envolviam somente pesquisas Tipo Dissertação, Área de Conhecimento em Educação, Área de Concentração na Educação e Nome do Programa em Educação. A partir desse recorte, os números de trabalhos apresentados na busca reduziram para 5 dissertações. A seguir, no Quadro 1 estão elencados os cinco trabalhos encontrados na plataforma da CAPES com pesquisas relacionadas aos descritores “BNC” AND “Professor”, sendo estudos que não apresentaram os descritores em seus títulos de pesquisas, mas ao longo de suas construções investigativas:

Quadro 1 – Dissertações: pesquisas selecionadas e relacionadas aos descritores “BNC” e “Professor”

1) LOPES, Marcela Clarissa Damasceno Rangel de Farias Airemoraes. A docência em fio: Alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC. 14/01/2021. 213 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Biblioteca Depositária: http://www.unisinos.br/biblioteca/
2) ROSA, Thais de Souza Dias da. Discursos sobre a avaliação do desempenho docente nos textos políticos da Ibero-américa. 10/06/2021. 127 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Biblioteca Depositária: Rede Sirius.
3) RODRIGUES, Lucas de Paula. (Des)caminhos das políticas de formação inicial docente na Licenciatura em Educação Física: uma análise a partir das universidades estaduais do Paraná. 27/08/2021. 144 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM.
4) CARRARO, Marcia Regina Simpionl. A formação continuada de professores no município de Comodoro: impactos do Programa A União Faz a Vida na prática docente. 19/11/2021. 106 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília, Brasília. Biblioteca Depositária: Universidade Católica de Brasília.
5) FERREIRA, Samuel Giovanni dos Santos. A residência para a formação de professores no Brasil: certificação de competências e conformação docente. 14/12/2020. 173 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Biblioteca Depositária: <i>undefined</i> .

Fonte: O autor (2022), com base em dados obtidos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em 02 jul. 2021.

Na dissertação de mestrado a “A docência em fio: alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC”, Lopes (2021) procurou compreender a

produção da docência a partir de documentos legais como BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e pelos *sítes* do Movimento pela Base Nacional Comum - BNC-Formação) e do Movimento Todos pela Educação. A metodologia utilizada pela autora consistiu em uma análise documental em relação ao documento da BNCC, compreendendo os documentos como monumentos a partir de conceitos do filósofo Michel Foucault e do historiador Jacques Le Goff. Foram investigados materiais legais como documentos, pareceres, *sítes*, a BNCC e a BNC-Formação. A partir das concepções teóricas de ordem da problematização, utilizou o conceito de arqueologia de Foucault (2014); em relação ao conceito de episteme e arquivo, Castro (2009); sobre pesquisa documental, Foucault (2013) e Le Goff (1996); conceitos de enunciabilidade e de visibilidade, Deleuze (2005); a constituição do ser, Veiga-Neto (2013); e a história por tramas, Veyne (1998).

Na análise dos documentos selecionados com o suporte teórico, Lopes (2021) constatou que a construção da BNCC e de outros documentos legais como a BNC-Formação em um contexto de racionalidade neoliberal produzem uma docência voltada à (des)profissionalização do magistério e sua reprofissionalização. Segundo Lopes (2021), o uso da BNCC e da BNC-Formação servem para criar os sentidos de profissionalização docente, com mudanças nas práticas pedagógicas. A docência estaria associada às categorias de reprofissionalização e desprofissionalização dos professores, em vista de uma sociedade performática e com gerenciamento empresarial, para a criação de novas práticas para os docentes associadas à economia.

A dissertação “Discursos sobre a avaliação do desempenho docente nos textos políticos da Ibero-américa”, de Rosa (2021), investigou o processo avaliativo de desempenho de docentes presente na região Ibero-América, por órgãos internacionais que buscam alcançar uma qualidade educacional. Segundo a autora, as avaliações internacionais buscam não somente avaliar, mas na formação do magistério e no trabalho docente significar e regular o currículo através de conhecimentos, habilidades e competências estipulados por demandas externas, as quais apareceram nos resultados das avaliações dos docentes. A abordagem teórico-metodológica utilizada na pesquisa foi a Teoria do Discurso a partir de Laclau e Mouffe (2015), em uma perspectiva pós-estruturalista, em que buscou compreender os discursos enquanto práticas presentes nas sociedades, com o objetivo de fechamento dos sentidos, mesmo que de modo temporário, para o surgimento de novas

significações, conforme o contexto de surgimento. Os documentos analisados foram o parecer CNE/CP N°02/19, referente à institucionalização da Base Nacional Comum para a Formação Inicial dos Professores (BNC-Formação), e o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB).

Para Rosa (2021), a partir da leitura dos seguintes textos políticos de *Miradas sobre la educación en Ibero-americana: Desarrollo profesional docente y mejora de la educación* (2013), da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e *Antecedentes y Criterios para la Elaboración de Políticas Docentes en América Latina y el Caribe* (2013), da Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (OREALC/UNESCO), fez-se necessária a discussão sobre os discursos que pudessem defender uma avaliação conforme o currículo educacional presente na região Ibero-americana. Nesse contexto, analisou os processos de hegemonias, antagonismos e equivalências nessa construção do projeto de qualidade educacional e seus efeitos na docência, através do desempenho dos docentes nas políticas curriculares na região Ibero-americana, para interpretar o processo avaliativo sujeito aos docentes por organismos internacionais, traduzidos por documentos como BNC-Formação e ENAMEB.

A dissertação de mestrado intitulada “(Des)caminhos das políticas de formação inicial docente na Licenciatura em Educação Física: uma análise a partir das universidades estaduais do Paraná”, de autoria de Rodrigues (2021), investigou como as políticas educacionais atuam sobre a estruturação curricular acadêmica dos cursos de Educação Física das universidades estaduais do Paraná e a formação de seus professores. A metodologia do estudo foi de carácter qualitativo e descritivo, com a coleta de dados a partir da revisão integrativa, análise documental da declaração de Incheon (2016), com as Diretrizes de Formação Inicial Docente em Educação (CNE/CP n°02/2019 – BNC-Formação), Educação Física (CNE/CES n°06/2018) e realização de entrevista semiestruturada. Os dados coletados foram direcionados às políticas de formação inicial na Educação Física no Brasil, suas ações formativas, currículos, diretrizes de formação e habilitações associadas ao curso.

De acordo com Rodrigues (2021), os construtos dos documentos educacionais como habilidade e competências, tecnologia e informação, formação, avaliação, sustentabilidade e mercado de trabalho docente contribuem para a formação de um novo currículo para os cursos de Licenciatura em Educação Física, com incentivo de

habilidades e competências voltadas ao trabalho e à economia. Para a autora, os dados apontam que a BNC-Formação e a Educação Física (CNE/CES nº06/2018) buscam submeter a formação inicial dos licenciados no curso de Educação Física para responder às demandas da sociedade capitalista. O futuro professor de Educação Física seria um sujeito alienado, não crítico, não reflexivo de seu ato docente e somente reproduzidor das demandas econômicas neoliberais.

A dissertação de número 4, com o título “A formação continuada de professores no município de Comodoro: impactos do Programa a União Faz a Vida na prática docente”, sob autoria de Carraro (2021), apresentou como objetivo geral da pesquisa compreender como a formação docente ofertada no âmbito do Programa A União Faz a Vida (PUFV), com foco na metodologia por projetos, contribui para o aperfeiçoamento da prática do educador. Observando aspectos como o processo de formação inicial e continuada dos professores, a metodologia aplicada voltou-se à coleta de dados sobre a prática dos docentes no projeto do PUFV em Comodoro/MT e à capacidade de atendimento educacional dos docentes após a realização do projeto. O referencial teórico ancorou-se em fundamentos teóricos de Freire (1979; 1992), Morin (2018), Kilpatrick (2011), Imbernón (2010), Hernández e Ventura (1998), Zabala (1998), Nóvoa (2013), Perrenoud (2005), Gomes (2001), Vasconcelos (2011), Demo (2002), Casco (2019), Tardif e Gouthier (2014), Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), Delors (1998), entre outros. Em relação à metodologia, foi realizada a análise documental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394 (BRASIL, 1996); da Lei n.º 13.005 (BRASIL, 2014), do Plano Nacional de Educação (PNE), da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e de documentos normativos do PUFV. Na metodologia também foram incluídas entrevistas por meio de roteiros semiestruturados com docentes que participavam do projeto PUFV. Para Carraro (2021), foi importante compreender como os professores que participam do projeto PUFV conseguiam adquirir melhorias nas suas práticas educacionais a partir do projeto, sendo valioso analisar quais os aspectos positivos e negativos da ação de projetos coletivos na educação, como forma de aprimorar a ação dos docentes por essas atividades.

Na última dissertação de mestrado, intitulada “A residência para a formação de professores no Brasil: certificação de competências e conformação docente”, realizada por Ferreira (2020), o objetivo foi desvelar o projeto político-pedagógico que

subjaz a residência para a formação de professores no Brasil, residência representada pelo Programa de Residência Pedagógica (PRP) (CAPES, 2018). Uma formação inicial para professores direcionada pelas normas da Política Nacional de Formação de Professores (PNFP) (BRASIL, 2017), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCNFIP) e a Base Nacional Comum (BNC-Formação). Em relação à metodologia, a pesquisa realizou um levantamento acadêmico em relação a estudos anteriores sobre residência na formação de docentes, à análise de documentos internacionais de Organismos Multilaterais (OM) com recomendações para o programa de residência e comparação de dados do Programa Residência Pedagógica com os documentos BNC-Formação e as DCNFIP. A autora sinaliza que esses documentos, principalmente o de Organismos Multilaterais, são responsáveis pelo conformismo de sujeitos na sociedade neoliberal, sendo participativos e qualificados para ela. Conforme Ferreira (2020), o Programa de Residência Pedagógica surge com uma proposta voltada à avaliação de competências profissionais e produtividade, sendo um dispositivo com função de monitoramento dos futuros profissionais do magistério, para que sejam formados de acordo com os princípios da sociedade de mercado. A construção de uma educação na qual o professor seja antes profissional, empreendedor de si, apto ao mercado de trabalho, que se encaixe no sistema capitalista.

No mesmo dia, na base da Capes, optamos por realizar essa nova busca na tentativa de encontrar mais trabalhos a partir da associação dos descritores “BNC” AND “Professor” no campo de pesquisa do portal; decidimos selecionar nos filtros os campos que envolviam somente pesquisas Tipo Doutorado, na Área de Conhecimento em Educação, Área de Concentração na Educação e Nome do Programa em Educação. A partir desse recorte, os trabalhos encontrados foram no total de 2 teses, conforme elencamos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Teses: pesquisas selecionadas e relacionadas aos descritores “BNC” e “PROFESSOR”

1) XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. **Das necessidades formativas aos sentidos e significados da formação continuada de professoras da educação infantil:** um estudo de caso dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia (2013-2019). 09/12/2020. 330 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Biblioteca Depositária: Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia.

2) VITAL, Soraya Cunha Couto. **Formação Continuada de Professores:** uma análise a partir das bases teórico- metodológicas das propostas formativas 11/08/2021. 364 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFMS.

Fonte: O autor (2022), com base em dados obtidos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, em 02 jul. 2021.

Na tese intitulada “Das necessidades formativas aos sentidos e significados da formação continuada de professoras da educação infantil: um estudo de caso dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia (2013-2019)”, da autora Ximenes (2020), o objetivo geral da pesquisa foi apreender os sentidos e significados que as professoras da Educação Infantil atribuem aos processos formativos vivenciados na Rede Municipal de Educação de Goiânia/GO. A fundamentação teórica utilizada foi o materialismo histórico-dialético indivíduo/sociedade Marx (2004, 2011) e a Teoria da Atividade Leontiev (1989), para compreender a atividade pedagógica responsável pela formação docente. A metodologia foi a partir da análise de documentos, como as políticas educacionais BNCC, a BNC-Formação e a proposta político-pedagógica de Educação Infantil do município, além de entrevistas e questionários com as professoras da Educação Infantil. Segundo Ximenes (2020), o estudo mostrou que as políticas de formação e o profissionalismo dos professores buscam resumir seus processos educacionais às práticas do mercado, favoráveis à hegemonia burguesa. Nesse cenário, ocorre a resistência de professores da região ao atual projeto educacional estipulado pela BNCC e BNC-Formação, pois os docentes não conseguem realização em seu trabalho pedagógico a partir das ações formativas impostas pelos documentos educacionais, as quais não incentivam a possibilidade de transformação social, o desenvolvimento docente e a realização de uma prática revolucionária na Educação Infantil, tanto para alunos como para professores.

Na última tese, “Formação Continuada de Professores: uma análise a partir das bases teórico-metodológicas das propostas formativas”, de autoria de Vital (2021), investigou-se sobre qual o projeto de formação continuada de professores é proposto

nas redes públicas de ensino de Campo Grande/MS, analisando-os à luz da Psicologia Histórico-Cultural. A abordagem teórica baseou-se em postulados de Vigótski e do materialismo histórico-dialético de Marx. A metodologia utilizada foi: pesquisas bibliográficas, levantamento de trabalhos acadêmicos no banco de dissertações e teses da CAPES, universidades públicas sul-mato-grossenses e buscas nos Anais GT 08 da ANPED – Formação de Professores, além de mapeamento das políticas públicas de formação docente: Resoluções 01/2002; 02/2015; 02/2019; 01/2020, BNCC e BNC-Formação. Houve realização de entrevistas semiestruturadas com professores, técnicos, profissionais de coordenadorias e superintendências de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS (SEMED/CG) e da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). Para Vital (2021), a pesquisa mostrou que o espaço de formação de professores está configurado como um local de disputa por poder, onde não há espaço para o ator principal do processo, o docente, e nem perspectiva para a realização de uma educação cidadã e emancipadora. As políticas educacionais BNCC e BNC-Formação propõem uma educação tecnicista, voltada para competências e habilidades na prática dos professores, o que seria considerado um retrocesso no processo de ensino e aprendizagem. As instituições educacionais estaduais de Campo Grande estariam respondendo a demandas de empresariamento da educação, para a manutenção do sistema neoliberal, ao contrário de uma educação de resistência, libertadora, oposta às imposições do mercado de trabalho.

Podemos constatar que as pesquisas, mesmo com temáticas distintas, convergem para conclusões semelhantes em relação à BNC-Formação no decorrer de suas escritas. O primeiro aspecto detectado que aproximou os estudos foi a sinalização da presença massiva de interesses do capitalismo, empresariado, mercado de trabalho e economia na formação das normas da BNC-Formação. As pesquisas em geral apontaram a ação da economia na estruturação de educação brasileira, com o objetivo de formar e produzir o futuro trabalhador para o mercado de trabalho. Para isso, a BNC-Formação, aliada à BNCC, inclui a pedagogia de competências, direcionada à aquisição de habilidades a partir da educação escolar, uma forma de mascarar a formação educacional voltada somente aos interesses de mercado, totalmente distantes do processo de aprendizagem que cultive subjetividades críticas, mais favoráveis a uma sociedade democrática.

Os estudos também problematizaram a BNC-Formação e sua relação com grandes influências econômicas e empresariais, que contribuem para a exclusão e ausência dos professores e alunos em seu próprio processo de aprendizagem educacional. A BNC-Formação atua como documento norteador pré-estabelecido, voltado à formação inicial, continuada e progressão docente, em que professores deverão dominar os conteúdos e saber ensiná-los, além de organizar a aprendizagem e a avaliação dos alunos. Um documento de monitoramento das práticas educacionais dos professores, com avaliações internas e externas para acompanhar se o trabalho docente está alinhado às demandas de profissionalização e eficiência do mercado neoliberal, construindo uma educação por vigilância, controle, para servir aos interesses econômicos da sociedade neoliberal brasileira.

É um último aspecto amplo que atravessou todas as pesquisas foi a questão de a formação dos alunos estar direcionada ao mercado de trabalho, ação que reduz drasticamente as possibilidades de uma educação voltada ao incentivo da autonomia, criatividade, criticidade, coletividade, igualdade e democracia entre os sujeitos. A educação em um contexto neoliberal, pelo contrário, busca em suas normas uma aprendizagem para a formação de sujeitos dóceis, passivos e reprodutores dos conhecimentos presentes na BNC-Formação. Um perfil de sociedade no qual, pois, as pessoas possam adentrar no mercado de trabalho, sem nenhuma ação reflexiva ou crítica sobre os reais interesses da economia sobre os caminhos de suas vidas em sociedade.

Diante das pesquisas acadêmicas e de seus resultados, foi possível compreender a importância e a urgência da presente pesquisa acerca dos “Discursos da BNC-Formação enquanto mecanismos de possíveis assujeitamentos de professores na educação”. O Estado do Conhecimento realizado no banco da CAPES possibilitou-nos identificar que nenhum dos estudos anteriores utilizou o documento BNC-Formação como objeto central em seu processo de investigação e análise em suas pesquisas e, a partir desse dado, acreditamos na possibilidade de contribuição acadêmica e social na realização desta dissertação, na formação de novos estudos em relação a essa temática.

2.3 ALGUNS CENÁRIOS DOS PROFESSORES NO BRASIL: DADOS SOBRE A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta parte da pesquisa optamos por analisar alguns dados referentes à situação de trabalho dos professores no Brasil, a partir do relatório “Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão.” Um dos motivos para a análise desse relatório em específico é de sua publicação ser do ano 2021, logo após a instituição da BNC-Formação, que foi homologada pela Portaria MEC nº 882, em 23 de outubro de 2020.

Esse estudo foi uma iniciativa da Fundação Carlos Chagas (FCC) em colaboração com o órgão Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e), com o objetivo de analisar de forma comparativa os dados sobre a quantidade de trabalho dos professores do Ensino Fundamental no Brasil, Estados Unidos, França e Japão. O propósito foi coletar informações para compreensão do trabalho dos professores no Brasil e que pudessem ser incluídos nas futuras propostas de discussões nas políticas educacionais do país. De acordo com uma das pesquisadoras do relatório educacional, Moriconi adverte:

O Brasil tem avançado ao reconhecer a importância dos professores e propor políticas estruturantes em relação à sua formação inicial e continuada. Embora igualmente relevantes para uma atuação de qualidade, as condições de trabalho dos docentes ainda não recebem atenção semelhante no debate público. Apesar de o tema não ser novo, a realidade dos professores brasileiros ainda é bastante desafiadora e a discussão precisa ser aprofundada para encontrarmos formas mais efetivas de equacionar o volume de trabalho e a natureza das atividades desenvolvidas, entre outras questões. Ao comparar condições relativas ao volume de trabalho docente no Brasil com outros países, fica evidente a complexidade da nossa realidade e que precisamos aprimorar esta questão estrutural, extremamente importante para o aprendizado dos estudantes. (2021, p. 2).

Segundo a pesquisadora, a escolha dos quatro países para o comparativo de dados se deve ao sistema de metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb busca, por meio de avaliações nacionais, a média do nível de aprendizado dos alunos no Brasil e, após isso, consegue estabelecer metas para o aperfeiçoamento da educação brasileira. Essa ferramenta auxilia no objetivo de a educação no Brasil alcançar o desempenho educacional dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A média educacional dos estudantes é analisada pelo Ideb a partir da média dos estudantes de países que participam da OCDE. Nesse sentido, a pesquisa da FCC e da D³e fez um comparativo – não dos estudantes, mas das condições de trabalho dos seus professores no Brasil, em relação aos demais países que apresentavam dados próximos aos de interesses de alcance do Ideb para o Brasil:

Com o intuito de pautar o debate de uma maneira propositiva, fizemos um recorte que aprofunda a descrição da situação dos professores que lecionam no segundo segmento do ensino fundamental (ou em segmentos análogos internacionalmente) e dimensionamos e descrevemos as principais dificuldades encontradas. Assim, caracterizamos de uma maneira concreta os principais problemas presentes na realidade das escolas. (MORICONI, 2021, p. 2).

De acordo com a pesquisa, países como Estados Unidos, França e Japão foram os que, a partir do desempenho dos estudantes em conhecimentos de leitura e matemática, tiveram desempenho de acordo com o esperado pela média e conforme os países da OCDE. Apesar da realidade educacional desses três países serem bem diferentes da que se apresenta no contexto brasileiro (entre os fatores, estão tamanho da população, pobreza e desigualdade), ainda assim se aproximam do cenário do Brasil, possibilitando esse comparativo em relação à demanda de trabalho dos professores nesses quatro países, a partir dos Anos Finais do Ensino Fundamental na educação.

Os dados para análise da pesquisa foram retirados principalmente do relatório *Teaching and Learning International Survey (TALIS)*, de 2018. O TALIS aplica diversos questionários aos professores e diretores escolares, geralmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental que, no Brasil, corresponde do 6º ao 9º ano. Para aprofundar a investigação em relação ao trabalho dos professores em nosso país, também foram utilizados dados referentes ao Censo da Educação Básica de 2019. Em relação às especificidades do Ensino Fundamental dos quatro países, Moriconi destaca:

Na França, essa etapa é oferecida nos *collèges* e, assim como no Brasil, tem duração de 4 anos, do 6º ao 3º ano, após 5 anos de escola primária (FRANCE, 2020a). No Japão, essa etapa é composta por 3 anos, do 1º ao 3º ano, oferecidos em escolas *chugakko*, após 6 anos na escola primária (JAPAN, 2010a). Já nos Estados Unidos, para efeitos de comparação estatística, o ISCED foi definido do 7º ao 9º ano, mas há bastante variação nas formas de organização escolar. O modelo predominante em número de escolas é o de *middle schools*, começando no 4º, 5º ou 6º ano e terminando

no 8º ano, seguido pelas *high schools*, que oferecem do 9º ao 12º ano (UNITED STATES, 2018 apud MORICONI, 2021, p. 13).

O foco da pesquisa do trabalho dos professores foi direcionado à análise de dados referentes às redes públicas de ensino nos quatro países, pois o setor público abarca o maior número de matrículas na modalidade de Ensino Fundamental em todos os países selecionados. De acordo com a OCDE (2017), as demandas de matrículas no Ensino Fundamental Anos Finais (EFII) correspondem a 93% no Japão, 91% nos Estados Unidos, 86% no Brasil e 78% na França. Em relação à alta demanda de matrículas nos Anos Finais no Brasil, temos o segundo motivo para escolha dessa pesquisa na análise da situação de trabalho dos professores no país. A seguir, tem-se a Figura 1, que ilustra o volume de trabalho dos professores no Brasil, Estados Unidos, França e Japão:

Figura 1 - Resumo dos Indicativos do Volume de Trabalho Docente no Brasil, Estados Unidos, França e Japão

TABELA 1. RESUMO DOS INDICATIVOS DO VOLUME DE TRABALHO DOCENTE NOS QUATRO PAÍSES				
INDICATIVOS	BRASIL	EUA	FRANÇA	JAPÃO
Mais de uma escola de EFII	20% ⁵	1,7%	4,7%	2,7%
Mais de uma etapa	61%	Até 36% ⁶	Não ocorre	
Mais de uma rede	30%	Não ocorre		
Professores com mais de 30 alunos por turma	48%	27%	7%	65%
Número de turmas por professor (matemática)	56% até 6 31% de 7 a 10 13% mais de 10	Até 7	Até 4	Até 7
Número de turmas por professor (língua estrangeira)	30% até 6 26% de 7 a 10 44% mais de 10	Até 7	Até 6	Até 5
Número total de alunos por professor (matemática)	64% até 200 22% de 201 a 300 14% mais de 300	Até 280	Até 140	Até 280
Número total de alunos por professor (língua estrangeira)	40% até 200 21% de 201 a 300 39% mais de 300	Até 280	Até 210	Até 280
Professores que atuam em tempo integral (considerando todos os empregos como docentes)	43%	97%	87%	90%
Média de horas por semana ensinando em uma escola ⁷	28	28	19	18
Média de horas totais de trabalho por semana em ⁸ uma escola	36	47	39	59

Fonte: TALIS 2018 (OECD, 2019) e Censo da Educação Básica de 2019 (BRASIL, 2020).

A diferença de dados entre o Brasil e os demais países em relação ao quesito volume de trabalho acabou denunciando os números elevados que envolvem 20%

do quadro de professores trabalhando em mais de uma escola de EFII (Ensino Fundamental Anos Finais); 61% em mais de uma etapa de ensino; 30% em mais de uma rede; 48% dos professores brasileiros atendendo acima de 30 alunos por turma, além docentes das disciplinas de Português e Matemática atenderem na média de 200 a mais de 300 alunos por semana. Os dados apontam que o trabalho do professor brasileiro é direcionado para a realização somente de aulas, sem atividades extras, com o maior alcance possível de alunos em um turno de 20h na Rede Pública de Ensino:

As diferenças na contratação e nas atribuições dos professores apontam para visões distintas acerca do trabalho docente no Brasil e nos demais países estudados. Enquanto Estados Unidos, França e Japão contratam prioritariamente professores em tempo integral por escola, atribuindo-lhes um papel que tem como aspecto central a sala de aula mas que não se restringe a ela, no Brasil os professores são contratados para serem “fornecedores de aulas”. Os contratos brasileiros são majoritariamente em tempo parcial para uma ou mais escolas e essencialmente para lecionar um conjunto de aulas, sendo adicionado um pequeno período para atividades que as viabilizem. (MORICONI, 2021, p. 8).

A pesquisadora enfatiza que nos Estados Unidos, França e Japão os contratos dos professores ocorrem de modo integral e, assim, trabalham manhã e tarde na mesma instituição escolar, situação que possibilita aos profissionais participarem de outras atividades dentro de um única escola, não atuando somente na realização de aulas, mas em atividades fora da sala, com participação na comunidade escolar. No entanto, em relação ao Brasil, os dados apontam, segundo Moriconi, que o trabalho dos professores enquanto profissionais da educação são de “fornecedores de aulas” (2021, p. 7).

Moriconi alega que questões como a possibilidade de os professores terem mais de um emprego, trabalhando em mais instituições de ensino, dificulta sua presença em uma única escola e a realização de outras atividades, além das aulas nas escolas. As aulas são realizadas para um número cada vez maior de alunos, não havendo uma atenção política em relação ao aumento de trabalho desses professores e o impacto de atendimento educacional oferecido aos alunos em sala de aula. A seguir, a partir da Figura 2, a pesquisa fornece um quadro com a caracterização em relação à contratação dos professores nos quatro países:

Figura 2 - Caracterização da contratação de professores nos países analisados

	BRASIL	FRANÇA	EUA	JAPÃO
Quem contrata os professores para as escolas públicas	União, 27 Unidades Federativas e 5.570 municípios ²⁰	Estado (único empregador)	13.500 distritos escolares	47 províncias e 18 maiores cidades
Pré-requisitos	Licenciatura na disciplina que vai lecionar		Certificado obtido a partir do cumprimento de créditos em instituições de ensino superior, cujo tipo e quantidade dependem do contexto	
Etapas nas quais o professor de EFII pode atuar	Licenciaturas habilitam para EFII e ensino médio		Exigências variam bastante entre estados ²¹	Certificado é específico para cada disciplina e etapa ²²
Jornadas de trabalho contratuais	Variadas – descritas no texto a seguir	Baseadas no número de horas em sala de aula por semana: 15 horas (professores associados) e 18 horas (professores certificados) ²³	Variadas – nos maiores distritos as jornadas mais comuns têm duração entre 7,5 e 8 horas diárias ²⁴	8 horas por dia e 40 horas por semana
Número de contratos e de escolas	Variados – descritos no texto a seguir	Escolas regulares funcionam em turno único e professores possuem um único contrato de trabalho, atuando, salvo raras exceções, em uma única escola		

Fontes: Brasil (1996), France (2020b; 2020c, 2014), Japan (2010b); United States (2004, 2016), Cros e Obin (2003) e Japan (1947).

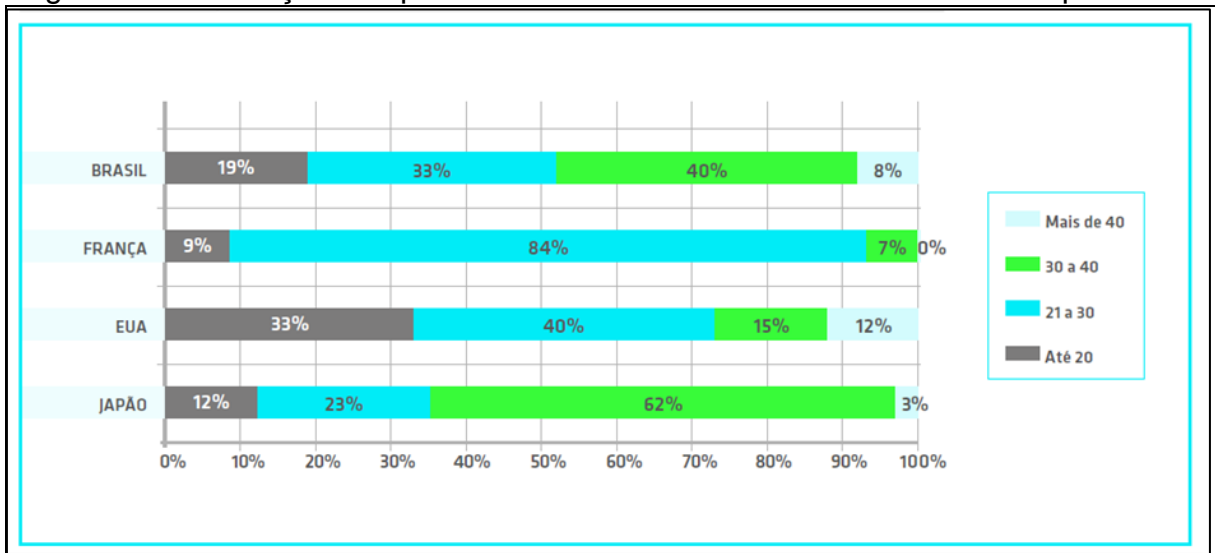
Em relação às categorias de ‘Jornadas de trabalho contratuais’ e ‘Número de contratos e de escolas’, podemos verificar que o resultado da avaliação do Brasil aparece como ‘Variados’, não ocorrendo uma preocupação com as horas de trabalho dos professores no país. Os docentes podem semanalmente trabalhar em três turnos, com cargas horárias que ultrapassem 44h de trabalho semanais, em diferentes instituições de ensino. Em relação à jornada de trabalho e aulas, Moriconi adverte:

A(s) jornada(s) de trabalho dos professores brasileiros pode(m) ser exercida(s) em uma ou mais escolas e em uma ou mais etapas de ensino. Diferentemente dos outros países analisados, no Brasil é comum não esperar que o professor esteja na escola durante toda sua jornada. Há casos em que a jornada prevê horas de livre escolha do local de trabalho e casos em que, embora essa “livre escolha” não seja oficial, ela acaba ocorrendo porque só se cobra a presença dos professores durante aulas e atividades coletivas. Além disso, no Brasil é permitido ao docente ter outro emprego, inclusive acumular cargos públicos, não havendo um limite de horas para o acúmulo dessas jornadas (BRASIL, 1988 apud MORICONI, 2021, p. 16).

As jornadas de trabalho dos professores variam conforme a necessidade de trabalho, de sua renda mensal. O salário dos professores é considerado muito baixo se comparado ao de outras profissões e das condições de sobrevivência no Brasil; os profissionais acabam trabalhando com cargas horárias altas, em instituições

diferentes. Nesse cenário, o professor possui uma sobrecarga de trabalho e um atendimento elevado de alunos por instituições, em turnos diferentes durante a semana. Abaixo, a Figura 3 ilustra por meio de gráfico os dados sobre a distribuição dos professores de acordo com número de alunos por turma:

Figura 3 - Distribuição dos professores de acordo com número de alunos por turma



Fonte: TALIS 2018 (OECD, 2019).

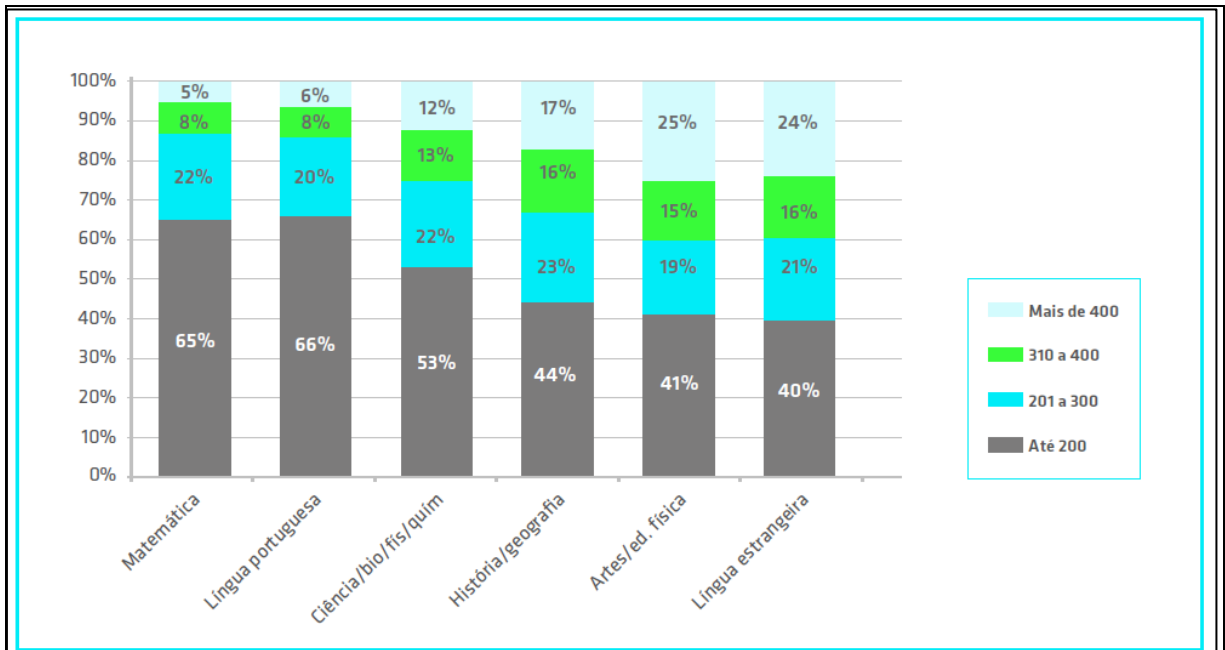
A partir da Figura 3, percebemos que 33% dos professores no Brasil atendem de 21 a 30 turmas por semana, enquanto uma porcentagem maior de 40% (quase a metade) realiza suas aulas para 30 a 40 turmas semanalmente. A união dessas duas porcentagens chega ao total de 73% do número de professores brasileiros, número maior que a metade de profissionais que trabalham com mais de 20 a 30 turmas diferentes, as quais possuem alunos com idades distintas, além do planejamento das aulas conforme nível e a disciplina/unidade curricular em cada ano escolar. Para Moriconi, essa quantidade de turmas para um número pequeno de professores dificulta a aprendizagem:

E ainda que o número de alunos por turma seja relevante, o número de turmas e, conseqüentemente, o total de alunos por professor (somando-se todas as turmas), representam de forma mais completa o volume de trabalho desses profissionais. Lecionar para grande quantidade de alunos, simultaneamente, dificulta diversas práticas consideradas essenciais para a eficácia do ensino, tais como conhecer os estudantes, planejar atividades com base em seus conhecimentos e experiências e oferecer devolutivas informativas para que avancem. Trata-se de um aspecto de grande importância na qualidade do trabalho docente e que tende a não receber atenção no debate nacional, com exceção do indicador de esforço docente

calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que o inclui. (BRASIL, 2014 apud MORICONI, 2021, p. 21).

Nesse contexto, os professores brasileiros encontram-se como sendo fornecedores de aulas para um número cada vez maior de turmas que possam ser atendidas por um professor, na sua semana de trabalho. Não há uma análise sobre o tempo para elaboração dessas aulas, a questão do professor conhecer o nível de aprendizado dos alunos ou a saúde desse profissional perante a realização de um número elevado de aulas em todo o ano letivo. A seguir, a Figura 4 exemplifica a distribuição de professores brasileiros de acordo com o número total de alunos:

Figura 4 - Distribuição de professores brasileiros de acordo com o número total de alunos



Fonte: Censo da Educação Básica 2019 (BRASIL, 2020).

De acordo com o Censo da Educação Básica (BRASIL, 2020), 16% dos professores de Língua Estrangeira realizam aulas semanalmente para um grupo de 310 a 400 alunos em diferentes instituições escolares. Em disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, mesmo com maior número de professores e maior carga horária semanal, 65% a 66% dos professores atendem a 200 alunos por semana. Em geral, a média de atendimento educacional dos alunos nas disciplinas supera o número de 200 a 300 alunos por turma, excedendo, em alguns casos, a quantidade de 400 alunos por semana:

Por sua vez, os professores brasileiros em situação mais favorável são os que lecionam língua portuguesa (língua materna) e matemática. Ainda assim, uma parcela significativa deles está em desvantagem em relação aos colegas dos outros países. Pouco mais de 40% dos professores de língua materna e matemática no Brasil têm sete ou mais turmas - algo raro nos Estados Unidos e no Japão e que não ocorre na França, onde os professores dessas disciplinas têm, no máximo, quatro turmas. Em língua materna e matemática, os professores estadunidenses e japoneses podem ter no máximo 280 alunos, mas é comum que este número fique abaixo de 200, enquanto na França ele é ainda menor: no máximo, 140 alunos por professor. Enquanto isso, no Brasil passa de um terço a proporção de professores dessas disciplinas com mais de 200 alunos. (MORICONI, 2021, p. 26).

Os professores brasileiros, segundo a pesquisa, em comparação com os demais países, em Língua Portuguesa e Matemática que possuem maior atenção por parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com maior carga horária se comparados às demais disciplinas, mesmo assim, no geral, todas as disciplinas possuem um número elevado de atendimento de aulas semanalmente. Para Moriconi (2021), o objetivo dessa pesquisa voltada à alta demanda de trabalho dos professores brasileiros visava coletar dados que fossem utilizados pelas políticas públicas nacionais como forma de melhorar a situação do professor no Brasil.

Como sugestão, a pesquisadora considera importante, a partir do comparativo de dados do estudo, a contratação de modo integral de professores em uma única escola, não somente para realizar aulas, mas outras atividades que complementem seu trabalho e que possam contribuir para a comunidade escolar; tempo para que o professor realize atividades voltadas ao planejamento das atividades, ao bem-estar e à motivação dos alunos na escola; aumento do salário dos professores conforme outras atividades em sociedade, que requer o mesmo nível de formação de acordo com o mercado de trabalho, e mudança do paradigma do professor somente como fornecedor de aulas nos espaços escolares.

Essa parte de nosso estudo buscou, por meio de recortes dados envolvendo essa pesquisa internacional, compreender a situação de trabalho dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, nos anos de 2018 e 2019, período próximo ao lançamento do documento da BNC-Formação. De acordo com os dados, o cenário de trabalho dos professores não se mostra nada favorável, posto que apontam que professores, em sua maioria, trabalham com jornadas de 20h em duas ou até três instituições de ensino, com cargas horárias acima das 44h semanais. Os professores, de acordo com a pesquisa, sujeitam-se a essa ampla carga de trabalho, devido aos baixos salários disponibilizados para a sua função, além de quase não haver

professores em tempo integral por escola. No geral, os professores acabam destinando suas horas de trabalho para a realização de aulas, não havendo nenhuma carga horária extra disponível para participação em outras atividades que envolvam a comunidade escolar e os alunos.

Diante dessa longa jornada de trabalho, semanalmente os professores atendem em média de 300 a 400 alunos, dependendo da disciplina/unidade curricular e da carga horária cedida a ela, o que impossibilita o professor de conhecer cada aluno, por meio da realização de um trabalho individualizado, sendo priorizadas somente a aplicação de aulas e a conclusão das atividades no ano letivo. Em um contexto de alta performance dos professores e o atendimento do maior número de alunos, ambos não possuem tempo para se conhecerem e trabalharem questões sociais na aprendizagem escolar.

Em resumo, temos professores com uma jornada de trabalho que chega, em alguns casos, a três turnos de expediente, com salários baixos, o que faz o docente trabalhar em mais de duas instituições de ensino, com atendimento em média de 300 alunos e sujeito ao comprometimento do processo de aprendizagem, devido à alta demanda de trabalho semanal. O cenário do professor da Educação Básica não é nada agradável e esses dados ajudaram na compreensão do possível assujeitamento dos professores pelo documento da BNC-Formação. A seguir, aprofundamos mais acerca das características que criam essa realidade em que os professores estão inseridos e que dispositivos de poder atuam sobre seus corpos, mentes e psicológicos.

3 OS MECANISMOS DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NA CONTEMPORANEIDADE

Nesta parte da pesquisa, investigamos os elementos de estruturação da sociedade ocidental, da qual os professores fazem parte, para a compreensão de como esses contextos de sociedade de poder interferem nos comportamentos e ações dos docentes. Primeiro, analisamos os conceitos de Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica enquanto mecanismos de poder sobre os sujeitos; na sequência, investigamos o processo de desenvolvimento e consolidação do neoliberalismo mundial na perspectiva foucaultiana e, na terceira, analisamos a relação entre o neoliberalismo e a educação no Brasil.

Na primeira parte, optamos por analisar conceitos de filósofos que dialogavam com o pensamento em relação ao dispositivo de poder em Foucault e que dariam continuidade à noção de mecanismo de controle a partir de novas demandas econômicas na sociedade. De início, abordamos o impacto da Biopolítica de Foucault, enquanto controle social para a vida e da população (nascimento, desenvolvimento e morte); após, o conceito de Noopolítica presente nas obras de Lazzarato, o qual considera a mente o novo alvo de domínio dos mecanismos de poder em sociedade ocidental; enfim, a noção de Biopolítica de Byung-chul Han, que atualiza as formas de controle social pela sujeição do psicológico ou psique dos seres humanos.

Depois desse diálogo, notamos o uso frequente dos termos “economia”, “mercado”, “liberalismo” e “neoliberalismo” até o momento da pesquisa, de modo que foi importante reservarmos uma parte dela para compreender o processo de surgimento dessa sociedade de mercado. Na perspectiva foucaultiana, a partir de sua obra *Nascimento da Biopolítica*, analisamos as fases de formação da economia neoliberal, desde o surgimento do mercado, os motivos que o transformaram em liberalismo e as suas futuras versões de neoliberalismo que constituíram as estruturas do poder econômico neoliberal na contemporaneidade.

Na última parte, analisamos o surgimento do sistema neoliberal no Brasil, por meio das ações dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, associados ao contexto empresarial e voltado ao investimento no mercado, para a implantação do neoliberalismo no país. Além da intervenção do neoliberalismo no sistema educacional do Brasil, mudando toda a estrutura curricular de

aprendizagem, aproximou-se a educação das demandas impostas pelo mercado neoliberal.

A partir das noções de Biopolítica, Noopolítica, Psicopolítica, desenvolvimento do neoliberalismo mundial e relação entre neoliberalismo e educação, fizemos uma investigação dos possíveis cenários de sociedade que interferem na vida dos professores, sendo sujeitos em sociedade. Logo, estão sob o controle de formas de poder que se transformam na história e conforme as demandas econômicas, a alterar as ferramentas de controle dos sujeitos, seja pelo uso de seu corpo, mente, psicológico e prazer.

3.1 DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA À PSICOPOLÍTICA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DOS SUJEITOS EM SOCIEDADE

O conceito de biopolítica surge, primeiramente, em Foucault, na palestra realizada no Rio de Janeiro, intitulada “O Nascimento da Medicina Social”, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, a UERJ, em 1974. Nessa conferência, Foucault lembra que a medicina foi responsável pela socialização do corpo – “Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importa antes de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1974, p. 211).

Porém, somente com a realização da obra *A Vontade de Saber* (1976) e os cursos ministrados por Foucault no Collège de France, *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), é que a biopolítica recebeu maior aprofundamento. De acordo com Foucault, durante o século XVIII ocorreu uma transição nas práticas de poder, em que o poder soberano (rei) baseado em castigos e mortes públicas aos criminosos como forma de disciplinarização e controle social, foram substituídas por mecanismos de poder favoráveis à manutenção da vida, e não mais as práticas de mortes.

O viver faria parte do processo histórico da humanidade e os novos dispositivos de poder acolheriam a sua manutenção como prática de controle, disciplinarização e assujeitamento dos indivíduos em sociedade:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço

em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Nesse novo cenário, o Estado buscará novos saberes para transformar suas ações de poder na sociedade, voltadas à produção de forças a partir dos indivíduos, uma nova forma de controle e política de vigilância dos corpos vivos, na criação de uma base produtiva a ser utilizada pelo próprio Estado. O Biopoder, conceito utilizado por Foucault na obra *Segurança, Território e População*, seria a manutenção da vida dos indivíduos e que, caso ocorra sua morte, e que aconteça de modo natural, propondo a multiplicação dos sujeitos, o direito à vida. Segundo Foucault, o biopoder é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

A continuidade da espécie humana pela preservação da vida acaba tornando-se responsabilidade do Estado e de toda uma nova rede de poder para a proteção da vida em sociedade. Para garantir a sobrevivência dos sujeitos, o seu direito à vida, à manutenção das populações ocidentais, Foucault denomina essa prática de Biopolítica:

A biopolítica da população, que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida e da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social (FOUCAULT, 2015, p. 29).

Para Foucault, a Biopolítica surge a partir do século XVIII, com a função de controle territorial, promoção de segurança, do bem-estar da população e, principalmente, do controle de todos os fenômenos naturais sobre ela. Para isso, a Biopolítica regularia saberes utilizados como práticas de poder pelo Estado: taxas de natalidade e mortalidade, a criação da medicina urbana, ações de higienização e saneamento nas cidades, o surgimento de hospitais, controle de epidemias, fluxos migratórios, longevidade e o uso da estatística sobre os dados de saúde. Uma política voltada à população sadia, ao monitoramento de seus espaços, à saúde, a sua logística de crescimento e à manutenção da espécie humana, pelo meio dos mecanismos de poder estatal:

Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se assim a era do “biopoder” e da “biopolítica”. (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O cuidado da vida pelo Biopoder e a manutenção da espécie humana e sua longevidade em forma de populações saudáveis pela Biopolítica, para Foucault, eram mecanismos de poder do Estado para obtenção das forças dos sujeitos em sociedade. Uma forma de continuar o controle, a disciplina e a sujeição dos indivíduos, não mais pela ameaça da morte, mas pela vigilância e manutenção da vida, pelas populações no Ocidente.

Na obra *Nascimento da Biopolítica*, Foucault descreve o que seria a “razão do governo mínimo” (FOUCAULT, 2008, p. 40). Após a organização e o controle das populações, surge a questão de uma nova forma de controle dos sujeitos, a partir da limitação das próprias práticas estatais para a realização das relações entre governo e mercado, pois “O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 45).

No século XVIII em diante, ocorre na Europa o crescimento interno de seus estados, que se transforma no crescimento do mercado mundial. O poder analisará o que for útil para o crescimento do estado, para o enriquecimento de todas as nações, favoráveis a um mercado livre e sem fronteiras. Para Foucault, esse processo seria o liberalismo:

É um novo tipo de racionalidade na arte de governar, um novo tipo de cálculo que consiste em dizer e fazer o governo dizer: eu aceito, eu quero, eu projeto, eu calculo que não é necessário tocar em nada disso [que é o mercado]. É isso o que, creio, chama-se ‘liberalismo’. (FOUCAULT, 2008, p. 22-23).

O liberalismo reduziria as ações dos governantes em relação às ações do mercado, assim diante do Biopoder e da Biopolítica o controle das vidas e o gerenciamento das populações pelo uso técnicas e procedimentos do poder, e assim colocariam o liberalismo como nova racionalidade de governo, com a economia gerindo a vida social dos indivíduos. Para Foucault, essa nova racionalidade realizaria o controle de condutas e estratégias de assujeitamento a partir de processo do capital:

O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação. E deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital de que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação [...]. Logo, chega-se à ideia de que o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

O mercado organizará, pois, a nova política de sujeição da população, a qual será produtora de forças que contribuirão para o crescimento e a transformação constantes desse capital desde o liberalismo, para o capitalismo, o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano; este último, com alcance global, em que prevalecem as exigências para maior eficiência e produtividade dos sujeitos em sociedade. O capital transforma o sujeito em trabalhador, objeto neoliberal, em que o governo o disciplinará para o desenvolvimento de capacidades físicas e psicológicas em vista do crescimento das riquezas. Por isso as populações receberam investimentos massivos da economia em relação à educação e à saúde, aproximando a relação entre vida, governo e economia, ocorrendo o processo de assujeitamento dos indivíduos às demandas do mercado neoliberal.

As transformações do capital e seus novos mecanismos de poder para o fortalecimento da economia nas sociedades, no decorrer da história, extrapolam o controle e a vigilância dos corpos e das populações, características do biopoder e da biopolítica de Foucault, abrindo espaço para a discussão de novas teorias que agregam aos estudos de Foucault. Uma delas é a Noopolítica, presente nos estudos do filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato. A Noopolítica, segundo Lazzarato,

(ou conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre o cérebro, implicando em princípio a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória seria então a função mais importante da noopolítica. Se as disciplinas moldavam os corpos constituindo hábitos principalmente na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros e constituem hábitos principalmente na memória espiritual (LAZZARATO, 2006, p. 100, tradução nossa).

O significado de “Noo” vem do grego *Nous*, intelecto, mente e pensamento; logo, a noopolítica nada mais é do que o controle da vida pela modulação do pensamento dos sujeitos em sociedade. Assim, a Noopolítica desloca-se do processo de disciplina e vigilância somente sobre o corpo, como a Biopolítica, e amplia seu campo de investigação e análise sobre o capital econômico e o seu poder de controle

a partir do que é imaterial em sociedade, as identidades, os pensamentos e as subjetividades dos indivíduos.

Para Lazzarato (2006), questões associadas ao valor da moeda e à política de dívida imposta pela sociedade neoliberal aos indivíduos são responsáveis por controlar e modular seus pensamentos em uma sociedade totalmente empresarial. E reforça que a moeda e a dívida são responsáveis diretas por questões mais amplas, como as guerras (Primeira e Segunda Guerras Mundiais e suas dívidas aos países perdedores), o fortalecimento de políticas associadas ao capital (eleição do presidente Trump), em processos que favorecem a morte de grupos para a sobrevivência de outros considerados mais importantes. O filósofo italiano não nega o controle sobre os corpos, mas aponta que o capital seguiu aperfeiçoando suas técnicas de controle, as quais interferem de modo direto sobre a mente dos sujeitos para manter a máquina das sociedades neoliberais em funcionamento constante na contemporaneidade:

Existe, portanto, uma moldagem dos corpos, garantida pelas disciplinas (prisões, escola, fábrica), a gestão da vida organizada pelo biopoder (Estado-providência, políticas de saúde) e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noopolítica (redes hertzianas, audiovisuais, telemática e constituição da opinião pública, da percepção e da inteligência coletiva). (LAZZARATO, 2006, p. 86).

Para Lazzarato (2006), a produção das subjetividades é atravessada por desejos e prazeres sociais fabricados e disponibilizados à população pelo trabalho, empresa, capital e o próprio neoliberalismo. A falsa sensação de criação do mundo pelo sujeito e de seu pensamento é alimentada pela publicidade do capital de consumir, realizado pela exposição simbólica da mídia audiovisual e telemática com modelos de falar, vestir, agir e viver. A alma dos indivíduos acaba sendo esculpida pela lógica da produção, consumo do capital e fortalecimento da economia:

A captura, o controle e regulação da ação à distância de espírito a espírito se fazem através da modulação dos fluxos de desejos e das crenças e das forças (a memória e a atenção) que os fazem circular na cooperação entre cérebros. [...] As sociedades de controle investem na memória espiritual, mais que na memória incorpórea (o inverso das sociedades disciplinares). O homem-espírito, quem, segundo Foucault, não era objeto do biopoder senão em última instância, passa, de agora em diante, para o primeiro plano. (LAZZARATO, 2006, p. 99, tradução nossa)

O sujeito nesse contexto econômico é visto como dado, cifra, estatística, consumo puro, o qual é atingido por uma carga de significados traduzidos em forma

de sentidos, afetos e desejos que são pré-fabricados racionalmente pela mídia, língua, instituições econômicas, entre outras, com o único objetivo de assujeitar sua mente, alma aos mecanismos de poder neoliberal na noopolítica. Para Lazzarato, entramos em uma sociedade que produz subjetividades, em que o neoliberalismo retirou a capacidade de criação do eu para a fabricação de mentes, pensamentos e almas em um processo de sujeição social e servidão maquínica, em que as transformações tecnológicas (máquinas) e os indivíduo estão juntos e em interação a serviço do capital.

É preciso, portanto, distinguir a vida como memória da vida como características biológicas da espécie humana (morte, nascimento, doença), ou seja, distinguir o bio contido na categoria biopoder do bio presente na memória. Para evitar ter que nomear coisas tão diferentes com uma mesma palavra, poderíamos definir, à falta de melhor opção, as novas relações de poder que têm como objeto a memória e *seu conatus* (a atenção) como noopolítica. A noopolítica (conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória será então a função mais importante da noopolítica. (LAZZARATO, 2006, p. 86).

A Noopolítica, em seu processo de controle das mentes na sociedade capitalista, segundo o pensamento do filósofo italiano, busca proteger somente o capital e, para isso, realiza a fabricação de dívidas e subjetividades, como o sujeito endividado. De acordo com Lazzarato (2014), a produção de poder por meio do crescimento da renda depende de dois dispositivos de poder. Primeiro, a “sujeição social”, responsável pela produção de sujeitos que sejam “empresários de si”, em que o indivíduo faz o próprio gerenciamento de sua identidade:

[...] como um modo de dominação do próprio sujeito sobre si (autoexploração, autodominação). As funções de usuário, trabalhador, consumidor, e as divisões homem/mulher, pais/filhos, professor/estudante, entre outras, são investidas por conhecimento, práticas e normas – sejam elas sociológicas, psicológicas, de gerenciamento ou de polícia – que solicitam, encorajam e predispõem a produção de indivíduos alienados no interior da divisão do trabalho social e por gênero. (LAZZARATO, 2014, p. 28).

As subjetividades produzidas pelo capital a partir da capacidade de empresariamento de si dos sujeitos, para Lazzarato, alienariam as pessoas de um real processo de formação de identidades, pois suas personalidades estão a serviço de fortalecimento e crescimento de riquezas em um sistema neoliberal, como aprender a ser um trabalhador, consumidor, entre outras.

O segundo dispositivo é a “sujeição maquínica”; como máquina, o humano é somente uma peça utilizada no funcionamento de máquinas maiores, como empresas, escolas, internet, televisão e até o próprio Estado, posto que não há separação entre humano e não humano (tecnologia), os dois andam juntos para a perpetuação do sistema neoliberal:

A política não deve ser buscada na instituição democrática (sob a forma representativa ou “grega”), já que é o capitalismo em sua dupla implicação da subjetividade (sujeição e servidão) que constitui o ponto e o vetor de subjetivação. É impossível pensar e praticar a subjetivação se esta última não se articula e não rompe com os fluxos econômicos, sociais, maquínicos, semióticos do capital. Apenas na ruptura com a “economia”, e a partir das possibilidades de mutação da subjetividade, abertas por essa ruptura, é que os agenciamentos coletivos de enunciação serão capazes de destituir as subjetivações personológicas (trabalhador, consumidor, telespectador etc.) nas quais os indivíduos se alienam. (LAZZARATO, 2014, p. 210).

Lazzarato (2014) acredita que somente com a ruptura do processo de subjetivação dos sujeitos com os mecanismos da economia é que haverá a quebra das políticas identitárias, o rompimento da condução pelo capital na constituição de comportamentos capitalistas. O conjunto simbólico instituído pelo capitalismo contemporâneo atravessa o público:

No final do século XIX, no momento em que as sociedades de controle começavam a elaborar suas próprias técnicas e seus próprios dispositivos, o grupo social não se constituía mais nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos). (LAZZARATO, 2006, p. 75).

Para o filósofo, a economia cria diversos públicos pelo processo identitário de sujeição social e sujeição máquina, com a formação do público para consumir (comprar) os produtos fabricados pelo neoliberalismo. As identidades de trabalhador e consumidor nessa sociedade andam juntas, tanto no momento da produção como na compra, no funcionamento da máquina neoliberal.

O público, segundo Lazzarato (2006), é formado pelo controle na Noopolítica, com uma significação simbólica (mídia, linguagem, tecnologia) criada pelo capital sobre as mentes, atuando principalmente sobre a atenção dos sujeitos, para chegar à sua memória e ao seu cérebro, em que serão moldados os hábitos desse público para a formação de identidades que participem e atuem na economia de modo “autônomo”, mas que são alienadas em um processo simbólico gerado pelo capital. Assim, as

empresas não criam mais o produto, mas antes o mundo onde esse objeto possa existir, assim como cria a própria noção de consumo, para que este possa ser comprado enquanto produto. O capitalismo contemporâneo cria mundos associando o trabalho e o consumidor. Lazzarato (2008, p. 46) esclarece:

[...] da espécie aos públicos, temos aí todo um campo de realidades novas, de novas maneiras de agir sobre os comportamentos, sobre as opiniões, sobre as subjetividades, para modificar as maneiras de dizer e de fazer dos sujeitos econômicos e dos sujeitos políticos.

Para Lazzarato (2008), a fabricação desses sujeitos em um cenário de economia começa pela criação dos desejos e afetos, antes mesmo da própria economia. Isso possibilita inventar diversos mundos, mesmo que vazios de identidades, mas onde o capitalismo de modo virtual captura as mentes, moldados os seus pensamentos de viver e agir em sociedade:

O capitalismo “lança modelos (subjetivos) do mesmo modo como a indústria automobilística lança uma nova linha de carros”. Portanto, o projeto central da política do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à “economia subjetiva”. (LAZZARATO, 2014, p. 14).

Assim, chegamos a um contexto em que novos dispositivos de poder (linguagem, mídia, tecnologia) são responsáveis pelo assujeitamento não mais da população, mas do público, para que as ações de produção da economia andem juntas à criação das próprias identidades, as quais servirão a uma política de criação de trabalhadores, que sejam endividados em uma sociedade neoliberal, mas sempre aptos a consumir os produtos fabricados por esse mercado.

Lazzarato traz à discussão o surgimento de uma nova sociedade de controle, com novos instrumentos de poder que não negam as ações de poderes disciplinares abordadas nas pesquisas de Foucault, mas incluem a transformação e o surgimento de novos mecanismos de controle sobre os sujeitos, para a criação em massa de públicos pela Noopolítica, assujeitados ao controle mental do capital na economia.

Na perspectiva de transformação dos mecanismos de poder para o assujeitamento dos indivíduos, ampliamos nossa análise para o conceito de Psicopolítica, presente nos estudos do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. De acordo com o filósofo, durante o século XXI novas modalidades de poder surgiram de

forma imaterial, ainda atreladas ao sistema neoliberal, mas não mais presentes e disciplinando o corpo, e sim a psique dos sujeitos:

O neoliberalismo como forma de evolução ou mesmo como mutação do capitalismo não se preocupa primariamente com o 'biológico, o somático, o corporal'. Antes, descobre a psique como força produtiva. A virada para a psique e, em consequência, para a psicopolítica, também está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, pois ele é determinado por modos imateriais e incorpóreos. São produzidos objetos intangíveis, como informações e programas. O corpo como força produtiva não é mais tão central como na sociedade disciplinar biopolítica. (HAN, 2018, p. 40).

Anteriormente, a economia precisava do sujeito que dominava e do outro que serviria; a dualidade presente na obra de Marx esvaece nos estudos de Han, pois a psique do indivíduo torna-se o novo objeto de controle e a modelação de sua subjetividade para o neoliberalismo. As emoções antes da razão; a conquista desse campo psicológico garantirá o fortalecimento e o assujeitamento da população às demandas neoliberais:

A era da soberania é a era da absorção como privação, da subtração de bens e serviços. O poder soberano se exprime como direito de dispor e tomar. A sociedade disciplinar, ao contrário, aposta na produção. É uma era de ativa produção industrial de valor. [...]. No capitalismo financeiro atual, os valores são radicalmente eliminados. O regime neoliberal introduz uma era do esgotamento. Hoje, explora-se a psique. (HAN, 2018, p. 46).

As fábricas e as empresas existem para a produções de objetos de consumo na sociedade, com mecanismo da produção e compra, para a produção do capital de mercado. Porém, o foco em Han não será mais a disciplina e o controle dos corpos, característicos no Biopoder e Biopolítica de Foucault. O poder transformou-se, criando novas formas de controle pela psique que, segundo Han (2018), configuram a era do esgotamento, em que os desejos, vontades e o autovigiar serão os novos locais de disciplinarização dos sujeitos.

Para isso, o poder sofre um deslocamento conceitual, haja vista a prática do estado em controlar e disciplinar a população pelo corpo dos sujeitos sumir e acabar perdendo sua carga de negatividade, característica da disciplina pelo medo e vigilância do chefe sobre o trabalhador. O poder de modo mascarado diluiu-se e promove o surgimento da positividade, a partir do controle da psique dos sujeitos:

O poder pode se expressar como violência ou repressão, mas não se *baseia* nisso. Não é necessariamente excludente, proibitivo ou censor. E não se opõe à liberdade: pode até mesmo usá-la. [...]. O poder disciplinar ainda está completamente dominado pela negatividade. [...]. Devido à sua negatividade, não pode descrever o regime neoliberal que reluz na positividade. A técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil, flexível e inteligente, escapando a qualquer visibilidade. (HAN, 2018, p. 25-26).

Na sociedade, a liberdade surge como novo mecanismo de poder sobre os sujeitos, mesmo parecendo estranho associar o ato liberdade ao uso de poder; Han (2018) acredita que a liberdade promovida pelo neoliberalismo estimula a formação de sujeitos que serão empresários de si, sendo chefes de suas condutas, trabalhos, objetivos de vida e até de seus fracassos. O neoliberalismo sai da vigilância do corpo e entra no controle das emoções dos sujeitos, em que a Psicopolítica é o novo mecanismo de controle social:

A psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos. Com isso, a arte de viver como prática de liberdade deve assumir a forma de uma despsicologização. (HAN, 2018, p. 107).

O processo de despsicologização apontado Han (2018) surge com o desenvolvimento das mídias digitais nas sociedades contemporâneas. As pessoas não teriam mais controle de seus desejos, vontades, sua psique ou personalidade. De forma silenciosa, o poder utiliza a tecnologia e suas ferramentas (programas, *sites*, Facebook®, Instagram® etc.) para doutrinar o psicológico dos humanos, as suas demandas de mercado neoliberal, “(...) arrastamo-nos atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente o nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto” (HAN, 2018, p. 10).

Han (2018) enfatiza o mascaramento do poder pelas mídias digitais, pois os indivíduos não conseguem distinguir essa ação de controle de poder sobre suas vidas, pois, segundo o filósofo, esse processo ocorre de modo positivo, estimulando seus prazeres, a atenção, vontades e direcionando suas vidas à promoção de uma “falsa liberdade”, conforme o que for melhor para a sociedade futura; não importa mais o passado, mas o que virá como forma de consolidar mais ainda este sistema capitalista:

O segredo, o estranhamento ou a alteridade representam barreiras à comunicação ilimitada [entendida agora como uma positividade, caracterizada como crescimento]. [...] As pessoas também são

‘desinteriorizadas’, porque a interioridade atrapalha e retarda a comunicação. Contudo, a desinteriorização da pessoa não acontece de forma violenta, mas sim com a exposição voluntária de si mesmo. (HAN, 2018, p. 20).

O movimento de desinteriorização é proposto pela ação das mídias sociais com uso das tecnologias pelos sujeitos. Para Han, as redes sociais (Facebook®, Instagram®, Twitter®) dão a sensação de liberdade aos sujeitos para expor sua opinião, suas vontades, interesses pela internet, formando diversos nichos, chamados por Han de “enxames”, em que grupos possuem interesses em comum e os alimentam por meio de exposição (imagem, vídeos e textos) e a máquina de aceitação dos pares (*likes*, “curtidas”).

A liberdade das mídias digitais arquitetada pelo neoliberalismo retira os indivíduos do anonimato, cobrando uma positividade dos sujeitos, de forma que os colocam às vistas dos demais por meio das imagens midiáticas; ocorre o que Han chama de “transparência”. A exposição, a apreciação rasa e superficial das imagens por todos, isso seria a transparência. O seu objetivo, segundo Han, é acabar com a privacidade, com o compartilhamento de conteúdo sem nenhuma barreira e aumento da produção de informações, de dados por meio das redes sociais, em comunicação instantânea:

[...] abertura do futuro é constitutiva da liberdade de ação. Contudo, os *big data* tornam possíveis prognósticos sobre o comportamento humano. Dessa maneira, o futuro se torna previsível e controlável. A psicopolítica digital transforma a negatividade da decisão livre na *positividade de um estado de coisas*. A própria *pessoa* se positiviza em *coisa*, que é quantificável, mensurável e controlável. Nenhuma coisa porém é livre: todavia, é *mais transparente* do que uma pessoa. Os *big data* anunciam o fim da pessoa e do livre arbítrio. (HAN, 2018, p. 23, grifo do autor).

O acúmulo de dados dos sujeitos gerados pelo processo de transparência, de acordo com Han (2018), formam o *big data* em um arquivo repleto de informação sobre os indivíduos, devido ao processo de positividade e de exposição nas redes sociais, um movimento de liberdade, mas que, em sua realidade, é o controle sobre suas vidas em sociedade. O *big data* repassará esse acúmulo de dados pessoais ao neoliberalismo, que conseguirá projetar suas próximas articulações futuras em cima dos movimentos de exposições alimentadas pelas emoções, desejos e vontades, não somente nas redes sociais, mas em todos os lugares em que o uso digital se faça presente pelo humano. Assim, ocorre a Psicopolítica Neoliberal:

O neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado. Explorar alguém contra a sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro. (HAN, 2018, p. 11-12).

O neoliberalismo a partir das redes digitais criou mecanismos de poder com discursos e dispositivos associados ao empresariamento de si, em que o sujeito é responsável pelo seu sucesso em sociedade, sendo ele mesmo responsável pelo monitoramento de suas ações conforme o que é estabelecido de modo efêmero e rápido pelas mídias digitais.

A liberdade individual tornou-se novo objeto neoliberal e reforça a produção ilimitada da comunicação entre todos por meio da tecnologia, o que faz aumentar ainda mais os lucros investidos pelas empresas nesses novos dispositivos tecnológicos de controle e assujeitamento da população:

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais 'sujeitos da obediência', mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos [...] O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O poder, porém, não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. [...] O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. (HAN, 2017, p. 25-26).

A luta do indivíduo tornou-se um combate interno, com sua psique, em que o trabalhador explora a si mesmo na busca de resultados de alta *performance*, estimulados pelas mídias sociais presentes em todos os campos de sua vida. Para Han (2018), ocorre um processo de subjetivação dos indivíduos em que todos devem se comunicar e consumir de modo positivo e por meio de uma exposição voluntária. O resultado, segundo o filósofo, é a formação de uma sociedade cansada pelo processo de autoexploração.

Para Han (2015), as sociedades neoliberais foram responsáveis pelo surgimento de doenças neurais como depressão, síndrome de Burnout, transtornos de déficit de atenção, síndrome de hiperatividade etc. A cultura do desempenho sobre a psique dos sujeitos por meio da imagem digital, como forma de maximizar a produtividade individual, trouxe uma sobrecarga de cobranças individuais sobre os sujeitos – a não realização ou conquista de objetivos neoliberais gera processos de autoviolência para forçar o corpo a atingir o que é divulgado pela tecnologia, cujo

mecanismo de coerção pela liberdade está adoecendo o psicológico dos seres humanos na atualidade.

Essa análise teórica sobre os conceitos de Biopolítica de Foucault, de Noopolítica de Lazzarato e de Psicopolítica de Han foram importantes para nossa investigação sobre os mecanismos de poder desde o surgimento do capitalismo, sua transição para o neoliberalismo e a inclusão das tecnologias sobre a vida dos sujeitos como impacto direto no assujeitamento dos indivíduos em sociedade.

O professor é um sujeito em sociedade, no contexto educacional e, como os demais, não escapa às ambições e às práticas de dominação do mercado neoliberal. A compreensão desses cenários de controle do corpo, da mente e da psique do professor implica diretamente no processo de estruturação de sua identidade e ação educacional, em que o professor tem sua identidade e pensamento moldados pela economia, a partir de mecanismos de poder responsáveis pelo seu assujeitamento em sociedade.

3.2 APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NA PERSPECTIVA DE FOUCAULT

Nos tópicos anteriores, analisamos cenários responsáveis por processos de assujeitamentos dos sujeitos em sociedade que pudessem contribuir no processo de investigação sobre o impacto da BNC-Formação, enquanto documento educacional normativo sobre a realidade dos professores na Educação Básica. No decorrer desse trajeto, os processos de mercado, ações da economia e o neoliberalismo foram mencionados durante nossa pesquisa, havendo a necessidade de reflexão sobre como se constituiu esse mercado econômico mundial. Assim, nesta etapa, buscamos compreender como a economia foi se consolidando na sociedade ocidental a partir da perspectiva de Foucault.

Para o filósofo, durante os séculos XVI e XVII, com a redução do poder soberano na Idade Média e o surgimento da burguesia enquanto classe econômica, cresceram espaços de troca chamados de mercado, local onde comerciantes (burgueses) começaram a vender produtos, tanto locais como de outras localidades fora da Europa, estabelecendo valores de venda, seja por troca com outros produtos e, posteriormente, com o surgimento da moeda, como poder de compra. Nesse

contexto, as práticas comerciais aumentaram dentro dos mercados de modo livre, o que estimulou a limitação das práticas estatais de poder em relação ao mercado:

Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2008, p. 61).

A aproximação entre governo e mercado surge no que Foucault denominou de “uma razão do governo mínimo” (2008, p. 40), em que o governo, pelo utilitarismo, aceita o mercado como sua fonte de verdade, não intervindo em seu processo de verdade e modo de comércio livre nos países europeus. Assim, os governantes concentraram esforços no interesse de aumentar o crescimento do mercado interno, com trocas comerciais cada vez mais vantajosas financeiramente, servindo economicamente ao governo.

No entanto, com o alto crescimento do mercado europeu no século XVIII, houve o rompimento das barreiras desses mercados internos, o que Foucault chamou de “mundialização do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 75). O mercado livre entre as nações surge como uma nova prática de poder econômico favorável ao enriquecimento de todos os países de modo coletivo por toda a Europa:

É uma Europa do enriquecimento coletivo, é uma Europa como sujeito econômico coletivo que, qualquer que seja a concorrência estabelecida entre os Estados ou melhor, através da própria concorrência que se estabelece entre os Estados, deve tomar um caminho que será o do progresso econômico ilimitado. (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Para Foucault, essa união coletiva para o progresso econômico ilimitado e a racionalidade de governo mínimo formaram o liberalismo, no qual a liberdade de mercado e sua interação devem assegurar o desenvolvimento e enriquecimento contínuo e recíproco do mercado de todos os países europeus, além de menos conflitos entre eles. Cabia ao governo respeitar os mecanismos do liberalismo, não para a liberdade dos indivíduos, mas pela liberdade das práticas do mercado:

Ela é consumidora de liberdade na medida em que ela somente pode funcionar onde há efetivamente um certo número de liberdades: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de

propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão etc. A nova razão governamental tem então necessidade de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, quer dizer que ela está obrigada a produzi-la. Está obrigada a produzi-la e obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai então se apresentar como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo: 'seja livre', com a contradição imediata que afeta este imperativo. Não é o 'seja livre' que formula o liberalismo. O liberalismo formula isto, simplesmente: eu vou produzir as condições para que você seja livre. (FOUCAULT, 2008, p. 65).

O liberalismo aconteceria de modo espontâneo no mercado, o qual possuía sua própria lógica de regulamentação por meio de trocas comerciais, sendo necessário que elas acontecessem sem nenhuma barreira ou intervenção do governo, pois desse processo seriam criadas suas próprias normas de modo natural, as quais estipulariam os preços dos produtos por meio de jogos econômicos e políticos em sociedade. Assim, o liberalismo cria a sociedade de mercado, a qual doutrinará a economia e, principalmente, a sociedade de modo geral, mas sem negar o Estado, de forma que seria um novo processo de reorganização dele.

Porém, Foucault ressalta que o liberalismo garantirá sua prática de ação livre, voltada à liberdade de mercado, liberdade de compra e venda etc. Para a criação e organização dessa liberdade, ele produzirá "limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças etc." (FOUCAULT, 2008, p. 87): é o momento em que o liberalismo terá de lidar com o conflito de interesses individuais (empresários) em detrimento dos coletivos (trabalhadores). Por isso, o liberalismo caracteriza-se como a manipulação de interesses individuais, coletivos e do próprio mercado a favor de seu crescimento ilimitado.

O surgimento de práticas sujeição por coerções no liberalismo para a criação da liberdade de mercado causa um paradoxo no sistema liberal. Nesse momento de mudança, Foucault resolve aprofundar suas pesquisas em relação ao Ordoliberalismo (neoliberalismo alemão) e o Neoliberalismo americano, cujos processos econômicos não ocorrem de modo natural – serão governados, controlados e regulados.

O Ordoliberalismo, ou neoliberalismo alemão, aparece depois da República de Weimar, da crise econômica de 1929, do nazismo e no movimento de reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, momento de desestruturação da Alemanha enquanto Estado, e cabia ao Ordoliberalismo, pelo crescimento econômico, reorganizar a Alemanha enquanto nação pós-guerra.

Diferentemente do liberalismo, no ordoliberalismo a economia será controlada e responsável pela reestruturação da política do país, baseada na concorrência de

mercado. Nesse sentido, temos uma quebra radical do processo de mercado liberal, em que era produzido pela liberdade e de modo natural; no ordoliberalismo, o que será produzido pelo governo é a concorrência econômica:

O ordoliberalismo, portanto, projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em torno da revalorização da unidade "empresa" como agente econômico fundamental. Creio que temos aí, não simplesmente a consequência pura e simples e a projeção numa ideologia, ou numa teoria econômica, ou numa opção política, das crises atuais do capitalismo. Parece-me que o que se vê nascer aí é, por um período talvez breve ou talvez um pouco mais longo, algo como uma nova arte de governar, em todo caso uma certa renovação da arte liberal de governar. (FOUCAULT, 2008, p. 242).

Em um cenário de pós-guerra, com um sistema de economia livre, os indivíduos são incorporados no processo de mercado enquanto investidores, os quais no ordoliberalismo defenderão a propriedade privada dos meios de produção, com a política organizando mecanismo de concorrência de mercado para o enriquecimento da nação. O Estado será vigilante do mercado, em favor da propriedade privada e da livre concorrência econômica.

Nessa política de mercado, segundo Foucault (2008), a igualdade social não pode intervir nas políticas econômicas, posto que haverá uma desigualdade social, em que o poder de compra seria o parâmetro de acesso a todas as coisas na sociedade e, para a conquista desse poder, os sujeitos deveriam assumir os valores empresariais, como eficácia e autorrendimento:

[...] os ordoliberais alemães haviam explicado que o objetivo principal de uma política social certamente não era considerar todas as vicissitudes que podem ocorrer a massa global da população, mas que uma verdadeira política social devia ser tal que, sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como uma sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção para assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam. (FOUCAULT, 2008, p. 285).

A organização econômica empresarial alemã pela promoção concorrência ultrapassa a área de mercado e adentra nas realidades dos indivíduos, interfere em seus corpos, decisões pessoais, relações sociais e interpessoais, constituindo novas subjetividades associadas aos aspectos de competição livre da economia. Nesse cenário de crescimento, os demais países considerados capitalistas (liberais) logo teriam conhecimento do ordoliberalismo com foco no desenvolvimento empresarial

para o crescimento econômico do Estado e criariam novas lógicas econômicas em suas dinâmicas sociais.

Um desses países seria os Estados Unidos com o seu neoliberalismo americano, que aparece a partir do Plano *New Deal*, em 1933, para a recuperação da economia americana com a queda na Bolsa de Valores; o Plano *Beveridge*, em 1942, para projetos econômicos de reestabelecimento da sociedade no período pós-guerra; e os planos sociais em relação à pobreza e à promoção da educação americana. Segundo Foucault, esses três acontecimentos serviram para o surgimento do neoliberalismo nos Estados Unidos, sendo considerados “tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008, p. 301).

Para o filósofo, o trabalho na economia política clássica estava esquecido, o que, segundo ele, era o responsável para a compreensão da economia americana. Os neoliberais americanos incluem o trabalho na dinâmica de mercado e começam, então, a estudar as ações dos trabalhadores e seus comportamentos para o fortalecimento do mercado:

O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra o trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual o valor que o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de opção a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade de trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico. (FOUCAULT, 2008, p. 307).

O trabalho torna-se uma prática econômica, cujo foco não será mais os mecanismos de formação desse mercado, mas a “análise de um comportamento humano e da racionalidade interna desse comportamento” (FOUCAULT, 2008, p. 307). O trabalhador surge do investimento de capital, o qual pagará o seu salário, mas antes se concretiza enquanto soma de aspectos físicos e psicológicos para o sujeito ganhar o seu salário; em uma sociedade neoliberal, quanto maior a soma desses aspectos, maior seria o salário conquistado pelo indivíduo em sociedade.

O conceito de capital humano é o conjunto de competências do trabalhador, sua capacidade de realizar as atividades, agilidade na execução, produção em alta escala e capacidade de crescimento na função, uma “máquina” para o fortalecimento econômico. O trabalho e o trabalhador são pontos importantes para o neoliberalismo americano, em que o capital seria tudo que poderia se tornar renda, e o trabalhador enquanto máquina seria força motriz na produção dessa riqueza americana, com suas capacidades físicas e psicológicas a serviço do neoliberalismo, da economia de mercado:

A mobilidade de uma população e a capacidade que ela tem de fazer opções de mobilidade, que são opções de investimento para obter uma melhoria na renda, tudo isso permite reintroduzir esses fenômenos, não como puros e simples efeitos de mecanismos econômicos que superariam os indivíduos e, de certo modo, os ligariam a uma imensa máquina que eles não dominariam; permite analisar todos esses comportamentos em termos de empreendimento individual, de empreendimento de si mesma com investimentos e renda. (FOUCAULT, 2008, p. 317).

Assim, o neoliberalismo preocupa-se com o desenvolvimento desse capital humano, o qual faz essa economia criar um conhecimento, uma Biopolítica de cuidados sobre esse sujeito, com políticas voltadas a sua segurança, saúde e educação. O Estado investiria na população para o crescimento econômico do país, o fortalecimento de seu capital humano.

O mercado precisava conhecer a dinâmica da sociedade para o seu funcionamento, a partir do “princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais” (FOUCAULT, 2008, p. 334). A economia criaria diversos saberes para o aumento da capacidade de produção, por meio do funcionamento crescente desse mercado e da regulamentação corporal e mental dos comportamentos dos consumidores na sociedade:

O homem do consumo não é um dos termos da troca. O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o que? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação. E deve-se considerar o consumo como uma atividade empresarial pela qual o indivíduo, a partir de certo capital de que dispõe, vai produzir uma coisa que vai ser sua própria satisfação. E, por conseguinte, a teoria, a análise clássica e mil vezes repisada daquele que é consumidor, por um lado, mas é produtor e, na medida em que é produtor de um lado e consumidor de outro, está de certo modo dividido em relação a si mesmo, todas as análises sociológicas (porque elas nunca foram econômicas) do consumo de massa, da sociedade de consumo etc., tudo isso não funciona e não vale nada em relação ao que seria uma análise do consumo nos termos neoliberais da atividade de produção. É portanto uma mudança completa na concepção do *homo oeconomicus*, ainda que haja

efetivamente um retorno a ideia de um *homo oeconomicus* como grade de análise da atividade econômica. (FOUCAULT, 2008, p. 311).

O sujeito estaria em posse do próprio capital, em que ele deveria desenvolver suas competências em uma sociedade totalmente competitiva para a conquista de sua riqueza, por meio de suas potencialidades corporais e psicológicas, como o funcionamento de uma empresa, a partir de seu próprio eu. Nesse cenário econômico, o *homo oeconomicus* será um sujeito capaz de realizar movimentos de trocas conforme suas próprias vontades e interesses, sendo o seu próprio produtor e capital:

No neoliberalismo - e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro de troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda. (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

O *homo oeconomicus*, para Foucault (2008), será responsável pelo desenvolvimento de seu capital humano na busca de educação, saúde e desenvolvimento em todos os campos possíveis de sua vida para a conquista e aperfeiçoamento de suas competências, as quais contribuirão para sua conquista de sua renda, riqueza econômica em sociedade. Assim, o *homo oeconomicus* é um sujeito de interesse, um sujeito econômico que, sendo egoísta, busca conquistar cada vez mais renda, capital, por meio de suas competências como trabalhador e no seu empresariamento de si, sendo um processo totalmente benéfico ao crescimento da economia. O gerenciamento do comportamento dos sujeitos causa o fortalecimento e a permanência da economia neoliberalista.

A aceitação da realidade de mercado pelo *homo oeconomicus* tornou-se a nova forma de funcionamento da economia, em que ocorre análise e programação comportamental dos sujeitos para a formação de trabalhadores ativos, consumidores e que conquistam sua própria renda:

[...] o salário é uma renda, o salário é, portanto, a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão,

uma competência; como eles dizem: é uma “máquina”. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários. (FOUCAUT, 2008, p. 308).

O somatório desses elementos, trabalho, trabalhador, competências, capital humano, empresariamento de si, renda e salário, potencializa a existência do *homo oeconomicus*, pronto para consumir em sociedade, o que automaticamente contribui para o funcionamento do sistema neoliberal americano, em que o trabalhador é crucial para a produção das riquezas de mercado. O indivíduo acaba sendo manipulado em uma governamentalidade neoliberal, em que é seu próprio investidor, para tornar-se um sujeito de consumo na formação de uma sociedade eficiente, mas que, no final, o seu maior objetivo é a exploração da população enquanto capital em uma biopolítica neoliberal.

Esse cenário de crescimento neoliberal americano torna-se referência de mercado para o mundo, expandindo sua dinâmica de regulamentação social para os mercados externos. Nos séculos XX e XXI ocorreu o progresso de descobertas científicas – DNA, conhecimentos espaciais, crescimento da medicina e das tecnologias (internet, telefones, inteligências artificiais, robôs etc.) –, as quais, como discutimos no capítulo anterior nos conceitos de Noopolítica, Psicopolítica e Sociedade do Espetáculo, contribuíram para transformações constantes nas sociedades, principalmente na criação de novos mecanismos de controle dos sujeitos pelos interesses neoliberais de mercado econômico.

A seguir, abordamos a aproximação do sistema econômico neoliberal na dinâmica educacional no Brasil e como sua organização interfere na estruturação da aprendizagem a favor da construção de uma sociedade de mercado.

3.3 O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

No Brasil, as transformações voltadas ao neoliberalismo têm a sua efervescência no governo de Fernando Collor de Melo (1990), momento em que o capital teve liberdade no mercado, através da globalização da economia, aliadas às demandas financeiras das instituições internacionais. O governo propôs medidas de redução dos gastos públicos, com congelamentos de salários e pouco investimento em setores da segurança, saúde e educação. Segundo o economista Singer (1998, p. 16), o governo adotou o neoliberalismo:

No Brasil, o governo Collor, o primeiro governo neoliberal explícito, eliminou todos os controles de preços dos produtos básicos de consumo, inclusive dos remédios, que estavam em vigor há meio século. Também a importação foi amplamente liberalizada. O governo Fernando Henrique prossegue no mesmo sentido. Todas as medidas de favorecimento dos capitais nacionais em face dos estrangeiros foram revogadas quando o governo conseguiu retirar da Constituição a distinção entre eles. A privatização da produção estatal, com a única exceção da Petrobrás, é outro programa que altera o relacionamento entre os modos de produção. O modo capitalista de produção deixa de ser orientado e tutelado pelo Estado e sua integração ao grande capital global, controlado por residentes na Trilateral, vem sendo sistematicamente fomentada.

De acordo com o autor, com o governo Collor, o Brasil sofreu as primeiras reformas voltadas à implantação da política neoliberal, com vistas ao estado mínimo e à liberação comercial, com a entrada do mercado internacional na economia e política do país. A política do governo Collor realizou ações de privatização de empresas estatais e o crescimento de fluxos de mercadorias e de capitais internacionais, em um processo de globalização do mercado.

Foi criado o Plano Collor (Collor I) em 15 de março de 1990, com mudanças nos mercados cambiais, programas de privatizações, criação do dólar livre para exportações e importações, eliminação das barreiras não-tarifárias, menos proteção à indústria local, reformas administrativas para a demissão de funcionários públicos, retirada de subsídios, entre outras questões – todas envoltas na consolidação do neoliberalismo no Brasil. De acordo com o cientista político Boito Jr., a abertura radical do mercado brasileiro gerou transformações não favoráveis ao estado:

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. (1999, p. 45).

Nesse cenário, era sinalizada a crise de acumulação de capital no estado desenvolvimentista e a retirada da economia da gerência estatal do país; na consolidação de um mercado livre, o Estado foi obrigado a reduzir gastos com políticas sociais, diminuir os cargos públicos, reformular os direitos trabalhistas da população etc. A ascensão de Collor ao governo representava a entrada do neoliberalismo como nova forma de acumulação de capital, mas antes era a representação dos interesses de empresários e da pequena burguesia do Brasil, que apoiou e deu suporte a sua candidatura. Segundo o economista Filgueiras, esse grupo beneficiou-se com a entrada do mercado internacional na economia do Brasil:

[...] por executivos de empresas, certos segmentos de profissionais liberais, a alta burocracia governamental, uma nova intelectualidade identificada com os valores e hábitos forâneos e um pequeno grupo de consultores e trabalhadores autônomos altamente qualificados, ocupados em atividades econômicas recém surgidas e típicas dos novos paradigmas tecnológicos. Um segmento social que se beneficiou com a 'farra das importações' e também com as altas taxas de juros e que, ao descobrir os padrões de consumo próprios dos países desenvolvidos, e a ele ter acesso, se deslumbrou e se sentiu incluído no primeiro mundo. (2002, p. 4).

A busca por aproximação da elite financeira do país aos padrões de mercado mundial e a redução da participação do estado gerou a aceleração das transformações econômicas, com o lançamento do segundo plano econômico de Collor (Collor II), em menos de um ano de mandato. Porém, a situação não era de crise, pois houve o aumento da inflação, instaurando uma crise econômica. Na tentativa de revertê-la, o plano reforça os cortes aos gastos públicos, restringe os créditos, promove elevação dos juros, renegocia a dívida externa, busca mais capital externo ao país, além de outras medidas.

No entanto, a situação de crise em seu governo só aumentava, com parte da burguesia não mais apoiando o governo, além do descontentamento geral da população com a diminuição dos direitos sociais e trabalhistas. Em meio a esse cenário, acusações de corrupção por parte dos assessores do presidente só crescem, fato que contribuiu para a formação do movimento político que levou ao *impeachment* de Collor, em 1992, e a perda de seus direitos políticos:

[...] com o Governo Collor e seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. No entanto, esse projeto, conduzido politicamente de maneira bastante inábil, acabou por se inviabilizar naquele momento. (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

A política neoliberal ganharia mais força com a entrada do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), cujas reformas políticas foram mais aprofundadas, como o crescimento das ações do empresariado sobre o Estado, mudanças na Previdência Social, no plano fiscal, retomada da poupança pública etc. Para a especialista em políticas públicas, Cremonese (2009, p. 125), os resultados da mercantilização no país foram mais graves:

[...] recessão econômica, ingresso do capital externo, desemprego, aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e o mesmo desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação.

A política interna era reforçada pelas privatizações, como forma de resolver as os problemas de dívidas externas e da inflação, além do crescente incentivo liberação econômica do mercado internacional, como forma de reduzir os juros das dívidas internacionais geradas no governo anterior. FHC conseguiu reduzir a inflação por meio do Plano Real, com maiores investimentos econômicos estrangeiros, fortalecendo as seguintes ações:

[...] as reformas são bem conhecidas, estabilização econômica num quadro de equilíbrio das contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infraestrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular educação e saúde. (CARDOSO, 1955, p. 155).

As indústrias locais não conseguiam competir diretamente com a entrada das empresas internacionais no país, passando ao controle estatal, pois a abertura comercial ilimitada internacional atingiu a indústria local, situação que facilitou o aumento das privatizações de empresas estatais no Brasil. O crescimento das importações, devido à redução das tarifas e, principalmente, a transformações das demandas do Estado, que estavam alinhadas às necessidades e consolidação maior do neoliberalismo na política e economia do país, por meio do estado mínimo.

Grupos financeiros nacionais beneficiaram-se com a política de juros elevados e de liberdade de entrada e saída de capitais, empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar dos leilões das empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e outros que viram, e de fato tiveram, na política de privatização e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com o capital estrangeiro. (BOITO JR., 2018, p. 65).

A política econômica neoliberal no governo FHC reforçou as práticas de defesa do capital, o fortalecimento de grupos empresariais e comerciais do país, alinhados aos interesses de fortalecimento da burguesia local, para o crescimento das práticas de consumo dessa nova sociedade neoliberal. A privatização, a abertura comercial internacional e o estado mínimo foram práticas de consolidação do neoliberalismo nos dois mandatos de FHC.

A inserção das reformas governais para a implantação cada vez mais ampla do neoliberalismo no Brasil continuaram nos governos seguintes, instaurando o neoliberalismo como a prática econômica do país, mesmo que cada governo trouxesse suas características, planos, medidas e formas diferentes de lidar com essa política. O mercado tornou-se a prioridade a ser mantida e fortificada, acima de qualquer outra questão em sociedade. De modo geral, a grande população não tinha conhecimento dos problemas inserção da política neoliberal no Brasil, a qual utilizaria o trabalhador, por meio da exploração de seu serviço e de problemas financeiros constantes, fortalecer o seu império de mercado, em que questões sociais ou públicas favoráveis à população se tornariam secundárias ou até inexistentes.

O fortalecimento do empresariado, em contrapartida da redução da participação do estado brasileiro nas questões que envolviam a economia do país, foi a porta de entrada do neoliberalismo e a sua expansão, atingindo outros setores sociais, como forma de mercantilizar tudo o que fosse possível. O poder de venda e a possibilidade de lucro sobre o que fosse possível, da origem ao que se chama de mercado:

[...] Foram apontadas, entre as funções do neoliberalismo, a de restringir o papel do Estado na garantia dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e a de privatizar empresas públicas para favorecer o mercado. [...] No mundo globalizado, a competição e a competitividade entre as empresas tornaram-se questões de sobrevivência. Entretanto, como o poder das empresas (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados, de distribuição etc.) é desigual, surgem relações desiguais entre elas e o mercado. (FRIGOTTO, 1995, p. 37).

De acordo com o filósofo Frigotto, o crescimento do empresariamento como forma de política de mercado organiza toda uma nova dinâmica social, na qual a competição pela busca de maior lucro torna os serviços em sociedade submissos às ordens do mercado, em que o trabalho, o aperfeiçoamento do sistema de produção e a competição entre as empresas ditam as normas de como as sociedades se organizarão. O ser humano, em um contexto neoliberal, acaba à margem da produtividade e do valor atribuído à sua capacidade de produção na política de mercado.

Os novos conceitos abundantemente utilizados pelos homens de negócios e seus assessores - globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e 'valorização do trabalhador' – são uma

imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto pra definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial. (FRIGOTTO, 1995, p. 41).

No processo de crescimento do neoliberalismo e de todas as suas reformas, desde a globalização dos mercados, a servidão do trabalhador e a competitividade como nova forma de crescimento econômico trouxeram feridas para as sociedades mais carentes, principalmente as do Brasil. A parcela maior da população sofre com as consequências do neoliberalismo, sem acesso à educação, emprego, alimentação e saúde, direitos básicos antes de responsabilidades do Estado, mas que, em detrimento de políticas de privatizações, propõem uma nova forma de organização social:

[...] o neoliberalismo no poder resolveu a contento a crise inflacionária. Ele conseguiu isto revertendo completamente as condições no mercado de trabalho. O desemprego tornou-se de massa e com duração cada vez maior. Os sindicatos perderam prerrogativas e as garantias legais de estabilidade no emprego foram enfraquecidas, quando não revogadas. Em poucos anos, o movimento operário sofreu derrotas decisivas nos principais países desenvolvidos. o neoliberalismo no poder resolveu a contento a crise inflacionária. (SINGER, 1998, p. 15).

Em detrimento de uma política de proteção ao mercado, o neoliberalismo executa uma superação constante de crises em seu próprio mecanismo de existência: o que importa é a busca pelo desenvolvimento constante do capital pelo trabalho dos seres humanos. Não importam os problemas enfrentados pela sociedade, os não direitos básicos aos trabalhadores, o crescimento da fome e da pobreza, ou a desigualdade social, que aumenta a miséria para o crescimento financeiro de uma parte pequena da população brasileira. Não é mais responsabilidade do Estado a proteção de sua população, e sim o suporte à continuidade das práticas de consumo de modo livre em todas as sociedades.

O neoliberalismo promove o sonho de que todos possuem a mesma oportunidade de crescimento, de modo autônomo, livre e democrático na sociedade; todos teriam acesso ao progresso educacional, profissional e financeiro. Porém, o não deixa claro e não dá suporte diante das crises do mercado, com aumento dos índices de desemprego ou a troca de mão de obra humana, pelo uso maior de máquinas em empresas, entre outros aspectos que deixam a grande massa da população brasileira

em situação de pobreza. Nesse sentido, de acordo com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro:

O papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas. A igualdade que os liberais almejam não é a utopia de que todos tenham os mesmos resultados, e sim de que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir os melhores resultados. A preservação da liberdade individual, o Estado de direito e a economia de mercado são essenciais para que cada indivíduo possa realizar, no limite, suas potencialidades. Nesse sentido, boa saúde e boa educação são pontos de partida para um modelo liberal, porque são niveladoras de oportunidades (1995, p. 4).

Em relação à presença do neoliberalismo na educação, principalmente no ensino brasileiro, a aprendizagem torna-se mercadoria a ser consumida pela população para a produção de novos trabalhadores que serão responsáveis pela manutenção do crescimento do mercado e, assim, da política neoliberal do país. Nos anos 1950 e 1960, a educação brasileira era tida como um investimento para a população, pois, depois, o mercado disponibilizaria ofertas de empregos, com o crescimento do mercado de trabalho e da economia.

No entanto, com as crises econômicas desse período e as transformações constantes do mercado neoliberal, a educação adquiriu uma nova perspectiva, a de formar a população para a aquisição de competências e habilidades, pois somente assim os mais qualificados conseguiriam, por meio da competição do mercado de trabalho, as melhores oportunidades de emprego e de crescimento econômico:

1. Atrair a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Para a historiadora Marrach, a aproximação entre empresariado e educação brasileira é uma forma de fortalecimento para a construção de uma sociedade de mercado. Para a formação por meio do sistema educacional de futuros trabalhadores,

que aprenderam nas escolas sobre os princípios do mercado a sua dinâmica, adquiriam competências e habilidades conforme os interesses do empresariado e das instituições internacionais de investimento na educação do Brasil. A educação acaba sendo subordinada à economia, tornando-se mercadoria, em que alunos são consumidores de um produto e possuem direitos sobre o produto adquirido:

No Brasil, a participação voluntária dos indivíduos e o envolvimento empresarial nas questões educacionais têm ocorrido por meio de ações de empresas privadas em fundações, institutos e ONG, que vêm assumindo um papel crescente na formulação de políticas públicas, na execução de ações e na coordenação de monitoramento/controlado de metas e resultados. (CARVALHO, 2017, p. 528).

No final dos anos 1980 e 1990 no Brasil, a educação sofreu a interferência de documentos internacionais provenientes de instituições internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) entre outros, com propostas para economia com a educação brasileira. Dentre essas demandas, a Educação Básica no Brasil deveria reduzir a pobreza, a fecundidade, os problemas de saúde, aumentar a produtividade de trabalhadores, de forma que pudessem participar ativamente da economia e da sociedade.

A Educação Básica torna-se responsável pela formação de trabalhadores, com vista de que pudessem ter maior acesso a uma educação sem dificuldades, com a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e competências, que suprissem a demanda de trabalho do mercado cada vez mais globalizado. As escolas tornam-se espaços submetidos ao mercado, funcionando como empresas educacionais:

[...] constitui o intento mais sistemático pra transformar a escola em uma instituição produtiva à imagem e semelhança das empresas. Daí que nela se façam referência aos alunos sempre em sua condição de 'clientes-alunos' e que se transponha – sem matizes – a semântica dos negócios à dos processos pedagógicos. (GENTILI, 2007, p. 147).

Nesse cenário de educação como mercadoria, Gentili sinaliza a presença maior da estrutura empresarial no sistema educacional, no qual cabe a cada escola produzir alunos conforme as demandas desejadas pelo mercado, sendo crucial a formação de um futuro trabalhador que possua conhecimentos necessários para conseguir um emprego, como forma de fortalecer a dinâmica da economia neoliberal. Assim, ocorre

o crescimento do movimento privatizações nos setores educacionais no país, para a redução de gastos públicos, o não investimento em pesquisa e tecnologia, maior aquisição de habilidades e competências favoráveis ao mercado de trabalho, aproximando a educação ao sistema de qualificação e aperfeiçoamento de estudantes para suas futuras profissões:

[...] o incentivo às grandes empresas para assumirem seus próprios sistemas de ensino; da promoção de parcerias do setor público com instituições da sociedade civil; do incentivo para a criação de escolas cooperativas ou organizadas por centros populares; da adoção de escolas públicas pelas empresas; e da criação de organização não governamentais, que contam com a participação de fundos públicos. (OLIVEIRA, 1998, p. 116).

Conforme Oliveira (1998) sinalizou, no processo de privatização da educação básica até o dinheiro considerado público estava sendo investido em setores privados de ensino, o que caracteriza um processo de privatização geral da educação brasileira, favorável à construção de um sistema de ensino competitivo para o mercado neoliberal. Esse processo ocorre com a redução das ofertas de acesso público à educação, a qual deixa de ser um direito de todos, antes disponibilizado pelo Estado, para ser direito de poucos, os quais possuem maior renda e terão acesso às melhores oportunidades de emprego em sociedade:

A privatização escolar cria condições para uma mais ampla e marcada concentração do poder educacional de consequências evidentemente antidemocráticas: a dualização do sistema se aprofunda, “ganhadores e ‘perdedores’ da distribuição desigual dos bens educacionais vão cristalizando suas posições. A escola melhora para alguns poucos e piora para a grande maioria. O óbvio se torna cada vez mais complexo. (GENTILI, 1999, p. 328).

Em um contexto neoliberal, podemos perceber como esse sistema econômico surgiu e quais oportunidades favoreceram o seu crescimento enquanto proposta salvadora para os países do continente americano. No entanto, sua política concentra-se no desenvolvimento da economia, a qualquer custo, o que gera problemas graves para a população, sem amparo agora do estado, que em uma sociedade de mercado fortalece a economia, e não consegue mais exercer sua função de amparo junto a população. Em constante crescimento, percebemos também que a educação, cada vez mais, se torna um produto a ser comercializado, com uma estrutura empresarial, com conhecimentos voltados somente à formação de trabalhadores que possam

assumir futuros postos de trabalho, de modo passivo e sem a menor reflexão sobre essa configuração de sociedade.

O avanço das políticas neoliberais no Brasil e a inserção do pensamento empresarial na dinâmica educacional, em relação à sua organização e objetivos durante o processo de aprendizagem, direciona à produção de novos trabalhadores aptos às demandas das empresas. No decorrer da história das políticas educacionais, foram implantados documentos que contribuíram para a concretização desse cenário para uma educação neoliberal brasileira, que começou no governo FHC:

O projeto de educação proposto, pelo primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), não admitiu a possibilidade de oposição às reformas estruturais já em andamento no país. Os planos e estratégias de governo foram direcionados para uma concepção mais mercantil de educação, privilegiando o desenvolvimento de habilidades, valores e gestão de qualidade, essencialmente para formar cidadãos com uma reserva de competências que lhes garantissem a empregabilidade. (CUSTÓDIO, 2006, p. 98).

Um dos primeiros documentos educacionais que surge nesse contexto é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, aprovada como lei 9.394 em 17 de dezembro de 1996. É constituída de 92 artigos que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, com a responsabilidade de organizar todo o sistema educacional brasileiro, sendo criada conforme os princípios presentes na Constituição Federal, que assegura educação básica a todos.

A LDB é o documento que estrutura aspectos como administração, procedimentos, princípios, ano escolar, conteúdos, currículos e períodos dos cursos. A LDB abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, de forma que cabe aos estados e municípios a responsabilidade de oferta com apoio da União, Distrito Federal e municípios.

O documento divide a educação brasileira em dois níveis – a Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em que a Educação Infantil pode ser gratuita, frequentando creches crianças de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 5 anos. O Ensino Fundamental também gratuito ou não, é formado pelos Anos Iniciais, de 1º a 5º ano, e os Anos Finais, de 6º a 9º ano. O Ensino Fundamental tem duração de 3 anos, podendo ser profissionalizado; e o Ensino Superior, público ou privado.

Esse documento rege a educação brasileira desde 1996 e foi criado conforme a perspectiva de educação neoliberal internacional, com caráter produtivo, quantitativo e acrítico. As instituições são avaliadas constantemente por instrumentos externos, as quais buscam conquistar notas elevadas conforme as demandas estipuladas, para que possam ter acesso aos investimentos educacionais. O objetivo é a formação de trabalhadores que possibilitem manter a dinâmica do mercado neoliberal em movimento na sociedade brasileira.

Para consolidar essa dinâmica da LDB, foi criado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), com o objetivo de incentivar resultados para a educação brasileira, com foco na aproximação do sistema educacional do país aos dos países considerados de primeiro mundo. Para isso, o PDE conta com o suporte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Escola Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O FUNDEB tem como objetivo formar um fundo de renda educacional, em que estados e municípios contribuem com 20%; o restante é complementado pelo governo, sendo um dinheiro investido na Educação Básica. Ainda é considerado um valor menor, pois o número de alunos está crescendo e a porcentagem não acompanha esse movimento. Segundo Saviani (2009), “[...] o número de estudantes passou de 30 milhões para 47 milhões, portanto um aumento de 56,6 %. Em contrapartida, o montante de Fundo passou de 35,2 bilhões para 48 bilhões, o que significa um acréscimo de apenas 36,3%. (2009, p. 38).

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que se constitui como o órgão que vai monitorar a medição das ações e resultados do PDE, como a avaliação de testagens externas de Português e Matemática ou outros aspectos como gestão escolar. Para Saviani, o IDEB é uma ferramenta de técnica de avaliação da educação:

É esse índice que se constitui no recurso técnico por excelência para monitorar a implementação do PDE, definir e redefinir as metas, orientar e reorientar as ações programadas e avaliar os resultados, etapa por etapa, em todo período de avaliação do plano, que se estenderá até 2022. (2009, p. 35)

Nesse contexto de avaliação e formação de *rankings*, para entrega de recursos, uma ação totalmente neoliberal, o PDE propõe como salário do professor um salário-mínimo para magistério de R\$ 950,00 a profissionais que atuam 40 horas semanais.

As contratações pelas prefeituras são geralmente realizadas para 20h semanais, o que agrava mais ainda a situação salarial dos que possuem muitas horas de trabalho, em detrimento de um salário baixíssimo. E outro problema das avaliações do IDEB é seu caráter nacional: como avaliar realidades diferentes de um país imenso como o Brasil, de uma única forma?

A LDB também estipula que os currículos escolares devam ter uma base nacional comum; nesse sentido, ela foi responsável pela criação da política educacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de nortear os currículos dos sistemas de ensino e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Brasil. A BNCC é uma política pública educacional que procura alinhar o currículo nacional conforme as instituições internacionais que financiam a educação no Brasil. O documento foi discutido entre 2015 e 2016, sendo homologado em 2017, com prazo de implementação até o ano de 2021:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), [...], apresenta direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos da Educação Básica no país em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Considerado pelo MEC como um instrumento de gestão pedagógica para auxiliar os professores, o documento que se configura como uma ação da política curricular brasileira, também tem o propósito de nortear a formação humana integral dos educandos e promover uma educação de qualidade social. (TRICHES; ARANDA, 2016, p. 83- 84).

A BNCC estabelece um grupo de conhecimentos, competências e habilidades em todas as áreas de conhecimento que deve ser adquirido pelos alunos da Educação Básica do Brasil. De acordo com o documento, essa unificação curricular tem em vista a formação humana integral, que contribua para a formação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Um dos problemas da BNCC é que sua perspectiva de aquisição de habilidades e competências se aproxima de uma visão empresarial de mercado, em que, como estudantes passivos, devem adquirir o que for determinado pelo documento escolar. Além disso, sua construção não passou por uma ação democrática em sociedade, com diversas manifestações contrárias de institucionais educacionais do país a sua implantação. Para Heleno, a BNCC mantém a estrutura de sociedade:

[...] a essência da BNCC coaduna com a manutenção do status quo quando dificulta o acesso da classe trabalhadora e de cor a um ensino de gestão pública, gratuito e de qualidade através da descentralização da educação básica, do repasse de verba pública para instituições privadas de educação, pela imposição de objetivos e o provável controle sobre a avaliação, por negar aos estudantes compreender a realidade concreta pela negação da ciência, da fragmentação da educação e pelo esvaziamento técnico da categoria cidadania. Proporcionando uma educação para o conformismo. (2017, p. 391).

Nessa configuração neoliberal, pela análise de alguns documentos públicos educacionais, como LDB, o PDE e a BNCC, percebemos como a presença do mercado alimenta questões como acúmulo de capital, formação de futuros trabalhadores, inserção de empresariamento nos conhecimentos escolares, além da manutenção de privilégios para os grupos privilegiados economicamente, em detrimento do não acesso à Educação Básica para a população mais carente. Coube à nossa investigação a reflexão crítica sobre quais documentos públicos educacionais norteiam a aprendizagem e, principalmente, a prática dos docentes no Brasil.

A seguir, investigamos o documento educacional da BNC-Formação e qual a sua relação com esse contexto neoliberal voltado ao crescimento e à perpetuação da economia de mercado na sociedade.

4 A BNC-FORMAÇÃO A PARTIR DAS LENTES DA BIOPOLÍTICA, NOOPOLÍTICA E PSICOPOLÍTICA NA SOCIEDADE NEOLIBERAL

Neste momento, analisamos o impacto do documento da BNC-Formação sobre a formação dos docentes no Brasil, por intermédio de normativas direcionadas à formação de trabalhadores para o mercado neoliberal e do possível assujeitamento da ação dos professores nos espaços educacionais.

De início, realizamos recortes do documento da BNC-Formação para compreender seus objetivos em relação à formação dos professores; na segunda parte, apresentamos a reação das instituições educacionais contrárias à BNC-Formação; após, investigamos acerca do impacto mercadológico das competências sobre os docentes; e, na última parte, averiguamos e analisamos o possível assujeitamento dos docentes pelo documento da BNC-Formação, por meio do controle Biopolítico, Noopolítico e Psicopolítico.

No começo, optamos por realizar recortes de trechos do documento da BNC-Formação, enquanto documento que possui uma visão prática de formação para os professores do Brasil. Desde a sua divisão geral, voltada à formação inicial até a continuada dos professores, acompanhando os docentes da graduação até a sua atuação nos espaços escolares, além das competências gerais e específicas que devem ser adquiridas e aplicadas de modo prático pelos professores em sua ação pedagógica nas escolas .

Na segunda parte, investigamos sobre como as instituições, associações e entidades educacionais reagiram após a publicação do documento da BNC-Formação, o qual modificava toda a estrutura de formação nos cursos de licenciatura do país. Em relação a esse cenário, em sua maioria, todas foram contrárias ao uso da BNC-Formação para os cursos de formação e acompanhamento contínuo dos docentes, resultando em diversos manifestos públicos e manifestações dessas instituições educacionais contra a sua implantação na educação brasileira.

A seguir, problematizamos a presença do conceito de competências em grande parte do documento da BNC-Formação. Chegamos ao entendimento de que competências surgem antes no espaço empresarial, voltadas à capacidade de o trabalhador realizar alguma ação, sendo transferida para o campo educacional no Brasil, por meio de instituições internacionais (OCDE e Banco Mundial), as quais

começaram a investir financeiramente na educação para a produção de futuros trabalhadores a serem inseridos no mercado de trabalho.

Na última parte, investigamos e analisamos a possibilidade do assujeitamento docente por meio do documento da BNC-Formação, por meio do controle Biopolítico, Noopolítico e Psicopolítico. Diante desse cenário, com a imposição da BNC-Formação sem debate público, sendo um documento com perspectiva voltada ao mercado neoliberal, reduzindo a ação pedagógica, priorizando somente ações práticas e não reflexivas, com o controle de todo o processo de formação de docentes e seu monitoramento por meio de avaliações externas.

Foi (e é) um ato pedagógico e democrático nesta pesquisa: questionar, problematizar e reivindicar uma formação de professores com a participação e construção coletiva dos educadores, favorável à realização do processo pedagógico livre, plural e não mercadológico.

4.1 RECORTES, ARTICULAÇÕES E OBJETIVOS DA BNC-FORMAÇÃO

A Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) foi articulada pelo Ministério da Educação, sendo encaminhada no dia 13 de dezembro de 2018 para análise e parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa proposta continuou em tramitação de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, no período de um ano, em que a CNE, a 20 de dezembro de 2019, aprovou a Resolução CNE/CP nº. 2/2019.

A Resolução em questão trata-se das novas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial dos Professores da Educação Básica, que oficializam a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação de professores), que foi instituída para se colocar em prática nas escolas do Brasil a base curricular estabelecida para a Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Educação Básica). A BNCC, com seu conjunto de conhecimentos, competências e habilidades para as modalidades de Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – tornou-se documento base que norteia as competências e habilidades essenciais da ação dos docentes na BNC-Formação:

Ponto de Partida - A premissa da proposta da BNC-Professores são os recorrentes resultados insuficientes de aprendizagem dos estudantes e da baixa qualidade da formação dos docentes. Em geral, os cursos contam com muita teoria e pouca prática, falta aprofundamento na formação inicial para a educação infantil, alfabetização e anos iniciais, além de estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação com as escolas.

Diante desse quadro, a proposta do MEC preza que a formação esteja inserida em um regime de colaboração entre a União, os sistemas de ensino e as instituições formadoras. Tudo a partir de uma abordagem sistêmica, pautada pela interdisciplinaridade, interculturalidade e contextualização. Sem deixar de lado a criatividade, a inovação e a formação humana integral. Tendo sempre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como norte. (BRASIL, 2018, p. 2).

De acordo com o MEC, a implantação da BNC Formação de professores surge em resposta a um contexto educacional que está em crise, em que a aprendizagem em todos os níveis educacionais do país não corresponde às expectativas das avaliações nacionais e internacionais quanto aos números esperados de desenvolvimento educacional do Brasil. Para isso, além da BNCC como roteador das aprendizagens a serem trabalhadas com os alunos em todos os níveis de ensino, foi criada pelo MEC a BNC-Formação de professores, como proposta que concentra habilidades e competências que também nortearão a prática pedagógica dos docentes em todo território nacional, com o intuito de reverter os baixos índices de aprendizagem sinalizados pelo MEC, mas, também, de executar uma ação docente mais voltada a ações práticas, reduzindo a perspectiva teórica presente no currículo anterior dos professores.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº. 2/2019, aprovada em dezembro de 2019, e que corresponde às orientações da BNC-Formação para professores, pois ainda não fora definido um documento finalizado dessa política pública. Trata-se da política educacional a qual foi investigada e analisada nesta dissertação, conforme suas diretrizes e novos objetivos elencados para a formação dos professores em nível nacional.

De início, a Resolução ampara-se em um conjunto de políticas educacionais anteriores, elencando o seu prazo de execução e seu objetivo enquanto política educacional:

O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos da formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – Educação Básica);

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC –

Educação Básica, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente;

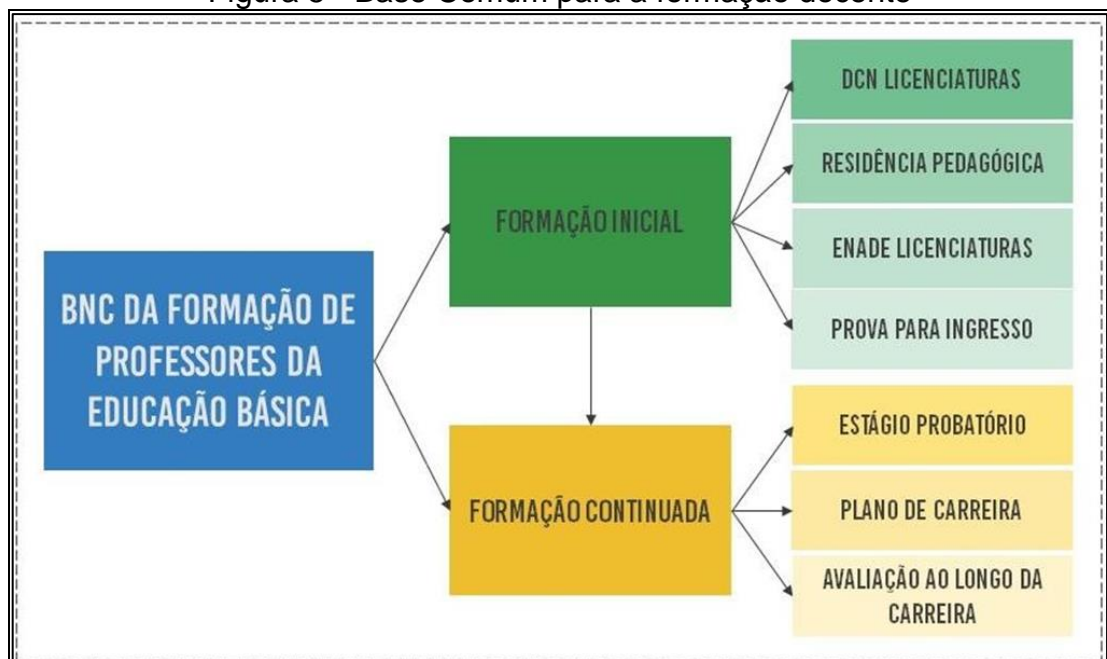
O § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a BNCC – Educação Básica deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

As aprendizagens essenciais, previstas na BNCC – Educação Básica, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores [...]. (BRASIL, 2019).

A Resolução evidencia a organização de políticas e ações educacionais direcionadas à formação docente, estruturando diretrizes educacionais para a formação inicial de professores licenciados em cursos de graduação de Nível Superior para professores da Educação Básica. Em relação aos docentes em exercício, propõe uma formação continuada voltada à profissionalização de docentes na Educação Básica, como forma de aperfeiçoar seu desenvolvimento pedagógico e preparo para futuras avaliações externas. Em relação às avaliações, serão aplicadas nos espaços educacionais na busca de melhores resultados dos alunos brasileiros dos Ensinos Fundamental e Médio, em relação aos baixos resultados anteriores apontados pelo MEC.

A BNC-Formação, como é nomeada até o momento, organiza a formação dos professores a partir da seguinte estrutura, conforme ilustra a Figura 5:

Figura 5 - Base Comum para a formação docente



Fonte: Brasil (2018).

A BNC-Formação propõe mudanças nos cursos de formação de professores em nível nacional, com a redução de grande parte teórica dos conhecimentos nos cursos de licenciaturas, primando por uma formação direcionada à prática pedagógica docente nos cursos de formação universitária. O “saber-fazer” torna-se o modelo pedagógico utilizado pelos cursos de licenciatura, como podemos observar na formação inicial supracitada pela proposta da BNC-Formação. A Residência Pedagógica, por sua vez, acontecerá em situação de trabalho e de modo progressivo, com o acompanhamento dos professores do curso que estariam supervisionando a prática de seus alunos nas escolas (aplicação de habilidades e competências da BNC-Formação), sendo antecipada nos cursos de licenciatura.

No campo de Formação Inicial, também são incluídos instrumentos de avaliações dos cursos de licenciatura, como podemos observar nos itens de ENADE Licenciaturas e Prova para Ingresso, sendo responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) elaborar novos processos de avaliação para esses dois momentos, o que reforça a intenção de que as diretrizes da BNC-Formação sejam, de fato, executadas nos cursos universitários. A reforçar, o primeiro item DCN Licenciaturas exige a adequação de todos os cursos às novas DCN solicitadas pela BNC-Formação e os ajustes necessários a sua aplicação.

Em relação à Formação Continuada, busca criar um processo de evolução dos docentes, em que os profissionais da educação vão adquirindo novas habilidades e competências de acordo com as formações baseadas na BNC-Formação, sendo depois avaliados pela terceira categoria de avaliação ao longo da carreira. Nessa etapa, os docentes passaram por um processo de avaliações, e estarão sujeitos à realização de provas, apresentações de titulações novas e demonstração de seu desempenho pedagógico conforme os anos de trabalho.

Na categoria de Estágio Probatório, o docente considerado novato deve comprovar junto a equipe de avaliação a aquisição e o desenvolvimento das competências da BNC-Formação em suas atividades, além da criação e apresentação de um portfólio, o que será avaliado pelo mentor que o acompanha desde o início de suas atividades no espaço educacional. O professor-mentor junto com a equipe gestora da escola serão, no fim, responsáveis pela avaliação de todas as etapas do Estágio Probatório dos novos docentes. Na categoria Plano de Carreira, ocorrerá por meio do uso da matriz de competência que consta na BNC-Formação, conforme cada etapa da carreira do docente, conforme seu tempo de trabalho, títulos e avaliação de

pares, para que, assim, o profissional possa ir conquistando novos níveis de carreira em sua atividade docente.

Em geral, os docentes estão, de certa forma, sendo avaliados desde o seu processo de entrada e durante toda a sua etapa de realização de suas atividades, por meio de habilidades e competências que são determinadas pela BNC-Formação e que serão responsáveis pelo monitoramento da ação docente dos professores. A BNC-Formação também é composta pelos seguintes capítulos:

- Capítulo I: trata do “objeto”, a definição das diretrizes e a instituição da BNC-Formação. Nesse capítulo, também estão indicadas as três dimensões e respectivas competências a serem desenvolvidas pelos licenciados, conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. O currículo de formação de professores centrado em competências e habilidades é inédito no Brasil.
- Capítulo II: trata dos fundamentos e da política de formação docente. No que diz respeito aos fundamentos, enfatiza-se a sólida formação básica, a associação entre teoria e prática e o aproveitamento das vivências anteriores. No quesito da política, orienta-se para a obediência aos marcos regulatórios da educação, especialmente aqueles presentes na BNCC da Educação Básica.
- Capítulo III: trata da organização curricular dos cursos destinados à formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o prescrito na BNCC da Educação Básica e com os princípios norteadores.
- Capítulo IV: define a organização e carga horária dos cursos em nível superior de licenciatura destinados à formação inicial de professores para a educação básica. A carga horária total, de no mínimo, 3.200 horas, deve ser dividida em três grupos: 800 horas para a base comum, 1600 horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos e 800 horas para a prática pedagógica. Tal composição se aplica aos cursos EaD e às licenciaturas nas modalidades de educação especial, educação do campo, educação indígena e educação quilombola.
- Capítulo V: trata da formação em segunda licenciatura.
- Capítulo VI: trata da formação dos graduados não licenciados. A habilitação para o magistério se dará no curso destinado à formação pedagógica, que deve ser realizado com carga horária básica de 760 horas.
- Capítulo VII: trata da formação para atuar em administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica.
- Capítulo VIII: trata do processo interno e externo de avaliação dos licenciandos, que deve ser organizada como um reforço em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências. (ALVES; CARVALHO, 2022, p. 93-94).

O conjunto desses nove capítulos constitui as novas diretrizes sobre a formação dos professores no Brasil, trazendo diversas modificações que atravessam a escola, composto de um currículo baseado em habilidades e competências a serem adquiridas pelos docentes, assim como ocorre na BNCC, só que para os alunos. Por isso, o trabalho pedagógico conjunto da BNCC com as diretrizes de formação Inicial

e continuada da BNC-Formação, para a implantação prática da BNCC nas instituições educacionais.

A carga horária dos cursos de licenciaturas continua em 3.200 horas, mas com a perspectiva de uma aprendizagem menos teórica e mais prática de conhecimentos. Foi redistribuída, em que nas primeiras 800 horas devem ser trabalhadas no início dos cursos questões práticas educacionais referentes à BNCC. No segundo bloco de horas, que compreende 1.600 ainda direcionadas à BNCC, será trabalhada no segundo até o quarto ano de curso, mas voltada aos conteúdos específicos das áreas de conhecimentos, momento em que os docentes devem adquirir domínios sobre os conteúdos. E, no último grupo de horas, com 800 horas de atividades práticas, as quais devem começar ainda no início do curso, 400 horas são reservadas à realização de estágio supervisionado dentro de uma escola, como docente; e as 400 horas restantes são para a prática de componentes curriculares dentro do curso, que já são abordadas nas primeiras 800 e 1600 horas sobre BNCC.

O curso de Pedagogia acaba passando por uma fragmentação pedagógica de acordo com a BNC-Formação, em que acontece a formação para professores de Educação Infantil (curso de formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil), professores de Anos Iniciais (curso de formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), e outra para professores que desejam exercer as funções de gestão educacional, com mais 400 horas que devem ser exercidas dentro do curso de Pedagogia, com a experiência prévia em docência para depois poder assumir funções de gestão educacional.

Ao final do último capítulo, a BNC-Formação apresenta as seguintes 10 Competências Gerais a serem aplicadas na formação dos professores da Educação Básica, conforme ilustra a Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Competências Gerais para a formação dos professores

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES	
1.	Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2.	Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3.	Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4.	Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5.	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6.	Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7.	Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8.	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9.	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10.	Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: Brasil (2018).

As competências gerais para a formação de professores da BNC-Formação estão alinhadas ao “saber-fazer” e/ou a ações práticas pedagógicas a serem realizadas pelos docentes nos espaços educacionais com os alunos, de forma que sejam voltadas a resolver questões do cotidiano e, principalmente, do mundo de trabalho. Os alunos devem ser capazes de realizar a mobilização de recursos cognitivos para a resolução de problemas em sociedade, concretizando, na prática, a educação por meio das competências previstas nas políticas públicas educacionais.

Segundo a BNC-Formação, as competências gerais não estariam ligadas somente ao espaço de aquisição de conhecimentos e aprendizagens fundamentais aos professores, pois esse movimento ocorre no espaço de sala de aula e no trabalho dos professores. Nesse sentido, ao final do documento, a BNC-Formação sugere os seguintes três dimensões de competências específicas aos professores (Figura 7):

Figura 7 - Competências Específicas para a formação dos professores

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
CONHECIMENTO PROFISSIONAL	PRÁTICA PROFISSIONAL	ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os conteúdos e saber como ensiná-los	2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Estar comprometido com a aprendizagem dos estudantes e disposto a colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar a aprendizagem e o ensino	3.3 Participar da construção do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se com colegas, com as famílias e com a comunidade

Fonte: Brasil (2018).

A BNC-Formação enfatiza, nesse momento, conhecimentos específicos para nortear a formação inicial e continuada da prática dos docentes, os dividindo no eixo de *Conhecimento Profissional*, em que fica clara a importância de os professores de domínio do conteúdo escolar saberem ensiná-lo aos alunos, além de conhecerem a governança (política) do país e como funciona seu sistema educacional. No segundo eixo, denominado *Prática Profissional*, cabe aos docentes o planejamento do ensino que construa, de fato, uma educação efetiva nos alunos, com o controle dos

ambientes de aprendizagem, por meio de avaliações que monitorem o seu desenvolvimento, através das competências e habilidades da BNC-Formação. E, no último eixo, *Engajamento Profissional*, os docentes devem comprometer-se com seu desenvolvimento profissional, a aprendizagem dos estudantes, participar da construção do projeto pedagógico da escola e interagir com colegas, famílias e comunidade escolar em todo esse processo que envolve as competências específicas de formação dos professores segundo a BNC-Formação.

Após esse breve apanhado do que está presente na BNC-Formação, lembrando que se refere aos dados presentes na Resolução CNE/CP nº. 2/2019, é visível a redução da ação docente a um conjunto de habilidades e competências que foi criado para a sua formação inicial e continuada. Um conjunto de habilidades e competências que já existia nas normativas da BNCC e que serviu de base para a criação da BNC-Formação de professores, com o intuito de pôr em prática as normas presentes na BNCC na Educação Básica de todo o país.

As modificações propostas pelo documento mudam toda a estrutura dos cursos de licenciatura do país, reduzindo a perspectiva de uma educação que busca teorias de reflexão sobre aspectos da sociedade para uma formação com conhecimentos mais práticos. A partir disso, os alunos devem adquirir habilidades e competências para a realização de sua prática docente direto nas escolas, no início de suas graduações e, depois, com a fragmentação de sua formação em áreas separadas de atuação educacional. Nesse cenário, a BNC-Formação enfatiza o monitoramento de todo esse processo, com a realização de avaliações externas na formação dos futuros docentes e em sua ação pedagógica.

A seguir, no próximo capítulo discutimos como instituições nacionais educacionais reagiram de modo contrário às diretrizes impostas pela BNC-Formação e quais propostas do documento foram consideradas pelas instituições um retrocesso à formação de professores no Brasil.

4.2 AS MANIFESTAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS CONTRA A BNC-FORMAÇÃO

A publicação da Resolução CNE/CP nº. 2/2019, nomeada como BNC-Formação, causou a reação das instituições, associações e entidades do campo de formação de professores no Brasil, tanto do setor público como privado, as quais não

foram convocadas pelo MEC e CNE para participar da construção ou avaliar as novas diretrizes dessa política pública educacional implantada. De acordo com as organizações educacionais contrárias à implantação do documento, a aprovação ocorreu no “apagar das luzes”, ao final do ano de 2019, com o objetivo de desmonte da formação de professores na educação brasileira.

As primeiras instituições a se manifestaram em relação à BNC-Formação foram ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação; ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação; FORUMDIR - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; ABdC - Associação Brasileira de Currículo; ABALF - Associação Brasileira de Alfabetização; ABRAPEC - Associação Brasileira de Pesquisa em educação em Ciências; CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade; FINEDUCA - Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação; FORPARFOR - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PARFOR¹; FORPIBID RP - Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PIBID e Residência Pedagógica Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática; SBEnBio - Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia; e SBEnQ - Sociedade Brasileira de Ensino de Química. Todas sinalizaram mudanças radicais nas perspectivas educacionais no país, em que a aprendizagem atenderia às demandas de uma sociedade neoliberal, com um governo cuja proposição não dialoga com os professores do país, mas causa o silenciamento dos docentes nos espaços escolares.

A ANFOPE surgiu como um movimento de educadores no final da década de 1970, sendo uma associação nacional que luta por políticas de formação e valorização dos docentes, a favor de causas pelo reconhecimento do magistério e sua profissionalização. A sua defesa é a manutenção das escolas públicas, gratuita e laica, com qualidade e com acesso a todos os níveis para a população brasileira. No entanto, de acordo com a associação, a educação brasileira aproxima-se cada vez mais das exigências de organismos financiadores da educação, responsáveis pela construção de documentos como a BNC-Formação:

¹ Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR): Programa emergencial criado para permitir a professores em exercício na rede pública de Educação Básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

[...] o posicionamento das entidades e seus argumentos, aprova em sessão pública, totalmente esvaziada, pois não divulgada, a “nova” Resolução sem discussão com o campo educacional. Essa “nova” Resolução é mais um retrocesso educacional pois descaracteriza a formação docente afrontando a concepção da Base Comum Nacional dos cursos de formação de professores, que articula indissociavelmente a formação e a valorização dos profissionais da educação, defendida historicamente pela ANFOPE. Essa aprovação acelerada, sem discussão, visa desmontar um processo em curso nas IES de todo o país, que nos últimos anos se dedicaram a reformular seus cursos de licenciatura conforme determinava a Resolução 02/2015, dentro do prazo previsto pelo CNE, que prorrogou sua implementação até dezembro de 2019. Consideramos tal atitude um desrespeito às instituições de ensino superior que efetuaram um grande esforço para construir projetos institucionais de formação de professores, assim como aos professores e estudantes dos cursos de licenciatura, e às próprias decisões do CNE. Tal medida compromete a elevação da qualidade dos cursos de formação e da educação brasileira, e anula os avanços propostos pela Resolução 02/2015. (ANFOPE, 2019).

Para a ANFOPE, a BNC-Formação – aprovada sem a presença de instituições do campo educacional no Brasil – atinge, de modo negativo, os cursos de formação de professores do magistério e demais licenciaturas no país, as quais possuíam um currículo construído e que estava em execução, sendo obrigadas a reformularem toda a sua estrutura de formação curricular, com o prazo de dois anos, para se adequarem às novas diretrizes da BNF-Formação, que contrariavam o seu processo formativo de docentes na educação. Em sua página digital, a associação manifesta-se de modo contrário ao documento; preocupa-se, então, com a nova proposta de formação de docentes, favorável à avaliação periódica dos professores, à criação de *rankings* de desempenho por meio de avaliações externas, com base em níveis de eficiência e produtividade altos. Em busca de aumento nos índices educacionais do Brasil, ainda considerados baixos se comparados a de outros países internacionais, órgãos financiadores da educação mundial desejam aproximá-los tanto em estrutura como em resultados de aprendizagem.

No entanto, as críticas a essa perspectiva de educação para a produtividade e eficiência não iniciaram com a implantação da BNC-Formação, mas com o documento da BNCC, sendo a base curricular nacional composta pelo conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes em todos os níveis na educação básica do país. A BNC-Formação acaba sendo um documento que norteia como o docente deve colocar em prática as orientações pedagógicas previstas na BNCC que, de acordo com a ANPED, reitera:

que cabe à escola desenvolver competências em relação ao “saber fazer” esvaziando seu conteúdo é uma forma de negar o que há de mais avançado no campo da ciência, da cultura e da arte para a maioria da população brasileira. É negar a escola como lugar de democratização do saber, do conhecimento. A ênfase na aprendizagem para desenvolver competências, sabemos, está articulada com as políticas que o Banco Mundial e outros organismos internacionais vêm desenvolvendo nos últimos tempos, e tem a ver com pensar a escola como se fosse uma empresa. Se o produto da empresa escolar são estas aprendizagens, ela tem que ser medida e avaliada principalmente pelos seus resultados. Não há uma preocupação com a formação integral do estudante, com um desenvolvimento omnilateral dessas novas gerações. (ANPED, 2018).

A ANPED, surgida em 1978, é focada nas lutas pela universalização e educação no Brasil, sendo uma entidade formada por Programas de Pós-graduação em Educação, professores e estudantes, para o desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura, por meio da liberdade, democracia e justiça social, com incentivo à pesquisa, desenvolvimento das comunidades acadêmicas, científicas e políticas educacionais no Brasil. Diante dessa organização, a ANPED manifestou sua oposição a uma educação por competências desde o lançamento da BNCC (2017); por meio de nota em sua página digital, a instituição aponta a mutilação da última versão do documento, com foco somente nas áreas de Português e Matemática. A redução da participação das demais áreas no currículo básico as colocam em segundo plano, como temas transversais, o que a ANPED classifica como “documento autoritário e reducionista de saberes”.

Além disso, também criticam a proposta de educação através de competências voltadas ao “saber fazer” com os alunos, alinhadas a políticas incentivadas financeiramente pelo Banco Mundial e organismos internacionais, retirando o que há de ciência, cultura e arte no currículo-base da educação brasileira. Para a ANPED, continuando sua manifestação no *site*, essa modificação na política pública educacional trata a educação como uma empresa, em que as aprendizagens de interesses precisam ser medidas e avaliadas de modo externo para o monitoramento de seus resultados educacionais, por meio da desarticulação entre teoria e prática. Logo após, a ANPED participou de manifestações contrárias à BNC-Formação, pois buscava aplicar na prática o que já, anteriormente, discutimos sobre a BNCC, por meio do controle da prática de docentes no país.

A ANPAE foi fundada em 1961 por professores universitários da administração escolar e educação comparada; é uma associação civil do campo da política e da gestão educacional, constituída por pesquisadores, docentes, estudantes do ensino

superior, dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino, diretores e professores de escola ou formação cidadã. A associação luta por uma educação de qualidade para todos, com sua participação e realização de políticas públicas na educação; propõe uma gestão democrática, por meio de valores sociais como igualdade, justiça, liberdade, direitos e deveres na educação e sociedade.

O objetivo da ANPAE é promover a formação de professores e dirigentes na educação, incentivar colaborações entre instituições nacionais e internacionais de ensino, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, principalmente na área das políticas educacionais, gestão, planejamento, avaliação da educação. Em relação à BNC-Formação, a ANPAE manifestou-se por sua página digital, com a seguinte nota:

[...] destroem as políticas já instituídas; desconsideram a produção e o pensamento educacional brasileiro ao retomarem concepções ultrapassadas como a pedagogia das competências; apresentam uma visão restrita e instrumental de docência e negativa dos professores; descaracterizamos núcleos formativos, a formação pedagógica e a segunda licenciatura; ignoram a diversidade nacional, a autonomia pedagógica das instituições formadoras e sua relação com a educação básica; relativizam a importância dos estágios supervisionados retrocedendo, desse modo, nos avanços que a área alcançou com a Resolução 02/2015.

Repudiamos, também, a proposta de institucionalização de institutos superiores de educação, assim como a proposição de referenciais docentes de caráter meritocrático para a valorização do professor (formação, carreira, salário e condições de trabalho), entre tantas outras impropriedades.

Ressaltamos, ainda, que a proposta do CNE, em franco desrespeito às instituições, professores e estudantes, bem como das suas decisões emanadas pelo próprio Conselho, desconsidera o fato de que um número considerável de Instituições de Ensino Superior já aprovaram, nas instâncias colegiadas, em um esforço institucional imenso seus projetos institucionais de formação: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógicos de Curso (PPCs). Tais projetos, contemplando as proposições da Res. 02/2015, reorganizam internamente os cursos trazendo proposições interessantes para superar a fragmentação da formação e a complexidade do conhecimento, afirmando o compromisso da universidade com a sociedade (sua função de extensão) ao chamar a escola para concretizar a dimensão teórica- empírica da formação. Reafirmamos nossa posição em defesa da Resolução CNE nº 02/2015, pois esta fortalece uma concepção de formação indissociável de uma política de valorização profissional dos professores para formação, carreira e condições de trabalho e representa um consenso educacional sobre uma concepção formativa da docência que articula indissociavelmente a teoria e a prática, dentro de uma visão sócio-histórica, emancipadora e inclusiva, defendida pelas entidades acadêmicas do campo da educação (NOTA ANPAE, grifos nossos). (ANPAE, 2019, p. 1).

As críticas da ANPAE à BNC-Formação concentram-se em relação a uma educação por competências, movimento que seria contrário ao pensamento

educacional que estava sendo construído na educação do país; a perspectiva prática da formação e do trabalho dos docentes, os quais trabalhariam com as competências e habilidades presentes na BNCC, por meio de uma prática do “saber-fazer” não favorável à reflexão, à crítica e à cidadania na educação, além do retrabalho da estrutura do Ensino Superior no cursos de Magistério e Licenciatura, que foram obrigados a adequar toda a sua matriz às novas diretrizes da BNC-Formação. Descartava-se, pois, o trabalho realizado conforme as normas da Resolução CNE nº 02/2015, a qual foi diverge totalmente da resolução que oficializou a BNC-Formação, sendo considerada um atraso e o desmonte da educação pelas instituições, que reivindicam o retorno da resolução de 2015.

As instituições junto com a ANPAE reivindicam o retorno da Resolução CNE nº 02/2015, que foi revogada e substituída pela Resolução CNE/CP nº 02/2019, a BNC-Formação. A Resolução CNE/CP nº 02/2015 foi uma construção conjunta de todas as instituições educacionais, a qual mencionamos antes, com aceitação do MEC e da CNE; havia a presença de autores de todas as regiões do país e promovia uma educação com o diálogo de diferentes aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais, com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, repleta de projetos de formação para professores.

O documento amparava-se nas DCN's, que considerava a complexidade do trabalho do docente, não limitando-se somente à docência e a dar aulas, mas sendo uma ação que é composta de outras identidades, as quais também são importantes para a promoção da aprendizagem nos espaços escolares. A proposta das DCN's de 2015, por meio da Resolução CNE/CP nº. 02/2015, promoveria desenvolver e aumentar a formação de professores no nível superior, por meio da qualidade da formação, respeitando a diversidade cultural presente no país.

No entanto, a sociedade brasileira, no ano de 2014, passou por uma crise econômica e, acompanhada de problemas políticos no ano de 2016, que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e ao vice-presidente Michel Temer assumir o cargo da presidência. Nesse novo contexto de sociedade, com uma política mais autoritária, focada na retomada da economia, surge nova perspectiva de educação voltada à padronização dos currículos da Educação Básica e controle sobre a formação de professores, ambos com o objetivo de responder às demandas profissionais de trabalho do mercado, com uso de competências para promover uma

instrumentalização e racionalidade sobre o processo educacional, com a formação de sujeitos passivos, dóceis, efetivos e produtivos a entrarem no mercado de trabalho.

A partir de uma política conservadora no país, acelerou-se a aprovação da BNCC de 2017, com seu currículo nacional por meio de habilidades e competências de aprendizagem, em todos os níveis de Ensino Básico; depois, revogou-se a Resolução CNE/CP nº. 02/2015, a partir da qual havia o interesse de desenvolvimento da formação de professores na educação superior de modo democrático, igualitário e cultural, para a implantação da CNE/CP nº. 02/2019, a qual também padronizava a formação de professores por meio de competências e uma série de mudanças, como forma de efetivar a implantação da BNCC de 2017, por meio da prática dos docentes nas escolas.

Porém, é necessário lembrar que o período de crise econômica no Brasil foi crucial para a reformulação das políticas educacionais, momento em que houve a união de empresários nacionais, com a entrada de organismos internacionais (Banco Mundial, OCDE etc.), aumento do Estado mínimo, redução drástica de políticas públicas sociais na saúde e, principalmente, na educação, além de a economia regular todas as demandas em sociedade. Esse conjunto de articulações contribuiu para o engavetamento das propostas de educação que estavam baseadas nas DCN's no ano de 2015, colaborando para o que, no momento, as instituições classificam como desmonte das políticas públicas da educação brasileira em um curto espaço de tempo.

As universidades públicas perderam sua autonomia com a implantação da BNC-Formação de 2019, pois antes decidiam como seriam formulados seus projetos de formação em relação aos cursos de licenciaturas, baseados na CNE/CP nº. 02/2015 que instituiria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, nos cursos de formação de professores. No entanto, com a BNC-Formação, as aprendizagens são estabelecidas com uso de uma didática instrumental prática, em que docentes devem aprender a executar essa educação por competências para o saber prático, contrárias à formação de sujeitos reflexivos, criativos e autônomos no saber.

Diante das ações da BNC-Formação, as instituições educacionais, em sua maioria, foram contrárias ao documento, principalmente em relação a sua perspectiva de educação voltada ao mercado de trabalho, ao controle da prática docente por meio de competências a serem adquiridas e realizadas em sua ação pedagógica,

avaliações externas como forma de monitorar o trabalho docente. Responsabilizaram a execução das metas educacionais somente pelo trabalho dos professores. Assim, por meio da plataforma digital da ANPED, contra a formação de professores da BNC-Formação, todas as instituições que mencionamos no início deste capítulo uniram-se reivindicando as seguintes alterações nas políticas educacionais públicas ao MEC e ao CNE, intitulado “Manifesto Contra a Desqualificação da Formação dos Professores da Educação Básica”:

A elaboração/aprovação da Resolução CNE/CP nº 01/2020, assim como da Resolução CNE/CP nº 02/2019, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) tem um caráter marcadamente autoritário, aprovadas pelo Conselho Pleno do CNE, em sessão sem publicização da pauta, e sem a participação e diálogo com as entidades acadêmicas, científicas, sindicais, fóruns estaduais e representantes das unidades escolares, Universidades e Faculdades de Educação. Diferentemente do que ocorreu no processo amplo de discussão e posicionamentos dessas entidades na elaboração do Parecer CNE/CP nº 2, de 9/06/2015, e da Resolução CNE/CP nº 2, de 1/07/2015, que articulavam a formação inicial e a continuada e representavam um consenso no campo educacional, incorporando princípios e demandas histórica e coletivamente construídos. Cabe destacar que a revogação, em dezembro de 2019, da Resolução CNE/CP nº 2/2015, antes mesmo de acompanhamento e avaliação do seu processo de implementação, constituiu um grave ataque à autonomia universitária e à qualidade dos cursos, impondo sua descaracterização, completados com a Resolução CNE/CP nº 01/2020. [...] Tendo em vista essas considerações, as entidades nacionais abaixo assinadas, além de manifestarem seu repúdio à descaracterização da formação imposta, esperam que o MEC reconsidere as posições danosas à formação, reconhecendo o protagonismo das comunidades escolares e a relevância dos profissionais da educação e dos trabalhadores da escola, e assim, defendem:

- 1) A revogação imediata da Resolução CNE/CP nº 02/2019 e da Resolução CNE/CP nº 01/2020 e seus respectivos Pareceres;
- 2) A implementação imediata da Resolução CNE/CP nº 02/2015; e
- 3) O restabelecimento do debate público e republicano com as instituições formadoras de professores, com pesquisadores do campo da formação de professores, com representantes de movimentos educacionais, sociais e sindicais.

Em defesa da educação pública, da vida e da democracia!

Em defesa da formação e da valorização dos profissionais da educação. (ANPED, 2020).

No decorrer da manifestação, as instituições alegaram que o objetivo da BNC-Formação seria a aplicação da BNCC em versão de 2017, por meio do esvaziamento do currículo, direcionado a competências, sem respeito às pluralidades culturais, às instituições, contrário à gestão democrática no ato do ensinar e aprender na educação, desconsiderando as necessidades de formação dos sujeitos, o que empobrece a formação dos professores e retira a sua autonomia na sua prática

profissional. As instituições educacionais apontaram a abordagem tecnicista no documento, por meio da centralidade do currículo, focada em práticas reducionistas distante das teorias, com uso de metodologias ativas na BNCC, por meio de uma formação empreendedora dos docentes, os quais serão responsáveis pelo sucesso ou fracasso na realização de seu trabalho, reduzido a formações por meios de cursos e programas.

Em relação aos cursos de pedagogia e licenciaturas, não é priorizada a pesquisa, mas a perspectiva mais pragmática da formação, com atividades voltadas às práticas na busca por resultados na educação, através dos objetivos determinados pela BNCC; alinhado a políticas educacionais neoliberais, propicia baixos custos na educação à base da alta performance dos professores. Para o incentivo da presença privada na educação, com acesso, inclusive, a fundos públicos de investimentos em projetos pedagógicos formativos de professores. Em manifestação aberta das instituições em detrimento de todas essas ações, solicitaram a revogação da Resolução CNE/CP nº. 02/2019, o retorno da CNE/CP nº. 02/2015 baseada das DCN's, nas quais as instituições participaram e possuíam um viés democrático, participativo e social de educação, contrária à BNC-Formação; pleiteavam o retorno do debate público em relação com as instituições responsáveis pela formação de professores, com a presença de pesquisa sobre as áreas e grupos que apoiassem uma educação pública e democrática.

A 15 de setembro de 2022, ocorreu em todo o país o Dia Nacional de Combate à BNC-Formação, realizado pela ExNEPe (Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia) com apoio de estados de todo o Brasil, universidades públicas, institutos federais e instituições privadas. Os movimentos contrários à BNC-Formação tiveram início ano de 2020 e resultou na manifestação coletiva no dia 15 de setembro, com manifestações, paralisações, passeatas, panfletagens, debates e fóruns. As principais reivindicações das instituições, professores e alunos eram em defesa da formação unitária do pedagogo (não fragmentação), críticas aos cortes de verbas públicas da educação, combate ao aumento do EaD e evitar o caminho favorável à privatização da educação do país.

Depois do dia 15 de setembro de 2022, quando ocorreram as manifestações em universidades públicas, institutos federais e instituições privadas contra a BNC-Formação, o Conselho Nacional de Educação – CNE emitiu, quatro dias após, a 19

de setembro de 2022, a seguinte nota referente à Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019:

Figura 8 - Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação referente à Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019

Comunicamos que a Nota de Esclarecimento sobre a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, redigida no âmbito da Comissão de Formação de Professores do CNE, **perde seu objeto**, na medida em que definimos avançar em torno de alterações ou aperfeiçoamentos de itens ou artigos da referida Resolução. Nessa medida, as propostas elaboradas serão submetidas a consultas e debates adequados à sua conclusão.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2022.

Conselheira Maria Helena Guimarães de Castro – Presidente

Fonte: Portal do MEC (2022).

O CNE, perante as manifestações contrárias à BNC-Formação, foi obrigado a recuar no seu plano de formação de professores, o que sinaliza a força das instituições educacionais do país. A nota deixa clara a reformulação do documento, o qual foi sinalizado antes que não era de interesse das instituições de educação do país, e sim a sua revogação e o retorno da CNE/CP nº. 02/2015. O prazo dado para essa ação é de mais dois anos para a implantação dessa nova resolução e suas alterações, deixando em alerta que o combate das instituições, professores e alunos que acreditam em uma educação pública, democrática e justa para a população brasileira não terminou. A luta contra o corte de verbas públicas da educação, sua privatização e controle da formação docente ainda seguirá em movimento no espaço das políticas públicas educacionais do Brasil.

No próximo capítulo, analisamos os objetivos propostos por educação por competências e quais os interesses que perpassam um discurso educacional voltado à prática, monitoramento e avaliação da formação dos professores do país.

4.3 AS COMPETÊNCIAS NA BNC-FORMAÇÃO: O CONTROLE DA OCDE E DO BANCO MUNDIAL SOBRE OS DOCENTES

Em leitura das diretrizes da BNC-Formação, observamos que a palavra ‘competências’ aparece 54 vezes no decorrer de toda a resolução, bem distribuída em diversas partes do texto, sempre à frente de uma norma direcionada aos docentes ou

em início de tabelas, a qual elenca um conjunto de competências também que estão na responsabilidade prática dos professores nas escolas. O curioso é a presença constante de um conceito em um documento que possui somente vinte páginas; nesse sentido, optamos por investigar qual o sentido empregado por esse conceito no documento da BNC-Formação.

O documento, de modo geral, não se preocupa em explicar o uso de termo 'competências' em sua escrita; somente o utiliza de forma ampla para a composição de suas diretrizes. Todavia, notamos que no início da BNC-Formação ocorre a preocupação em lembrar os docentes de que sua prática educacional deve estar pautada nas normativas da última versão da BNCC, em que as aprendizagens básicas desse currículo devem ser garantidas aos estudantes, ação que justifica a criação da BNC-Formação com as competências profissionais dos professores para que consigam aplicar o que foi estabelecido pela BNCC. De acordo com a BNC-Formação:

Parágrafo único. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2017 e CNE/CP nº 4/2018.

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral.

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação. (BRASIL, 2019).

A sequência das diretrizes reafirma o alinhamento educacional entre a BNC-Formação junto às aprendizagens em forma de competências que constam nas normativas da BNCC, cuja função prática é colocar em execução o que consta nesse documento, quase como uma cartilha a ser aplicada pelos professores do Brasil em suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, resolvemos investigar o conceito de 'competências' a ser empregado pelos professores de acordo com a BNC-Formação e, para nossa surpresa, a BNCC esclarecia qual o objetivo da pedagogia por competências:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BNCC, 2017, p. 13).

De acordo com a BNCC, a pedagogia por competências é um conjunto de ações pedagógicas as quais devem ser proporcionadas pelos docentes aos estudantes, para que consigam adquirir as competências estipuladas enquanto aprendizagens básicas pela BNCC. O texto também deixa claro que as competências são voltadas ao ato de saber fazer; o conhecimento direcionado à prática, em que é reduzido o espaço de aprendizagens teóricas e acrescido de ações pedagógicas nas quais os alunos comprovem de modo prático o seu aprendizado.

A perspectiva da BNCC é a mesma utilizada para a criação das competências dos professores na BNC-Formação, sendo que, na primeira, a aquisição das competências pelos alunos seria uma forma de sua preparação para a resolução de problemas quando estiverem em ação no mercado de trabalho. Logo, a BNC-Formação entra como um instrumento pedagógico que doutrina a prática dos professores do país, desde sua formação inicial (universidades) até a contínua (cursos e capacitações), para que sigam as competências com teor prático no processo de aplicação das aprendizagens da BNCC nos espaços escolares. De acordo com a BNCC:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2017, p. 8).

A BNCC pontua a consolidação de aprendizagens para o desenvolvimento da cidadania e capacitação para o trabalho dos estudantes, ou seja, preparar os alunos para que possam participar ativamente na futura dinâmica de sociedade que os aguarda após a saída das escolas; principalmente, que consigam ser efetivos e possam entrar no mercado de trabalho, fortalecendo o sistema vigente de produção

financeira. E como organização curricular fundamental para a realização dessa perspectiva pedagógica, as competências entram como um conjunto de conhecimentos, os quais serão trabalhados pelos docentes com os alunos para que consigam adquirir habilidades que os capacitem a serem trabalhadores aptos a adequarem-se às demandas da sociedade brasileira. E, como já pontuado, a aquisição de habilidades para a formação de um trabalhador pronto a contribuir com a cidadania e o trabalho no país.

A partir da BNCC, conseguimos compreender o sentido dado às competências tão presentes no documento da BNC-Formação, cabendo aos professores uma responsabilidade considerada ampla da formação de futuros profissionais de mercado, por meio dos processos de aprendizagens educacionais de modo prático em sala de aula. No entanto, o termo 'competência' não surge enquanto conhecimento produzido no campo educacional, uma vez que sua perspectiva foi criada no cenário empresarial americano e expandiu-se para os demais com economias avançadas pelo mundo. Para o sociólogo Christian Laval, competência:

se inscreve, sob outro ponto de vista, no conjunto das ferramentas de avaliação e de remuneração, de controle e de vigilância à disposição dos empregadores que buscam racionalizar da maneira mais justa sua mão-de-obra, concebida como "estoque de competências". A "competência" como lembram Françoise Ropé e Lucie Tanguy, designa um conhecimento inseparável da ação, ligado a um *savoir-faire* que depende de um saber prático ou de uma faculdade mais geral, que o inglês designa pelo termo "agency". Dessa maneira, designa-se capacidade em realizar uma tarefa com ajuda de ferramentas materiais e/ou de instrumentos intelectuais. Um operador, um técnico, um homem de arte possuem competências profissionais. Nesse sentido, a competência é aquilo pelo qual o indivíduo é útil na organização produtiva. Poder-se-ia mesmo manter que a "entrada pelas competências" permite remeter ao domínio jurídico no qual o termo implica uma ligação muito definida entre os poderes e os status. No entanto, o sucesso atual do termo só se atém de muito longe a uma reativação dos ideais de Erasmo ou de Rabelais e tem bem pouco a ver com uma consolidação dos direitos dos assalariados. O emprego estratégico que dele é feito tanto na empresa quanto na escola é inseparável da nova "gestão de recursos humanos" na qual a escola tem o papel inicial. Esse uso é mesmo preferencialmente destinado a questionar as tarefas tradicionais da escola, a transmissão de conhecimentos e a formação intelectual e cultural no sentido mais amplo do termo. (LAVAL, 2004, p. 55).

A noção de competência, então, deve ser pensada antes fora do campo educacional; competência surge como a capacidade do sujeito de associar um conhecimento a uma prática, movimento chamado de competência. Para isso, esse sujeito tem que possuir um conjunto de competências para a realização de qualquer

ação a qual for solicitado realizar. Essa lógica aproxima-se de uma ação de mercado, empresarial, voltada ao que o indivíduo é capaz de produzir em sociedade, de prepará-lo com competências para que sua ação prática seja eficaz às demandas do mercado de trabalho, de seu emprego, da empresa e, por fim, da própria economia (neoliberalismo).

Para Laval, as mudanças mundiais favoráveis a uma sociedade de capital, em que o trabalho é responsável pela formação da economia de mercado, ditaram a constituição da organização das empresas mundiais e da formação dos trabalhadores, os quais realizariam funções diversas nesses espaços. Para isso, a visão empresarial adentra os espaços escolares e a formação dos alunos, não cabendo somente ao trabalhador que possua competências para realizar sua atividade, mas a estudantes que sejam preparados durante anos a essa realidade de aprendizagem por competências, pois participaram de modo ativo da dinâmica empresarial enquanto trabalhador, funcionário assalariado de uma instituição de mercado. Porém, para o filósofo István Mészáros, a educação não deveria estar próxima do mercado:

No mesmo espírito, não só o controle do trabalho estruturalmente subordinado, mas também a dimensão do controle da educação tinham de ser mantidos num compartimento separado, sob o domínio da personificação do capital na nossa época. É impossível mudar a relação de subordinação e dominação estrutural sem a percepção da verdadeira – substantiva e não apenas igualdade formal (que é sempre profundamente afetada, se não completamente anulada, pela dimensão substantiva real) – igualdade. É por isso que, apenas dentro da perspectiva de ir para além do capital, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica. (MÉSZÁROS, 2008, p. 33).

Segundo Mészáros, é complexo abordarmos uma educação em um cenário de economia, em que o ato de aprender estaria subordinado a demandas do mercado de trabalho e, principalmente, às necessidades urgentes do capital, do atual sistema neoliberal; assim, somente em uma perspectiva além do capital, de fato, estruturar-se-ia uma educação voltada à aprendizagem e ao desenvolvimento dos indivíduos em sociedade. Porém, em um sistema de mercado, quase todas as instituições acabam cedendo às demandas da economia, sendo alinhadas às transformações e às solicitações de suportes exigidos pelas empresas, para manterem seus índices de produção elevados, além do crescimento e do fortalecimento do neoliberalismo mundial.

As escolas, por meio do trabalho educacional dos docentes, acabam recebendo a sua demanda do mercado: produzir trabalhadores aptos a exercerem suas funções nos diversos postos de trabalho espalhados pelas sociedades. As competências, sendo um conhecimento empresarial de eficiência pela prática, adentram as escolas como forma de conhecimentos, aprendizagens a serem adquiridas pelos alunos, nos mesmos moldes de uma empresa, de forma que o professor é o responsável por essa formação. Para Laval, as competências gerenciam os humanos:

Passa-se, assim, de um sistema onde o julgamento sobre o valor de uma pessoa era atividade de uma instituição pública, para um sistema onde a avaliação pertence, mais diretamente, ao jogo do mercado de trabalho. O mercado se toma assim, no lugar do Estado a instância mediadora vista como responsável por fixar os valores profissionais dos indivíduos.

Definida como uma característica individual, a categoria de "competência" participa da estratégia de individualização perseguida pelas novas políticas de gestão de "recursos humanos". Qualidade pessoal reconhecida em um dado momento, ela não suporta nenhum direito, não liga o trabalhador a nenhum grupo, a nenhuma história coletiva, ela tende preferencialmente a seu isolamento e despedaça seu percurso profissional. O empregador não compra mais somente um serviço produtor com uma duração definida, nem mesmo uma qualificação reconhecida dentro de um quadro coletivo como no tempo da regulação fordista de pós-guerra, ele compra sobretudo um "capital humano", uma "personalidade global" combinando uma qualificação profissional *stritu sensu*, um comportamento adaptado à empresa flexível, um gosto pelo risco e pela inovação, um engajamento máximo na empresa etc. (LAVAL, 2004, p. 57).

De acordo com Laval, o uso das competências em um processo de mercado de trabalho visa somente a alimentar as necessidades de profissionais das empresas, em que, por meio das competências, não há necessidade de formação de sujeitos, identidades, grupos, pluralidade, entre outras formas de saber, mas a separação dos sujeitos para a sua seleção pela gestão de recursos humanos aos cargos, conforme as suas competências profissionais. Logo, as empresas preocupam-se com a aquisição de profissionais que atendam às demandas internas para o seu fortalecimento e crescimento financeiro; para isso, a necessidade de trabalhadores mais adaptáveis, eficientes, produtivos e não críticos cresce no mercado de trabalho, sendo o uso das competências a forma encontrada no momento para a organização dessa dinâmica profissional na sociedade.

No entanto, ao pensar acerca da origem do termo 'competências' e de qual seu objetivo dentro do espaço educacional, se questiona: em que momento ou como ocorreu a entrada dessa perspectiva de pedagogia por competências na educação como uma prática a ser realizada pelos professores com os alunos? A resposta é

sinalizada por Laval que, segundo o autor, consiste no fato de instituições internacionais financeiras começarem a investir economicamente na educação em todo o mundo:

Seria necessário, então, que a escola passasse de uma "lógica de conhecimentos" para uma "lógica de competência". É suficiente lembrar aqui as propostas mantidas pelos peritos da OCDE, da Mesa Redonda Européia ou da Comissão Européia para se perceber a importância dada a essa mudança pedagógica. A OCDE, por exemplo, alia a lógica gerencial e a nova pedagogia de maneira particularmente explícita: "Quando os professores começaram a colaborar com as empresas, descobriram uma outra razão importante para não mais desconfiar do mundo dos negócios: os objetivos dos dois parceiros eram, freqüentemente, muito mais próximos do que um ou outro pudesse imaginar. Supôs-se, durante longo tempo, que havia um conflito inevitável entre a finalidade precisa de preparar uma criança para o trabalho e o objetivo de cultivar seu espírito. Na medida em que as empresas têm necessidade de trabalhadores com qualificações técnicas ligadas a tarefas específicas, esse conflito é sempre muito real. Porém, cada vez mais, as qualidades mais importantes exigidas no mundo do trabalho e aquelas que as empresas querem encorajar as escolas a ensinar, são de ordem mais geral. A adaptabilidade, a faculdade da comunicação, a de trabalhar em equipe, de mostrar iniciativa - essas qualidades e outras competências "genéricas" são, agora, essenciais para assegurar a competitividade das empresas. Ora, essa tendência corresponde, sob outro ponto de vista, à evolução pela qual a pedagogia passa. (LAVAL, 2004, p. 59).

A OCDE, que significa Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, sendo uma organização mundial fundada em 1961, composta por 38 países, tem como objetivo promover o crescimento econômico de todos os países membros, por meio do incentivo ao comércio mundial. A maioria dos países que participa da OCDE possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado e, juntos, concentra 62,2% do PIB mundial.

A OCDE busca o desenvolvimento dos países, com interesse no crescimento econômico, pois é formada por países de políticas neoliberais, em que o mercado é o objetivo maior em sua constituição. O Brasil é um país que almeja entrar na OCDE, para isso aceitou investimentos financeiros da instituição internacional, com o objetivo de desenvolver sua educação e reorganizar seus investimentos na produção do capital humano para o mercado de trabalho:

Se os poderes públicos devem assegurar a formação inicial, tendo visto a forte rentabilidade social dos investimentos a ela consagrados, devem, igualmente, apelar para financiamentos privados, provenientes das famílias e das empresas, especialmente em um período marcado pela "intensificação das restrições orçamentárias". Diversificar as fontes de financiamento aparece como a única via racional, já que ela faz com que os casais se encarreguem de uma parte crescente da despesa, na proporção das

vantagens pessoais que eles obtenham. Quando a OCDE e o Banco Mundial convidam para um financiamento diversificado ou para um "co-financiamento" da educação, é a esta lógica do rendimento educativo que eles se referem. (LAVAL, 2004, p. 28).

Para Laval, surge a relação entre o desenvolvimento econômico e a educação, por meio de investimentos econômicos de instituições internacionais, que visam ao desenvolvimento econômico de seus países de política neoliberal, por meio da educação. A OCDE acredita no desenvolvimento tanto da economia como da educação e, junto ao seu investimento privado na educação do Brasil, ela acrescenta o relatório OCDE/PISA 2018, com recomendações, sugerindo aplicações de ações do Brasil para a busca de melhores resultados nos seus índices educacionais.

O Banco Mundial é outra instituição financeira internacional, fundada em 1944, sendo o maior banco em desenvolvimento no mundo, que promove empréstimos a países que estão em desenvolvimento econômico. O seu objetivo enquanto instituição é erradicar a pobreza mundial e promover prosperidade entre os países, sendo composto por duas organizações, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

Além da OCDE, o Banco Mundial é outra instituição econômica que investe financeiramente na educação do Brasil, como uma ação de investimento direto na formação de mão de obra para o mercado de trabalho. O Banco Mundial também disponibilizou recomendações a serem seguidas pela educação do Brasil, por meio dos documentos "Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda (2010)" e o relatório "Um ajuste justo - Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil", do ano de 2019.

A OCDE e o Banco Mundial são as duas instituições internacionais financeiras que mais investiram na educação do Brasil e, por meio de suas recomendações e relatórios mencionados antes, o MEC reestruturou e construiu toda a sua política pública educacional, como a reanálise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, e documentos como a BNC-Formação estão alinhados às demandas impostas pela OCDE e pelo Banco Mundial.

Ao contrário, a segunda metade do século XIX foi já marcada pelo triunfo do utilitarismo e o século XX capitulou sem reservas também no campo educacional às concepções mais estreitas de "racionalidade instrumental". Quanto mais "avançada" a sociedade capitalista, mais unilateralmente

centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma de “privatização” promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias. (MÉSZAROS, 2008, p. 80).

Para Mézaros, quanto maior o desenvolvimento econômico de uma sociedade, mais a sua educação será explorada por esse sistema financeiro; a exemplo, temos a entrada de investimentos internacionais da OCDE e do Banco Mundial, com vistas à formação de uma massa de trabalhadores por meio do controle do processo educacional do país. A pedagogia por competências, presente na BNC-Formação e na BNCC, é uma forma de consolidar essa metodologia de formação de trabalhadores, por meio de uma educação prática a ser realizada por professores, que devem seguir as competências de formação da BNC-Formação, com a aplicação das aprendizagens para a aquisição de competências do mundo do trabalho que constam na BNCC.

Nesse sentido, acreditamos em um possível controle dos professores no Brasil por parte dessa política de educação com uso da pedagogia de competências, a qual, podemos constatar, teve sua origem no campo empresarial, como forma de direcionar o trabalhador para as demandas das empresas. Depois, foi trazida à área da educação, em uma perspectiva do “saber-fazer”, por meio da realização de conhecimentos práticos com os alunos, sendo alimentada por investimentos de instituições internacionais como a OCDE e o Banco Mundial na educação do Brasil, com aplicação de recomendações e relatórios educacionais que visam à formação direta de trabalhadores por meio da educação nas escolas.

Os países membros da OCDE esperam de seus sistemas educativos e dos diversos programas de formação profissional que participem fortemente no crescimento econômico e adotem reformas nesses sentidos". Não se saberia explicar melhor o sentido das evoluções. O controle direto e mais estreito da formação inicial e profissional é um dos grandes objetivos dos meios econômicos. Essa formação não vai tão-somente determinar o nível de eficácia econômica e o dinamismo da inovação, mas vai oferecer às empresas um mercado fortemente promissor. A educação não traz apenas uma contribuição essencial à economia, ela não é somente um input" em uma função de produção, ela é, daqui em diante, compreendida como um fator cujas condições de produção devem ser plenamente submetidas à lógica econômica. Desse modo, é considerada como uma atividade que tem um custo e um rendimento e cujo produto é assimilável a uma mercadoria. (LAVAL, 2004, p. 4).

O controle educacional, como sugere Laval, principalmente da formação inicial e continuada dos professores, junto com as aprendizagens a serem realizadas nos espaços escolares, é objetivo da OCDE e do Banco Mundial para o fortalecimento e o crescimento do mercado econômico do país. Por isso, a submissão da educação à economia, ao investimento de órgãos privados, a mudanças em suas diretrizes, à presença de mais racionalidade, ao investimento em competências para o fazer, ao controle do ato pedagógico de professores para a realização de um projeto amplo, de forma que somente a economia neoliberal vem a colher todos os benefícios desejados.

O especialista da OCDE que nós já citamos, James Guthrie, sublinha que: "Antigamente, um país devia sua influência em grande parte, às riquezas que ele podia extrair do solo mas, em nossos dias, seu poderio é, cada vez mais, subordinado às riquezas do espírito. [...] Considera-se, cada vez mais, a inteligência humana - quando é desenvolvida pela educação e se alia a competências muito especializadas como o recurso econômico primordial de uma nação, do qual essa última tem, maciçamente, necessidade". (LAVAL, 2004, p. 23-24).

A educação e o seu controle pelo mercado tornam-se a nova fórmula de crescimento econômico dos países, sendo crucial a investigação e a reflexão constantes das políticas públicas direcionadas à formação dos professores, principalmente a BNC-Formação, na qual podemos observar a presença massiva do viés econômico em sua formulação – há, então, a busca pelo controle de professores com vistas a resultados de mercado no país.

Os professores, nesse sentido, são colados à margem do documento, sendo considerados meros executores de suas orientações, como um grupo de trabalhadores, que precisam adquirir competências estabelecidas pela BNC-Formação para que possam realizar seu trabalho de modo produtivo e eficiente nos espaços escolares.

Diante dessa realidade, no capítulo a seguir, questionamos a possibilidade de assujeitamento dos docentes pela BNC-Formação por um controle Biopolítico, Noopolítico e Psicopolítico.

4.4 A BNC-FORMAÇÃO E POSSÍVEIS ASSUJEITAMENTOS DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CONTROLE BIOPOLÍTICO, NOOPOLÍTICO E PSICOPOLÍTICO?

Podemos identificar pela trajetória da pesquisa realizada nesta dissertação que a política pública da BNC-Formação possui uma perspectiva empresarial em sua construção, com normas que foram criadas e as quais devem ser seguidas pelos profissionais da educação, que estarão sujeitos às avaliações de seus superiores na escola e que podem vir a sofrer consequências caso não cumpram o que foi estipulado pela BNC-Formação. Anteriormente, descobrimos que essa modificação da formação de docentes no Brasil começou com governos em consonância com o crescimento do capitalismo e a consolidação do atual sistema econômico neoliberal, além de investimentos financeiros realizados pelas instituições internacionais da OCDE e do Banco Mundial, para a construção de políticas públicas educacionais que alavancassem a economia do Brasil, tal como a de países neoliberais internacionais.

A partir de todo esse cenário, que possibilitou o surgimento e a implementação da BNC-Formação, consideramos o documento na perspectiva foucaultiana, como um conjunto de discurso, com teor de verdades absolutas que foram criadas em um momento histórico, com carga de poder para a constituição de subjetividades em relação ao grupo de professores que atua na educação básica do Brasil.

O processo de subjetivação pelo assujeitamento de corpos escolares através da BNC-Formação visa à formação de professores dóceis, não reflexivos, passivos e executores práticos de conhecimentos da nova política pública educacional. Nesse sentido, a BNC-Formação agiria como um dispositivo,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Para Foucault, o dispositivo é responsável pela formação de práticas discursivas e não-discursivas que constituem os sujeitos na história, por meio do saber, entre as relações dos sujeitos, do poder da ação entre os sujeitos, do uso da ética e da relação consigo mesmo. Nesse sentido, o dispositivo age como um poder

sobre a realidade dos sujeitos, por meio de práticas discursivas, o qual pode ser responsável pela construção de verdades, mentiras, jogos de poder, teorias, conflitos, controles, entre outros discursos em sociedade, para efetuar o processo de assujeitamento dos indivíduos, conforme o seu interesse de poder.

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Eu sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade - a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (FOUCAULT, 1984, p. 291).

Para Foucault, o dispositivo é um poder que produz discursos de verdades em sociedade que, a partir dos estudos, permite investigar como os dispositivos, com seu uso de poder pela seleção dos saberes, conseguem criar enunciados e discursos de verdades para o assujeitamento dos indivíduos em sociedade. Eles acabam concentrando um conjunto de forças que direciona os indivíduos a um caminho desejado, por base de poder, o qual pode fortalecer suas verdades ou até mesmo destruir, conforme o contexto histórico.

Os saberes constituem os dispositivos, em que, através do jogo de saber, algumas verdades serão escolhidas para sua constituição e outras serão excluídas, marginalizadas, silenciadas dos sujeitos em sociedade, com uso de práticas de poder sobre os discursos, os quais os farão ser incorporados pelos indivíduos em seu processo de subjetivação. Os dispositivos com uso de discursos de verdades atuam na prática dos sujeitos, seus comportamentos, atitudes, pensamentos, em sua identidade.

[...] se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. (FOUCAULT, 1984, p. 276).

Os dispositivos concentram regimes de verdades, com a seleção de saberes que serão transformados em discursos, através do poder que ocorre por trás de sua formação, chegando em sociedade, dividindo-se entre discursos de verdades e mentiras para o processo de assujeitamento, para o controle dos sujeitos no cotidiano,

em sua emergência na história. Os sujeitos em sociedade serão guiados pelas verdades impostas pelo dispositivo a atuarem conforme os discursos de verdade que surgem em um dado momento histórico; geralmente, são acompanhados de uma carga de poder que seleciona, organiza e controla as verdades, com o objetivo de assujeitar os indivíduos, conforme suas vontades ou interesses de classes de poder.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar a sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o articula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, que está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com técnicas segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1991, p. 119).

Segundo o conceito de dispositivo, na perspectiva foucaultiana, acreditamos que a BNC-Formação atua como um dispositivo educacional público que não contribui para a formação de docentes em um processo pedagógico democrático, plural e participativo. Pelo contrário, centrado em discursos de verdades voltados ao fortalecimento do mercado neoliberal, o dispositivo da BNC-Formação acaba sendo fortalecido pelo investimento econômico de instituições internacionais que selecionam as verdades para a formação dos professores no Brasil. Além disso, há a governamentalidade de políticas que abrem espaço para que esse dispositivo atue de modo direto na formação de docentes, com uso de saberes advindos da área empresarial; das competências para a formação de trabalhadores; de professores que executem suas atividades e que não reflitam ou critiquem esse contexto de formação docente.

O cenário de uso de uma política pública sobre os corpos dos professores, em seu processo de formação profissional, busca assujeitar sua ação em sociedade, deslocando o seu caminho de formação profissional de uma educação para a busca do saber, sendo remanejado a uma formação técnica e prática que atenda às demandas econômicas de uma sociedade neoliberal. A BNC-Formação configura-se enquanto dispositivo de poder criado para o assujeitamento de docentes em sua

formação no Brasil, cujas verdades ao neoliberalismo são inseridas nas diretrizes de modo oculto, com o objetivo de fortalecer as práticas de competências, que moldaram a ação dos docentes para uma educação de trabalhadores no mercado de trabalho do país.

A partir desse cenário, sendo o professor um sujeito histórico e seu corpo exposto a discursos de verdades, selecionados e impostos por forças de poderes econômicos na sociedade brasileira, acreditamos que esse processo de assujeitamento da formação docente aconteça por mais de uma forma. A subjetivação de assujeitamento de docentes por meio do controle de seu corpo (Biopolítica), a manipulação de sua mente (Noopolítica) e a submissão de seu psicológico (Psicopolítica) por intermédio do dispositivo da BNC-Formação.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional. (BRASIL, 2019).

A BNC-Formação, através de competências, busca uma formação de docentes em uma perspectiva menos teórica, sendo determinada uma ação pedagógica mais prática em relação aos processos de aprendizagens realizados pelos docentes nos espaços educacionais. De acordo com as competências específicas da BNC-Formação, classificamos o conhecimento profissional como um controle Noopolítica; a prática profissional, um controle Biopolítico; e o engajamento profissional, um controle Psicopolítico – todos de modo conjunto e sem ordem, os quais agem na formação dos docentes no Brasil, por meio do conjunto de competências da BNC-Formação.

Em relação à Biopolítica de Foucault, como analisado em capítulos anteriores, define-se como o controle dos corpos dos sujeitos em sociedade, em que se faz necessária a presença da população, que terá seus corpos controlados por dispositivos de poder, pelo processo de assujeitamento de suas práticas, ocorrendo uma disciplinarização dos sujeitos. Para Foucault, a Biopolítica controla a vida:

Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

O Estado, através da disciplina e do controle dos corpos dos sujeitos, buscaria o maior crescimento de produção na sociedade; para isso, o Estado garante uma estrutura para a existência da população e sua manutenção, e assim poderá usar seu corpo enquanto força para o desenvolvimento territorial das instituições ocidentais, pela força de trabalho e aumento do que é produzido pelos sujeitos. O uso das práticas de controle estatais surgem como ação de subjetivação para o assujeitamento dos indivíduos ao próprio mercado nesse contexto:

[...] com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2005, p. 144).

Para Foucault, o corpo é uma realidade biopolítica, a qual é monitorada, zelada e usada para servir aos desejos do mercado, por meio do controle de vidas, de mecanismos de assujeitamento da população pelo estado. Nessa linha de pensamento, a BNC-Formação define as competências específicas de dimensão prática profissional sobre os corpos dos docentes:

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:
I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. (BRASIL, 2019).

Nessa parte do documento torna-se perceptível o cuidado com o controle Biopolítico de corpos docentes, por meio de competências que procuram extrair ao máximo de seu corpo a força de produção para uma educação mais prática. Baseia-se no uso de monitoramento das aprendizagens para a produção de resultados

esperados pelo mercado neoliberal e no planejamento de ações que possibilitem a aquisição de competências profissionais para os futuros profissionais do mercado de trabalho.

Esse recorte da BNC-Formação de controle Biopolítico sobre o corpo dos docentes, desde o seu processo de formação universitária até sua ação pedagógica nas salas de aula, para o controle desse corpo, visa à realização de práticas educacionais determinadas pelo assujeitamento, guiadas pelas competências de caráter profissional sobre os docentes. São elas, então, responsáveis pela aprendizagem, sendo organizadas pedagogicamente e aplicadas aos alunos pelos professores. A BNC-Formação, nesse momento, atua como dispositivo pelo controle Biopolítico sobre os corpos dos docentes na educação brasileira.

No desenvolvimento de novos mecanismos de controle em sociedade, surge a Noopolítica, de Maurizio Lazzarato, com a expansão do controle do corpo da Biopolítica para o controle e monitoramento das mentes dos sujeitos. A Noopolítica alinhará seus mecanismos para o controle do que é imaterial, dos pensamentos e das identidades dos indivíduos, em suas realidades cotidianas.

Os novos dispositivos da noopolítica (os primeiros datam ainda da segunda metade do século XIX) conheceram um desenvolvimento sem precedentes, graças à informática e à telemática. A diferença entre os dispositivos reside no grau de "desterritorialização", falando deleuzianamente. Poderíamos afirmar que a noopolítica comanda e reorganiza as outras relações de poder, porque opera no nível mais desterritorializado (a virtualidade da ação entre cérebros). (LAZZARATO, 2006, p. 87).

Para Lazzarato, as sociedades estão associadas às suas ações de políticas neoliberais, com a valorização de aspectos como a moeda e a formações de dívidas, não havendo necessidade de controle sobre os corpos, e sim um processo de desterritorialização do poder de controle que agirá sobre os cérebros dos sujeitos, por meio de novos mecanismos de manipulação e monitoramento de pensamentos. O objetivo desse ajuste de controle é a manutenção e o crescimento constantes do neoliberalismo, por meio do assujeitamento da mente dos indivíduos em sociedade:

Nos países ocidentais, o assalariamento permanece sendo a forma dominante sob a qual o capitalismo explora a cooperação e o poder de invenção das subjetividades quaisquer, mas explodiu em uma multiplicidade de atividades e de estatutos que se exprimem por subjetividades e demandas que não podem mais ser reportadas ao conceito tradicional de classe. (LAZZARATO, 2006, p. 88).

A produção de novas subjetividades está associada à aproximação de desejos e vontades dos sujeitos, os quais realizam seus trabalhos em empresas e fábricas, em um contexto regido pelo controle do sistema neoliberal. O consumo torna-se parte da alma dos indivíduos nesse cenário social e, por meio da mídia, o pensamento é guiado para a ação de produção do trabalho, aquisição de maior renda, para a ação de consumo pelo capital, o que contribui para o desenvolvimento e manutenção da economia neoliberal no mundo.

A empresa que produz um serviço ou uma mercadoria cria um mundo. Nessa lógica, o serviço ou o produto – da mesma maneira que o consumidor e o produtor – devem corresponder a este mundo. Este último precisa estar inserido nas almas e nos corpos dos trabalhadores e dos consumidores. Tal inserção se faz através de técnicas que não são mais exclusivamente disciplinares. No capitalismo contemporâneo, a empresa não existe fora do produtor e do consumidor que a representam. O mundo da empresa, sua objetividade, sua realidade, confunde-se com as relações que a empresa, os trabalhadores e os consumidores mantêm entre si. Trata-se então de tentar estabelecer correspondências, entrelaçamentos, acoplamentos entre mônadas (consumidor e trabalhador) e mundo (a empresa). (LAZZARATO, 2006, p. 99).

O sujeito, para Lazzarato, nessa realidade de mercado é somente número, por toda uma simbologia do consumo, através de realidades criadas pelas mídias, marketing e empresas privadas, para o assujeitamento dos indivíduos pelo neoliberalismo. As mentes dos indivíduos, como os seus desejos, vontades e interesses culturais, aproxima-se dos pensamentos empresariais enquanto consumidores; assim, os sujeitos tornam-se o próprio mercado. Nesse sentido, é possível perceber no direcionamento da BNC-Formação essa lógica de mercado com o foco no ensino das competências profissionais:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. (BRASIL, 2019).

A BNC-Formação, em relação à competência de conhecimento profissional, procura aproximar sua estrutura de pedagogia por competências ao ato educacional dos professores nos contextos de trabalho nas escolas, em suas realidades e nas dos estudantes, e até na organização política educacional do país, como forma de integrar

esse docente assujeitado à nova realidade educacional imposta pela BNC-Formação. A dominação dos conhecimentos e habilidades para o ato de ensinar é uma forma de garantir que a ação pedagógica por meio das competências aconteça nos espaços escolares.

O segundo ponto demonstra o conhecimento docente sobre o processo de aprendizagem dos estudantes, que garante o monitoramento constante da aplicação de competências da BNC-Formação nos momentos da aprendizagem dos alunos, além da compressão de realidade e, principalmente, de governanças dos sistemas educacionais, como uma aproximação mental dos interesses educacionais do Estado aos dos professores, em um processo de assujeitamento docente pelo controle Noopolítico. As identidades docentes, em um controle Noopolítico pela BNC-Formação, estão a serviço do crescimento das riquezas do neoliberalismo, através da dominação das mentes dos professores, como uma máquina a alimentar a produção de mais trabalho, consumo e mercado.

Na compreensão do professor enquanto sujeito histórico, atravessado pelas transformações de sociedade no tempo, acreditamos que docentes também sejam assujeitados pelo controle Psicopolítico. O conceito de Psicopolítica aparece nos estudos de Byung-Chul Han, com novos mecanismos de controle dos sujeitos de modo imaterial, por meio de sua psique em sociedade.

[...] encontramos-nos diante de uma situação paradoxal. A liberdade é a antagonista da coerção. Ser livre significa estar livre de coerções. Mas essa liberdade que deveria ser o contrário da coerção, também produz ela mesma coerções. [...] O sujeito de desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo. (HAN, 2018, p. 10).

Para Han, a psique dos sujeitos é a nova forma de controle e assujeitamento da população em sociedade, para responder às demandas impostas pelo mercado neoliberal, pelo controle dos sentimentos dos sujeitos. O sujeito, para Han, nesse contexto, exerce o seu automonitoramento, em meio a sua psique repleta de desejos e vontades, os quais serão os novos locais a serem vigiados e controlados pelos dispositivos de poder.

O sujeito econômico neoliberal não forma nenhum “nós” capaz de um agir conjunto. A egotização crescente e a atomização da sociedade leva a que os espaços para o agir conjunto encolham radicalmente e impede, assim, a formação de um contrapoder que pudesse efetivamente colocar em questão a ordem capitalista. O *sócius* (“social”) dá lugar ao *solus* (“sozinho”). Não a multidão, mas sim a solidão caracteriza a constituição social atual. Ela é abarcada por uma desintegração generalizada do comum e do comunitário. A solidariedade desaparece. A privatização avança até a alma. (HAN, 2018, p. 33).

Na sociedade neoliberal, a liberdade dada à população aparece como a nova forma de controle dos sujeitos pelo mercado, mesmo sendo intrincado compreender como liberdade associa-se à noção de controle, uma vez que é controlada na psique dos sujeitos, para que eles sejam empresários de si, realizem o monitoramento geral de suas vidas, desde o seu trabalho, comportamentos, conquistas e erros pessoais. O controle Psicopolítico retira a posição de chefe, ou de um dominador externo, e coloca o próprio sujeito como o controlador de sua psique, a serviço do neoliberalismo, pelo assujeitamento de suas emoções, por meio do mecanismo de controle da Psicopolítica.

[...] preserva a sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um perfil e trabalha ininterruptamente em sua otimização. Em vez de ser “ninguém”, ele é um alguém penetrante, que se expõe e que compete por atenção. O ninguém do meio de massas, em contrapartida, não reivindica nenhuma atenção para si mesmo. A sua identidade privada é dissolvida. (HAN, 2018, p. 28).

De acordo com Han, os indivíduos não possuem mais controle de suas identidades, comportamentos, desejos e psique, pois todos são controlados pela Psicopolítica. O crescimento das redes sociais caracteriza-se como os novos mecanismos de assujeitamento e doutrinação da psique dos humanos. Nesses espaços digitais, segundo Han, os sujeitos não percebem o controle que está sendo exercido sobre suas vidas, pois esses locais vendem a noção de liberdade existencial para a população em troca de discursos que irão fortalecerão as dinâmicas do mercado neoliberal em vigência:

O poder não se limita a quebrar a resistência e compelir à obediência: não tem que necessariamente assumir a forma de coerção. [...] o poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. (HAN, 2018, p. 25).

A “falsa liberdade” das redes sociais produzida pelo neoliberalismo transforma a realidade dos indivíduos, em que os sujeitos se tornam mais expostos por meio de suas opiniões, fotos, vídeos, não existindo mais a sua privacidade, mas o acúmulo de informações sobre sua vida, favorecendo um maior controle psicológico pelo mercado desses indivíduos. Os sujeitos, nesse cenário neoliberal, são encorajados a tornarem-se empresários de si, na busca por uma alta performance, por meio do controle de sua psique. Logo, são considerados os únicos responsáveis por suas conquistas positivas ou fracassos adquiridos na vida, sejam eles profissionais, pessoais, entre outros, durante sua existência social. Diante dessa perspectiva, aproximamo-nos das competências específicas do engajamento profissional da BNC-Formação:

3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:
I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
III - participar do projeto pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar. (BRASIL, 2019).

O uso das palavras ‘comprometer-se’, ‘participar’ e ‘engajar-se’ nessa competência da BNC-formação lança responsabilidades para os professores, as quais não serão promovidas pela BNC-Formação, posto que cabe aos docentes se comprometerem com seu próprio desenvolvimento profissional. Nesse caso, seria a realização de cursos, a participação em capacitações na área, eventos acadêmicos, a continuação dos estudos através de pós-graduações (mestrado e doutorado), sendo um autocomprometimento dos docentes com o seu aperfeiçoamento profissional. Além, da autorresponsabilidade sobre a aprendizagem de todos os estudantes, que estarão sob sua responsabilidade durante todo o ano letivo, deve o professor comprometer-se de que todos aprendam as competências determinadas pela BNCC, em seu nível educacional.

Para finalizar, esse professor ainda deve automonitorar-se para a construção do Projeto Político, favorecer a democracia e engajar-se profissionalmente com

familiares e comunidade escolar. Essas competências sinalizam o controle Psicopolítico sobre os docentes na BNC-Formação que, como empresários de si nesse novo cenário profissional da educação, são responsáveis por sua alta (e/ou baixa) performance educacional na aquisição de novas habilidades, na busca por novas formações, com a autorresponsabilidade psicológica docente de aprendizado satisfatório de todos os alunos, independentemente das realidades de cada discente. Caso ocorram problemas de aprendizagem, os docentes serão considerados os culpados.

No processo de controle sobre a psique dos docentes, ainda é de sua responsabilidade construir políticas educacionais nas escolas, fazer parte das famílias e da comunidade escolar, sendo uma competência profissional pela qual os professores serão responsáveis. Nesse sentido, por meio do controle Psicopolítico, cabe ao docente ser empresário de si e responder por suas conquistas e fracassos na educação em sociedade.

A partir dessa reflexão, observamos as diversas camadas de controles da BNC-Formação sobre a formação de professores no Brasil, com competências gerais e específicas que visam assujeitar os docentes a partir de seu corpo, pelo controle Biopolítico; sua mente, pelo controle Noopolítico; e o assujeitamento da psique, pelo controle Psicopolítico.

A pedagogia por competência aos professores, estipulada pelo documento da BNC-Formação, reforça o caráter pedagógico prático voltado à formação de professores dóceis, submissos, não reflexivos e reprodutores de uma sociedade que atenda às demandas econômicas do mercado neoliberal no Brasil.

Parece óbvio que a formação humana não está no centro das intervenções do conglomerado que produziu, por meio de seus acólitos exemplares, o parecer para as *diretrizes...*, assim como o *projeto de resolução cne/cp n. Xxx/2019*, e tudo o que elas significam para o preparo do magistério nacional. Quatro sentidos emergem como fundamentais: 1) elas são importantes para a formação da mentalidade do professor por meio de conteúdos, métodos de ensino e material didático em sentido amplo, incluídos aqueles destinados à modalidade ead; 2) elas são importantes por materializarem a reforma curricular da educação básica (bncc) nas licenciaturas, retornando ao chão da escola mediante o trabalho docente; 3) elas são importantes por constituírem – no nível superior e no básico – um vastíssimo mercado, cativo, de produtos educativos que vão de material didático à bolsa de estudos; 4) os três sentidos anteriores articulam-se organicamente ao quarto: elas são importantes porque concretizam na formação e no trabalho docente nervos centrais – ao lado de outros – para a formação da classe trabalhadora no Brasil. A síntese preliminar a que chegamos é a de que estamos frente a um movimento de produção de hegemonia burguesa que lança mão da escola,

em todos os seus níveis, para produzir força de trabalho dócil, a baixo custo e por meio de formação rebaixada do ponto de vista da aquisição do conhecimento científico. Nesse caso, o curso de pedagogia ganha realce, pois se constitui na licenciatura que prepara professores para as séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, concentra-se na formação da massa de sujeitos disponíveis para o trabalho simples e emocionalmente estáveis para suportar as condições brutalmente desumanizadoras, ademais de disponíveis à reconversão segundo as mutantes formas de trabalho, processo no qual as competências socioemocionais assumem centralidade. Dirigir a formação de cabeças e corpos submissos é projeto intransferível do capital. (EVANGELISTA; FIERA; TITTON, 2019).

Na realização desta dissertação acerca da formação de docentes pela BNC-Formação, o objetivo geral foi investigar e analisar como os discursos da BNC-Formação, enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica, produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação básica. Em resposta, constatamos a presença de mecanismos de controle Biopolítico (corpo), Noopolítico (mente) e Psicopolítico (psique) no documento da BNC-Formação, responsáveis pelo assujeitamento dos docentes em suas ações educacionais para atender as demandas de formação de trabalhadores e a manutenção do sistema econômico neoliberal, por meio do uso de competências presentes na BNC-Formação.

Em relação aos objetivos específicos, o método arqueogenealógico possibilitou-nos adentrar no documento da BNC-Formação, com seus recortes de verdades em um dado momento histórico, os quais possuíam sua carga de poder, a fortalecendo enquanto dispositivo de controle da formação de docentes para a consolidação do contexto neoliberal. Em sequência, realizamos um panorama histórico da implantação da BNC-Formação para compreender a presença do empresariado no espaço educacional brasileiro, como forma de controle sobre a prática pedagógica de professores com vistas à produção de mais mercado no país. E, por fim, confirmamos a presença de mecanismos de controle no documento da BNC-Formação, que buscam controlar o corpo, a mente e a psique dos docentes brasileiros, para que, por intermédio de competências, de caráter prático e não reflexivo, possam docilmente favorecer o crescimento, o fortalecimento e a manutenção do neoliberalismo em nosso país.

Para Cunha, a profissão docente é mais ampla e complexa:

A docência como atividade complexa, exige tanto uma preparação cuidadosa como singulares condições de exercício, o que pode distingui-la de algumas outras profissões. Ou seja, ser professor não é tarefa para neófitos, pois a

multiplicidade de saberes e conhecimentos que estão em jogo na sua formação, exigem uma dimensão de totalidade, que se distancia da lógica das especialidades, tão caras a muitas outras profissões, na organização taylorista do mundo do trabalho. [...] Se esse modelo serve para algumas profissões, distancia-se, certamente, da docência e das atividades profissionais dos educadores, pois a complexidade da docência não abre mão da dimensão da totalidade. Mesmo que seja factível a dedicação a um determinado campo de conhecimento, o exercício da docência exige múltiplos saberes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações. A ciência pedagógica situa-se nesse contexto e só com essa perspectiva contribui para a formação de professores. (2010, p. 25)

Segundo Cunha, o trabalho docente não é específico, posto que lida com saberes, com a totalidade e suas diversas relações em sociedade. Assim, lembramos da força contrária das instituições, entidades e associações educacionais, junto as manifestações de universidades públicas, institutos federais e instituições privadas que realizaram diversas ações para sinalizar ao MEC e ao CNE as suas indignações em relação à política de educação pública da BNC-Formação. Não tiveram o direito democrático de participar de sua construção, haja vista terem sido obrigadas a aceitar a sua imposição: assustaram-se com o teor empresarial, prático, controlar, vazio e impositor de suas diretrizes para a formação de professores no Brasil.

As instituições educacionais reivindicaram a revogação da Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BNC-Formação), solicitando a implementação da Resolução CNE/CP nº 02/2015, em que todas as instituições participaram de sua construção, com a formação para uma perspectiva democrática, participativa e igualitária aos docentes na educação, bem como o retorno dos debates públicos com as instituições formadoras de professores, pesquisadores e movimento educacionais no país, em relação às novas políticas públicas educacionais. Todo esse movimento chamou a atenção do CNE, que retirou o objetivo formativo da BNC-Formação, sendo o documento colocado em análise por mais dois anos para realização de ajustes, alterações e aperfeiçoamento de seus itens e artigos, em forma de debates e consultas para a sua conclusão.

Segundo Foucault, a crítica é a forma de quebrar o assujeitamento dos indivíduos:

Mas, sobretudo, vê-se que o foco da crítica é essencialmente o feixe de relações que amarra um ao outro, ou um a dois outros, o poder, a verdade e o sujeito. E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito

de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da insubmissão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (FOUCAULT, 1990, p. 5).

Nessa perspectiva teórica de Foucault, por meio da crítica contra a BNC-Formação, educadores de todo o país conseguiram romper com os mecanismos de controle docente do documento e realizaram o processo de desassujeitamento do poder sobre suas subjetividades, por meio da crítica pública, democrática, participativa e justa sobre os seus processos de formação educativa no país. A formação docente precisa ser um projeto consolidado para a construção de uma sociedade democrática, sendo o professor um importante agente de transformação educacional para esse caminho. Assim, a luta em defesa da educação pública e da construção de uma política educacional digna na formação dos professores é a forma de garantir que os direitos educacionais conquistados não sejam retirados da educação do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento da pesquisa, acho importante revisitarmos a questão norteadora desta investigação: “Como os discursos da BNC-Formação, enquanto mecanismos da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica, produzem possíveis assujeitamentos de professores na educação brasileira?” Começar o processo de pesquisa para responder a essa questão não foi um movimento simples, pois o objetivo era investigar e analisar os discursos da BNC-Formação, último documento normativo publicado pelo MEC e CNE para a formação dos professores no Brasil.

A pesquisa estava centrada na formação dos docentes, considerados sujeitos em dado momento histórico, responsáveis pela formação de discursos de verdades e mentiras, com cargas de poder que favorecem a emergência de parte deles e a exclusão ou marginalização de outros. Nessa perspectiva, optamos pelo método arqueogenealógico, para compreender a constituição do documento da BNC-Formação e dos discursos de formação presentes nela. Revistamos pesquisas anteriores sobre o tema em plataformas acadêmicas para contribuir na pesquisa sobre formação de docentes, ação que nos sinalizou de investigar sobre a formação de professores no Brasil.

A primeira questão que surgiu foi mostrar esse profissional da educação brasileira em relação a sua realidade de trabalho e, por meio de duas pesquisas, chegamos a informações de que os professores são educadores que atendem a turmas nos turnos da manhã, tarde e noite; ainda, possuem baixos salários e atendem a um número elevado de estudantes por sala. Não possuem suporte para lidar com situações de indisciplina ou violência escolar, além das demandas para aprendizagem de todos os alunos, o que traz uma sobrecarga profissional para os docentes. Esse movimento da pesquisa foi importante para compreender a realidade desse sujeito a ser problematizado durante a investigação, sendo constatado que a profissão não possui a valorização almejada pelos professores, tanto pela questão salarial como pelo suporte pedagógico necessário para a realização de todo o processo de aprendizagem dos alunos.

Na afirmação da precariedade e das dificuldades encontradas na profissão dos docentes no Brasil, resolvemos lançar o olhar para a sociedade onde esses sujeitos se constituem e se transformam conforme os momentos históricos. Nessa perspectiva, aprofundamos nossa reflexão teórica a partir dos conceitos de Biopolítica,

de Michel Foucault; Noopolítica, de Maurizio Lazzarato; e Psicopolítica, de Byung-Chul Han sobre os processos de controle dos sujeitos em sociedade. De alguma forma, em todos os três conceitos, os indivíduos foram considerados como objetos a serem manipulados, controlados e assujeitados a serviço da produção de mais riquezas para o mercado, o capitalismo e o neoliberalismo vigente.

A Biopolítica de Foucault denuncia o controle dos corpos, por meio de populações para o crescimento da produção e desenvolvimento das sociedades por meio da produção, do mercado, tudo isso através da disciplina e do uso de discursos de verdade, por jogos de poderes, como forma de assujeitar os indivíduos aos desenhos da sociedade de mercado. Na análise da Noopolítica, esse sujeito sofre com as transformações históricas, não havendo somente o anseio pelo controle de seu corpo, mas também de sua mente, pela Noopolítica. Para Lazzarato, as mídias e o mercado aproximavam a mente do sujeito a questões de trabalho, dinheiro e dívidas, tornando esse sujeito assujeitado às demandas de trabalho do capitalismo da época; além de seu corpo, agora sua mente era controlada para atender aos pleitos do mercado.

E, avançando um pouco mais nessa compreensão de realidade dos sujeitos, chegamos à Psicopolítica de Han, em que os mecanismos de controle agiriam sobre as emoções, vontades e desejos dos indivíduos, de forma que sua psique seria o novo local de dominação e subjetivação na sociedade. De acordo com Han, os dispositivos de controle da população perpassam pelos símbolos criados pelo mercado nas redes digitais, as quais colocam os sujeitos como empresários de si, os quais devem ser responsáveis pela sua alta performance no trabalho e na vida pessoal. O controle não ocorre mais de modo externo aos sujeitos, mas pelo próprio, que monitorará a sua psique a serviço do crescimento de uma sociedade neoliberal.

Por esse caminho investigativo, até o momento, tínhamos a compreensão dos professores como um grupo de sujeitos históricos que estavam à mercê de possíveis contextos de controles de seu corpo, mente e psique para o crescimento e fortalecimento do sistema de mercado neoliberal. A partir dessa reflexão, notamos a presença do mercado em todas as categorias de controle e assujeitamento dos indivíduos e resolvemos aprofundar como surgira o mercado. Para nossa surpresa, o seu processo de desenvolvimento foi longo, amplo e mundial, envolvendo sempre o uso da população para a concentração de riquezas por países, saindo de um cenário

de mercado para o surgimento do que foi denominado de 'capitalismo' e, por fim, de neoliberalismo, havendo três etapas amplas até o momento da história econômica.

Assim, decidimos compreender como o mercado neoliberal consolidou-se no Brasil, e as pesquisas apontam que houve investimentos econômicos de instituições internacionais nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de desenvolver a economia do país de acordo com os países internacionais que tinham o neoliberalismo como sistema político consolidado. Dentre as instituições internacionais que mais investem no Brasil estão a OCDE e o Banco Mundial; ambos concedem empréstimos financeiros ao país para promover o seu desenvolvimento econômico.

O que descobrimos é que essas instituições, além de injetarem dinheiro internacional no Brasil, ainda emitem relatórios e recomendações sobre os caminhos de sociedade aos quais o país deve se adequar para continuar recebendo os investimentos. Principalmente está o setor da educação, que começou a ter uma perspectiva direcionada à formação de trabalhadores, por meio de conhecimentos associados à área empresarial. A educação deveria capacitar os estudantes para formar trabalhadores que fossem competentes em suas funções, sendo eficazes para a produção da economia em um mercado de economia neoliberal.

Após identificarmos os personagens que estavam por trás da educação brasileira, resolvemos adentrar no documento da BNC-Formação e, para nosso espanto, sua escrita era totalmente associada à pedagogia de competências, fossem elas gerais, específicas, modificando aspectos da formação universitária das licenciaturas, colocando uma perspectiva mais prática da ação dos docentes, direcionada ao saber fazer, além de exigir uma formação contínua dos profissionais da educação, com acompanhamento de avaliações externas de sua atuação na escolas. A BNC-Formação consolida uma educação brasileira para atender às demandas do neoliberalismo no país, com foco na formação de aprendizagens por competências, com atuação prática dos docentes, de modo a garantir a formação de trabalhadores para as empresas e fábricas do país.

O documento chegou a ser por aplicado por parte das instituições educacionais do país e outras não, pois sua construção foi realizada somente pelo MEC e CNE, sem debates com as instituições educacionais do país, situação que gerou manifestações contrárias à implantação da política pública na educação do país. As instituições educacionais solicitaram o retorno da resolução de 2015, onde houve a

participação dos grupos educacionais, para a construção de um documento formativo participativo, igualitário e democrático junto aos professores. O retorno contrário à BNC-Formação foi imenso por parte das instituições e espaços universitários, de forma que o CNE foi obrigado a recuar em seu processo de implantação, estabelecendo o prazo de dois anos para a realização de ajustes e alterações em suas diretrizes.

Diante desse contexto, investigamos e analisamos o teor das normativas da BNC-Formação pelas perspectivas da Biopolítica, Noopolítica e Psicopolítica – detectamos, então, o processo de assujeitamento dos professores, por meio da formação imposta pelo documento, no qual haveria controle do corpo, da mente e da psique dos profissionais, através de competências para o fortalecimento do sistema neoliberal no Brasil. As competências são conhecimentos característicos do mercado empresarial, com o objetivo de retorno preciso das ações dos trabalhadores em seus postos funcionais.

Na BNC-Formação, as competências foram trazidas para o documento como uma pedagogia por competências, as quais deveriam ser adquiridas pelos docentes no decorrer de sua formação e aplicadas durante sua atuação nas escolas. As três dimensões de competências específicas para a formação docente propostas foram o conhecimento profissional, a prática profissional e o engajamento profissional.

A segunda, nomeada de ‘prática profissional’, determinava competências práticas na formação dos professores, como planejar, criar, avaliar e conduzir práticas. Todas traziam uma carga de responsabilidade prática para a ação dos docentes, com demandas de aprendizagem plena dos alunos, avaliações e execução de práticas pedagógicas por meio de competências. Nessa competência específica, detectamos um controle Biopolítico sobre o corpo dos professores, os quais deveriam produzir e executar ações físicas que favorecessem a pedagogia por competências em seu ato profissional.

Na primeira competência, ‘conhecimento profissional’, a BNC-Formação trazia enquanto normas as competências de dominar, demonstrar, reconhecer e conhecer ações como conhecimentos – além de saber ensinar os alunos, era preciso conhecer a realidade de aprendizagens dos alunos e os seus contextos de vida, além de ter ciência dos governos educacionais do Brasil. A competência específica aproximava o docente de seu ato prático de aprendizagem por competências, quase que de modo

imaterial, interno e mental, um controle Noopolítico, em que o professor é uma mera máquina para o crescimento da economia neoliberal.

Na terceira e última, a competência por 'engajamento profissional', as diretrizes apontavam para as práticas de competências para o comprometer-se, participar e engajar-se com seu próprio desenvolvimento profissional, com a capacidade de aprendizagem de todos os alunos, além de fazer parte do projeto pedagógico, das famílias e da comunidade de escolar. Essa última competência colocava uma carga de responsabilidades educacionais sobre o professor desde a continuidade de sua formação à responsabilidade sobre a aprendizagem de todos os alunos; previa a participação em vários setores da educação, sendo uma ação de empresariamento de si, o próprio professor seria responsável por suas práticas profissionais e demais ações de sua vida, sendo um controle de sua psique, um assujeitamento por meio da Psicopolítica.

No decorrer da análise do documento da BNC-Formação podemos perceber como essas competências fundamentais vão ganhando forma e se fragmentando em outras menores, que têm como objetivo o controle da formação dos professores por mecanismos de assujeitamento de seu corpo (Biopolítica), mente (Noopolítica) e psique (Psicopolítica). A BNC-Formação representa, ou se organiza, como perspectiva de uma política pública educacional do país com caráter de controle e assujeitamento das identidades dos educadores, como forma de fortalecer e garantir a manutenção do sistema neoliberal no Brasil.

A constituição de uma política pública como a BNC-Formação, com toda a sua estrutura de formação de docentes no Brasil, causa o desmonte da educação pública do país. Esse processo surge com a redução do poder político do Estado em relação a investimentos públicos no setor da educação. As instituições internacionais que investem financeiramente na educação do país, por sua vez, acusam o Brasil de má administração de seus recursos públicos, principalmente os direcionados à educação.

De acordo com a OCDE e o Banco Mundial, o país deveria reduzir seus custos públicos com setores como a educação e aumentar suas parcerias privadas para a realização das ações educacionais no país. As sugestões das instituições englobam medidas como a redução de concursos públicos para professores, a prática de contratos para seleção de professores conforme as demandas da BNC-Formação, a entrada de empresas que possam investir no aumento de espaços educacionais

privados, entre outras medidas. As ações só reafirmam a perspectiva neoliberal, empresarial e opressiva da BNC-Formação sobre a formação dos docentes no país.

A perspectiva de mercado adentra os espaços educacionais, mas os educadores entendem que essa perspectiva visa à alienação, ao controle, ao assujeitamento e à submissão dos educadores a uma educação para o mercado, e não a uma educação para a liberdade, reflexão, crítica e coletividade dos professores, alunos e das instituições de ensino do país.

As políticas de formação pública partem do princípio de os docentes estarem cientes de suas totalidades na formação, desde a sua ação na aprendizagem, conhecimentos da gestão educacional, práticas democráticas, ações participativas com os integrantes da comunidade escolar, todas essas aprendizagens de modo integrado entre todos os participantes.

A necessidade de reorganização do processo de formação dos professores no Brasil se faz urgente, com a união entre instituições, entidades, associações, movimentos sociais, educadores, alunos e sociedade para a construção de uma política que atenda a uma formação favorável à produção de democracia, inclusão e participação na construção de um documento para a busca do saber, em forma de educação para a liberdade dos sujeitos em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Maria Siqueira; CARVALHO, Márcio Eurelio Rios de. A formação de professores na Base Nacional Comum (BNC-Formação): Impasses para execução dos itinerários formativos. *In*: CARVALHO, Carla M. N. de; SOARES, Ivanete B.; COSTA, Maria L. R. (Org.). **Veredas e (re)configurações da formação docente**. Belo Horizonte: UEMG, 2022.

ANFOPE *et al.* Posicionamento das entidades nacionais sobre o Parecer e a Minuta de Resolução do CNE que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), 2020. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br/dl/1jbjW%2ADA0_MDA_bd0ac_. Acesso em: 23 fev. 2022.

ANFOPE. A Anfope repudia a aprovação pelo CNE da Resolução que define as novas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), em sessão realizada no dia 07 de novembro, sem divulgação. Em um plenário esvaziado. [página on-line], 2019. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/anfope-repudia-a-aprovacao-pelo-cne-da-resolucao-quedefine-as-novas-diretrizes-curriculares-para-formacao-inicial-de-professores-da-educacao-basica-einstitui-a-base-nacional-comum-para-a-formacao-in/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Contra a descaracterização da formação de professores. Nota das entidades nacionais em defesa da Res. 02 /2015**. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/website/noticias/483-em-defesadares022015?tmpl=component>. Acesso em: 01 maio 2022.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Unesp, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – Educação Infantil e Anos Iniciais. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2019 - Microdados**. Brasília: Inep, 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**.

Versão Preliminar. Brasília, DF, 13 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124721-texto-referencia-formacao-de-professores/file> Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO)**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro 2018. **Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Proposta de novas normas para a formação do professor avança**. Ministério de Educação. Assessoria de Comunicação Social, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bnc-professor>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020**. Brasília: CNE, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 7 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP no 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 7 fev. 2022.

CAMPOS, Elisabete F. Esteves. Diretrizes curriculares para a formação de professores: a práxis freiriana em perspectiva. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16760/209209214213>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: O mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.

CARRARO, Marcia Regina Simpioni. **A formação continuada de professores no município de Comodoro**: impactos do Programa União Faz a Vida na Prática Docente. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação – Brasília, 2021.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. A Educação Básica e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 525-541, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/800>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CREMONESE, Dejalma. **A origem e a implementação do neoliberalismo no mundo e no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://visaportal.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-origem-e-a-implementa%C3%A7%C3%A3o-do-neoliberalismo-no-mundo-e-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CUNHA, Maria Isabel da. (Org). **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES: CNPq, 2010.

CUSTÓDIO, C. M. **Do Regime Militar ao Período Neoliberal: uma revisão bibliográfica sobre as intervenções do capital estrangeiro nas políticas de educação no Brasil**. 2006. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências UFF, 2006.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Claudia Sant' Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FARIAS, Marcela Clarissa Damasceno Rangel de. **A docência em fio: alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC**. 2020. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2020.

EVANGELISTA, O.; FIERA, L.; TITTON, M. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. Florianópolis: UaE, 2019. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/>. Acesso em: 29 set. 2021.

FERREIRA, Samuel Giovanni dos Santos. **A residência para a formação de professores no Brasil: certificação de competências e conformação docente**. 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação - Florianópolis, 2020.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, L. A. M. Uma outra economia é possível. **A Tarde**, Salvador, p. 4, 17 out. 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. (A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Tradução E. Monteiro; I. A. D. Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2004b. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. La naissance de la médecine sociale. *In*: **Dist et écrits**, v. III. Op. Cit., 1974.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução M. T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France. Edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1976). Tradução Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. *In*: RABINOW, Dreyfus. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução V. Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 14. ed. Tradução L. M. Pondé Vassallo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FRIGOTTO, G. Educação e Formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In*: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. p. 31-92. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. *In*: GENTILI, Pablo A.; SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HAN, Byung-Chul (2014). **Psicopolítica** – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HELENO, C. R. Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 391, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22459/15305>. Acesso em: 22 set. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i3.22459>.

INSTITUTO Liberal do Rio de Janeiro. **Problemas sociais**: soluções liberais. Rio de Janeiro, Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1995.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Trad. Leonora Corsini, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, M. Signos, máquinas, subjetividades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: n-1 edições, 2014. *In*: MARTON, S. **Extravagâncias**: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. **Políticas del acontecimiento**. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón Ediciones, 2008.

LOPES, Marcela Clarissa Damasceno Rangel de Farias Airemoraes. **A docência em fio**: Alinhavos sobre o profissionalismo docente na trama da BNCC. 2021. 213 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo. 2021. Biblioteca Depositária: <http://www.unisinos.br/biblioteca/>.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII-XXIII.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. *In*: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTON, S. (2001). **Extravagâncias**: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche (2. ed.). São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORICONI, Gabriela Miranda. **Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental [livro eletrônico]**: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão. 1. ed. Ribeirão Preto, SP: D3E, 2021. (Relatório de políticas educacional; 8).

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral** (1887). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

OCDE. **Education Sector Strategy**, 1999. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/406991468178765170/education-sector-strategy>. Acesso em: 14 fev. 2022.

OLIVEIRA, R.P. Financiamento da educação no Brasil. *In*: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: Análise da LDB e da Constituição Federal, 3. ed., São Paulo: Xamã, 1998.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **TALIS 2018 Results (Volume I)**: teachers and schools' leaders as lifelong learners. Paris: OECD Publishing, 2019.

RODRIGUES, Lucas de Paula. **(Des)caminhos das políticas de formação inicial docente na licenciatura em educação física**: uma análise a partir das universidades estaduais do Paraná. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação - Maringá, 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, 2006.

ROSA, Thais Souza Dias. **Demandas sobre a avaliação do desempenho docente nos países Ibero-americanos**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação – Rio de Janeiro, 2016.

SAVIANI, Demerval. **PDE**: análise crítica da política do MEC. Campinas. Editores Associados. 2009.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. *In*: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação**. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRICHES, E. F; ARANDA, M. A. M. A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ação da política educacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016). **Realização**, v. 3, n. 05, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6362/3320>. Acesso em: 22 set. 2022.

VITAL, Soraya. **Formação continuada de professores**: uma análise a partir das bases teórico-metodológicas das propostas formativas. 2021. 364 f. Tese (Doutorado - Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande, 2021.

XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. **Das necessidades formativas aos sentidos e significados da formação continuada de professoras da educação infantil**: um estudo de caso dos Centros Municipais de Educação Infantil de Goiânia (2013-

2019). 2020. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2020.